



# JORNADA REGIONAL: CONECTANDO VIDAS E DESENVOLVIMENTO





# JORNADA REGIONAL: CONECTANDO VIDAS E DESENVOLVIMENTO



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES  
PARA INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MINISTÉRIO DA  
INTEGRAÇÃO E DO  
DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL



# EXPEDIENTE

## GOVERNO FEDERAL

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
Luís Inácio Lula da Silva

**MINISTRO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**  
Antonio Waldez Góes da Silva

**SECRETÁRIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL - SDR**  
Adriana Melo Alves

**DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL - DPDR**  
João Mendes da Rocha Neto

**COORDENADORA-GERAL DE FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES DOS ENTES FEDERADOS - CGCAP**  
Taciana Neto Leme

**CONTEUDISTAS**  
Taciana Neto Leme  
Joyce Niagla Paulino  
João Mendes da Rocha Neto



É permitida a reprodução e a exibição para uso educacional ou informativo, desde que respeitado o crédito ao autor original e citada a fonte (<http://www.enap.gov.br>). Permitida a inclusão da obra em Repositórios ou Portais de Acesso Aberto, desde que fique claro para os usuários esses “termos de uso” e quem é o detentor dos direitos autorais, a Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Proibido o uso comercial. Permitida a criação de obras derivadas, desde que respeitado o crédito ao autor original. Essa licença é compatível com a Licença Creative Commons (BY-NC-SA).

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária  
da Universidade Federal de Santa Catarina

L551j Leme, Taciana Neto  
Jornada regional [recurso eletrônico] : conectando vidas e desenvolvimento / Taciana Neto Leme, Joyce Niagla Paulino, João Mendes. – Florianópolis : UFSC, 2024.  
178 p : il., gráfs, fots., maps.

E-book (PDF)

1. Desenvolvimento regional. 2. Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). 3. Políticas públicas. 4. Disparidades regionais.  
I. Paulino, Joyce Niagla. II. Rocha Neto, João Mendes da.

CDU: 330.34



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**COORDENAÇÃO GERAL PLENO**

Luciano Patrício Souza de Castro

**ASSESSORIA TÉCNICA PLENO**

Fernando Machado Wolf

**SUPERVISÃO TÉCNICA DE EAD PLENO**

Giovana Schuelter

**SUPERVISÃO PRODUÇÃO DE MATERIAL PLENO**

Francielli Schuelter

**SUPERVISÃO MOODLE PLENO**

Andreia Mara Fiala

**DESIGN INSTRUCIONAL**

**PLENO**

Milene Silva de Castro

**JÚNIOR**

Gabriel de Melo Cardoso

**DESIGN GRÁFICO**

**PLENO**

Sonia Trois

**JÚNIOR**

Cleber da Luz Monteiro

Guilherme Comerão Stecca Almeida

Tiago Augusto Paiva

**PRODUÇÃO DE VÍDEO**

**PLENO**

Rafael Poletto Dutra

**JÚNIOR**

Andrei Krepsky de Melo

**REVISÃO TEXTUAL PLENO**

Cleusa Iracema Pereira Raimundo

**PROGRAMAÇÃO**

**PLENO**

Alexandre Dal Fabbro

**JÚNIOR**

Lucas Davi Cascaes Brena

# GUIA DE AMBENTAÇÃO

## COMO LER O E-BOOK



### MÓDULOS

Este curso está dividido em módulos. O módulo correspondente e a sua temática estão localizados na capa do e-book na área esquerda e na área inferior, respectivamente.



### PÁGINAS INTERNAS

As páginas internas do e-book estão estruturadas em duas colunas.

A coluna mais estreita e externa (à esquerda) é utilizada para enquadrar ícones criados com a finalidade de destacar os recursos e elementos instrucionais, como o “VÍDEO”.



Os vídeos contemplam conteúdos complementares para enriquecimento do aprendizado e seus links estão representados pelo recurso QR Code.

# GUIA DE AMBIENTAÇÃO COMO LER O E-BOOK

## ÍCONES

Ajudam a localizar, focalizar e ressaltar respectivos textos informativos. Cada ícone apresenta uma função:



### SAIBA MAIS

Clicando no link, você é direcionado para documentos disponibilizados na internet, como leis e normas técnicas. É preciso estar conectado à internet para acessar o conteúdo.



### BOAS PRÁTICAS

Seleção de trechos de conteúdos que demonstram exemplos de boas práticas de gestão.



### TRECHO NARRADO

Este recurso apresenta de maneira transcrita o trecho do conteúdo que foi narrado e apresentado em formato áudio na versão on-line do curso.



### CITAÇÃO

Transcrições exatas de partes dos conteúdos dos autores utilizados nos materiais didáticos.



### TRECHO DE REPORTAGEM

Este recurso apresenta trechos de reportagens que ajudam a reforçar o entendimento de assuntos específicos abordados no curso.



### GLOSSÁRIO

Recurso utilizado para explicar termos que podem ser desconhecidos ao cursista.

### DESTAQUE

Trechos de conteúdos importantes para contribuir no aprendizado do cursista.

### SÍNTESE DO MÓDULO

Trecho de conteúdo que contempla uma síntese dos pontos mais importantes vistos no módulo.

ITEM DO CABEÇALHO 1	ITEM 2	ITEM 3	ITEM 4
Texto de dentro da tabela	845	8546	846546
Outro texto	54	854646	85465
Mais um texto na tabela	65.6	4564	688
Tabela	2565	656	56
TOTAL	8465	8485	857

Aligam a aliquam sapien, a tincidunt ante. Donec rutrum vitae magna et consectetur. Donec in orci vel nibh tincidunt pulvinar. Integer efficitur eu enim vitae vulputate. In vitae luctus ante. Etiam a nibh ac sapien fringilla facilisis. Cras dictum faucibus facilisis. Curabitur sed viverra diam. Maecenas quis sem diam. Sed ragu enim vitae vulputate. In vitae luctus ante. Etiam boncus nulla nunc, id porttitor diam pellentesque at.

Figure 8. Legenda do diagrama técnico.  
Fonte: Fonte da imagem (2020).

Na Inglaterra o **Código Philippino**, Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Fusce eu scelerisque magna. Ut in cras tique nisi, ac tincidunt odio. Nullam elementum lorem vitae dolor lacinia, eu condimentum sapien tincidunt. Proin hendrerit, lorem et feugiat consequat, erat nisi iaculis.

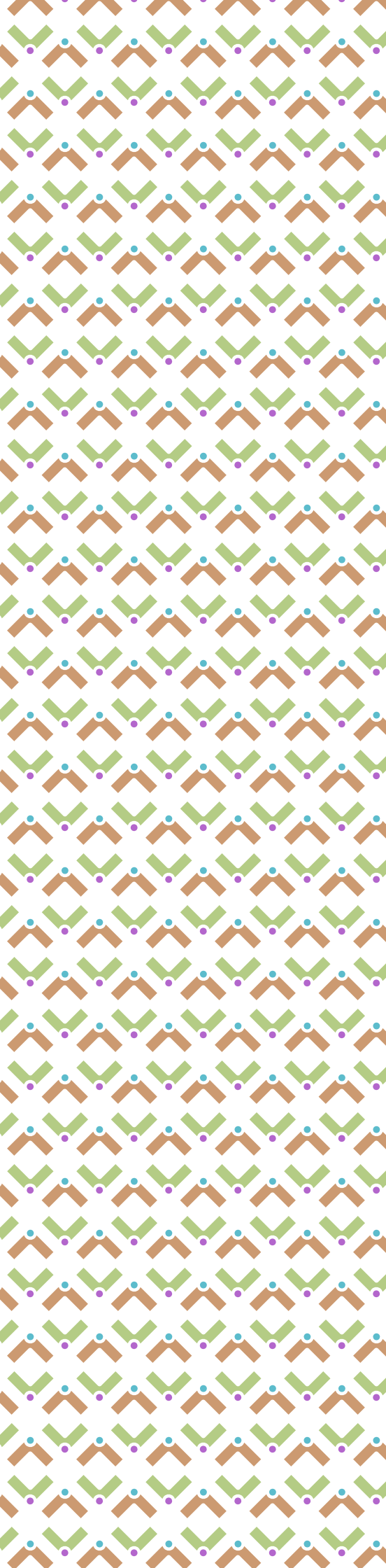
Proin hendrerit nibh eu magna volutpat egestas. Nullam tristique rutrum neque sit amet iaculis. Ut eu convallis felis, ut vestibulum metus. Donec vel sem tempor, iaculis nisi in, auctor lectus. Proin pretium felis vitae dictum tempus. Phasellus eget enim ac dolo convallis lacinia non at du. Nullam convallis tellus at tortor feugiat aliquam. Nunc ultricies blandit ex, quis tempor lorem iaculis quis. Aliquam vel orci sapien.

Curabitur elit ligula, accumsan a ex non, feugiat sagittis risus. Ut imperdiet, lectus sed facilisis porttitor, nisi libero tincidunt veni, non luctus sem velit a est. Phasellus at orci porta, ultrices magna eget, tincidunt orci. Cras ut magna sed ipsum viverra placeat. Nunc sit amet dictum leo, non porttitor elit. Aliquam rutrum lectus lobortis mi congue tincidunt. Integer vitae nunc suscipit, dignissim orci id, vestibulum tellus.

JORNADA REGIONAL - CONHECENDO VÍDEO E DESENVOLVIMENTO  
Nunca volte aqui se não o tiver concluído!

# SUMÁRIO

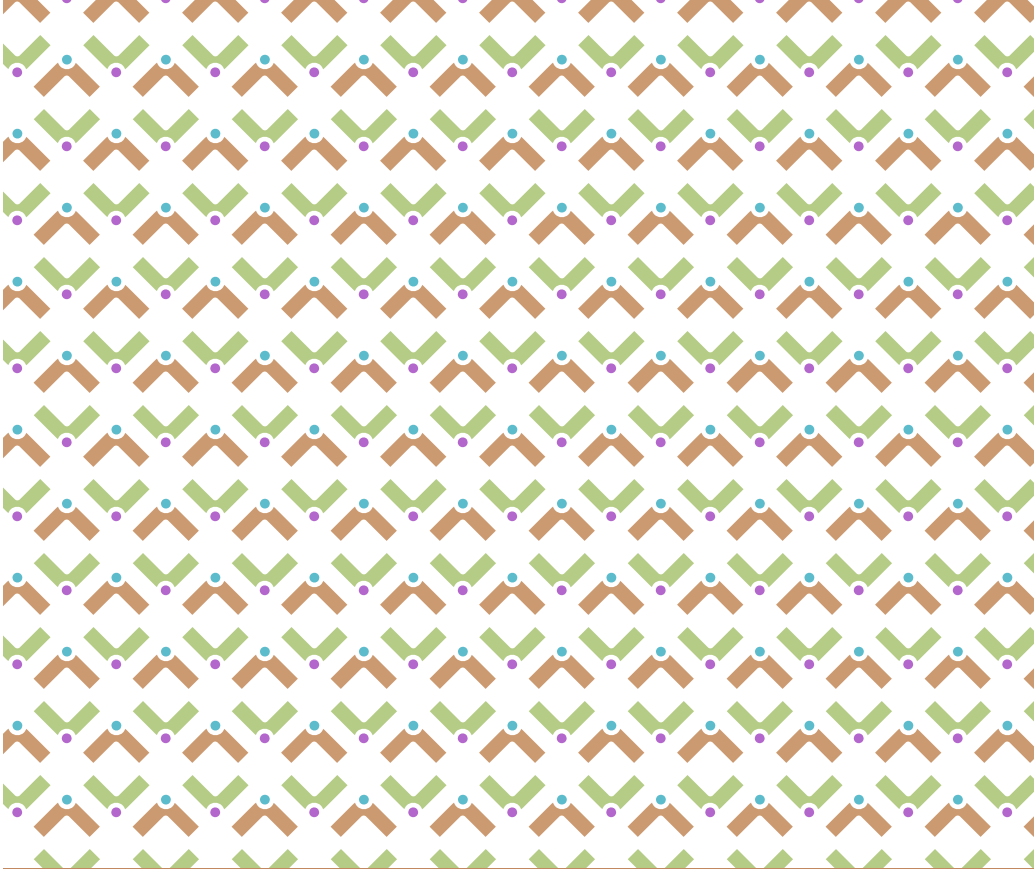
MÓDULO INTRODUTÓRIO .....	10
APRESENTAÇÃO DO CURSO .....	11
INTRODUÇÃO: O QUE VOCÊ VAI ENCONTRAR NESTE CURSO .....	12
<b>MÓDULO 1 – SEU JOÃO, LÍDER COMUNITÁRIO E COLETOR DE AÇAÍ EM BAILIQUE, NO AMAPÁ .....</b>	<b>19</b>
<i>Siglas</i> .....	20
UNIDADE 1	
<b>APRESENTAÇÃO DA PERSONA .....</b>	<b>21</b>
UNIDADE 2	
<b>ASPECTOS GEOGRÁFICOS E ESCALAS TERRITORIAIS DA PNDR: REGIÃO NORTE .....</b>	<b>23</b>
UNIDADE 3	
<b>DESAFIO REGIONAL .....</b>	<b>25</b>
3.1 – <i>Desafios na cadeia produtiva de produtos da floresta</i> .....	27
3.2 – <i>Dificuldade de integração com outros territórios e acesso aos serviços básicos de cidadania</i> .....	33
UNIDADE 4	
<b>PNDR E A VIDA DAS PESSOAS: CAMINHOS POSSÍVEIS DE ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS. ....</b>	<b>34</b>
<i>Referências</i> .....	41
<b>MÓDULO 2 – MANUEL, PROFESSOR UNIVERSITÁRIO QUE ATUA NA REGIÃO DE FRONTEIRA NO SUL DO PAÍS .....</b>	<b>42</b>
<i>Siglas</i> .....	43
UNIDADE 1	
<b>APRESENTAÇÃO DA PERSONA .....</b>	<b>44</b>
UNIDADE 2	
<b>ASPECTOS GEOGRÁFICOS E ESCALAS TERRITORIAIS DA PNDR: FAIXA DE FRONTEIRA .....</b>	<b>46</b>
UNIDADE 3	
<b>DESAFIO REGIONAL .....</b>	<b>50</b>
3.1 <i>Falta de dinamismo econômico e envelhecimento da população</i> .....	52
3.2 <i>Vulnerabilidade de territórios em risco de eventos extremos devido às mudanças climáticas</i> .....	53
3.3 <i>Dificuldades de integração de políticas públicas na região de fronteira</i> ..	58
UNIDADE 4	
<b>PNDR E A VIDA DAS PESSOAS: CAMINHOS POSSÍVEIS DE ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS. ....</b>	<b>62</b>
<i>Referências</i> .....	66



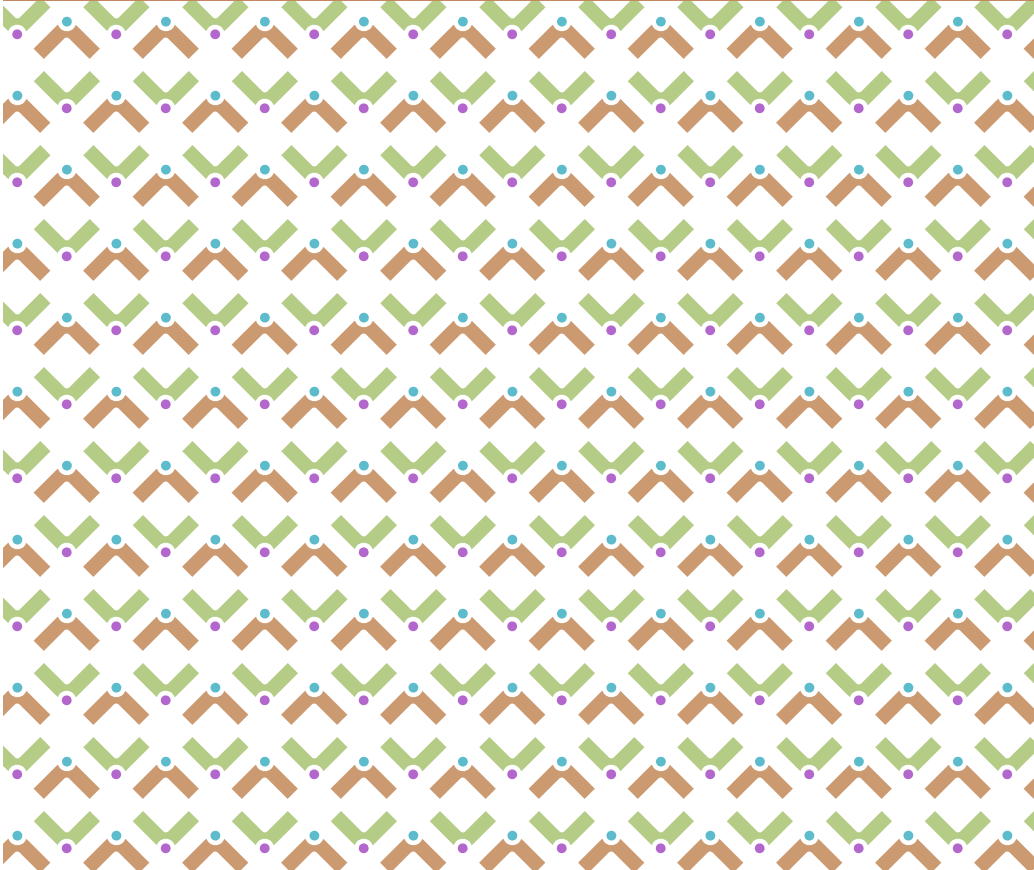
<b>MÓDULO 3 – ANA, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA PRETA EM MINAS GERAIS</b> .....	<b>67</b>
<i>Siglas</i> .....	68
UNIDADE 1	
<b>APRESENTAÇÃO DA PERSONA</b> .....	<b>69</b>
UNIDADE 2	
<b>ASPECTOS GEOGRÁFICOS E ESCALAS TERRITORIAIS DA PNDR: TERRITÓRIOS PRIORITÁRIOS SEGUNDO A TIPOLOGIA</b> .....	<b>71</b>
UNIDADE 3	
<b>DESAFIO REGIONAL</b> .....	<b>75</b>
3.1 <i>A concentração de riquezas nos setores baseados em commodities agrícolas ou minerais</i> .....	77
3.2 <i>A geração de alternativas econômicas e melhoria da qualidade de vida da população nos territórios sob os riscos de atividade mineradora</i> .....	80
3.3 <i>A vulnerabilidade de territórios devido aos riscos ambientais de uma atividade mineradora</i> .....	83
UNIDADE 4	
<b>PNDR E A VIDA DAS PESSOAS: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA O ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS</b> .....	<b>85</b>
<i>Referências</i> .....	89
<b>MÓDULO 4 – LUIZA, DONA DE EMPRESA DE ENERGIA SOLAR EM MIRANDA, MATO GROSSO DO SUL</b> .....	<b>90</b>
<i>Siglas</i> .....	91
UNIDADE 1	
<b>APRESENTAÇÃO DA PERSONA</b> .....	<b>92</b>
UNIDADE 2	
<b>ASPECTOS GEOGRÁFICOS E ESCALAS TERRITORIAIS DA PNDR: CENTRO-OESTE</b> .....	<b>94</b>
UNIDADE 3	
<b>DESAFIO REGIONAL</b> .....	<b>97</b>
3.1 <i>Regiões com infraestrutura precária de transporte e logística</i> .....	99
3.2 <i>Novas atividades econômicas sem ter a garantia de mão de obra qualificada para o setor</i> .....	101
3.3 <i>Impactos não programados de novas atividades econômicas</i> .....	102
UNIDADE 4	
<b>PNDR E A VIDA DAS PESSOAS: CAMINHOS POSSÍVEIS DE ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS</b> .....	<b>104</b>
<i>Referências</i> .....	110
<b>MÓDULO 5 – MARIA, GERENTE DO BANCO DO NORDESTE</b> .....	<b>111</b>
<i>Siglas</i> .....	112
UNIDADE 1	
<b>APRESENTAÇÃO DA PERSONA</b> .....	<b>113</b>
UNIDADE 2	
<b>ASPECTOS GEOGRÁFICOS E ESCALAS TERRITORIAIS DA PNDR: NORDESTE E AMAZÔNIA AZUL</b> .....	<b>115</b>



UNIDADE 3	
<b>DESAFIO REGIONAL</b> .....	<b>121</b>
3.1 <i>Alocar recursos para promover o desenvolvimento regional</i> .....	123
3.2 <i>Alinhar instrumentos de planejamento e financiamento</i> .....	125
UNIDADE 4	
<b>PNDR E A VIDA DAS PESSOAS: CAMINHOS POSSÍVEIS DE ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS</b> .....	<b>133</b>
<i>Referências</i> .....	135
<b>MÓDULO 6 – MARGARIDA, NEGRA E VIÚVA, MÃE DE 4 FILHOS, MORA NO VALE DO JEQUITINHONHA</b> .....	<b>136</b>
<i>Siglas</i> .....	137
UNIDADE 1	
<b>APRESENTAÇÃO DA PERSONA</b> .....	<b>138</b>
UNIDADE 2	
<b>ASPECTOS GEOGRÁFICOS E ESCALAS TERRITORIAIS DA PNDR: SEMIÁRIDO</b> .....	<b>140</b>
UNIDADE 3	
<b>DESAFIO REGIONAL</b> .....	<b>142</b>
3.1 <i>Contraste entre a riqueza cultural, a desigualdade de renda e a exploração de minério do futuro</i> .....	145
3.2 <i>Adaptação às condições climáticas adversas</i> .....	146
UNIDADE 4	
<b>PNDR E A VIDA DAS PESSOAS: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA ENFRENTAR O DESAFIO</b> .....	<b>150</b>
<i>Referências</i> .....	154
<b>MÓDULO 7 – FRANCISCA, DOMÉSTICA, MÃE DE 3 FILHAS, MORA EM ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS, ENTORNO DO DF</b> .....	<b>155</b>
<i>Siglas</i> .....	156
UNIDADE 1	
<b>APRESENTAÇÃO DA PERSONA</b> .....	<b>157</b>
UNIDADE 2	
<b>ASPECTOS GEOGRÁFICOS E ESCALAS TERRITORIAIS DA PNDR: REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO – RIDE</b> .....	<b>159</b>
UNIDADE 3	
<b>DESAFIO REGIONAL</b> .....	<b>163</b>
3.1 <i>Desigualdades em regiões desenvolvidas: sobrecarga de demanda de serviços e infraestrutura</i> .....	165
UNIDADE 4	
<b>PNDR E A VIDA DAS PESSOAS: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA O ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS</b> .....	<b>167</b>
<i>Referências</i> .....	171
<b>MÓDULO 8 – CONSOLIDANDO A PNDR</b> .....	<b>172</b>
<b>CONSOLIDANDO A PNDR</b> .....	<b>174</b>
<i>Referências</i> .....	177



MÓDULO  
INTRODUTÓRIO



## MÓDULO INTRODUTÓRIO

---

### APRESENTAÇÃO DO CURSO

Olá, cursista!

Boas-vindas ao curso **Jornada Regional: conectando vidas e desenvolvimento**, promovido pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR).

Você se preocupa em diminuir as desigualdades regionais em nosso país? Você sabia que temos no Brasil uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) comprometida com isso?

Neste curso, você vai aprender sobre os conceitos básicos da PNDR, que busca enfrentar essas desigualdades e criar oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida. Além disso, você também vai aprender como a PNDR interfere na vida das pessoas e quais são os objetivos, estratégias, formas de intervenção e outros elementos dessa política pública.

Esperamos que você aproveite todo esse conhecimento!



## MÓDULO INTRODUTÓRIO

### INTRODUÇÃO: O QUE VOCÊ VAI ENCONTRAR NESTE CURSO

Vivemos em um país com enorme diversidade. São muitas paisagens exuberantes, uma infinidade de riquezas naturais, manifestações culturais e um território onde há muitas atividades econômicas. Tudo isso mostra a potência do nosso país.



**1** Rio de Janeiro, RJ. Foto: © [Diego Grandi] / Shutterstock. **2** Ponte Juscelino Kubitschek, DF. Foto: © [Alexandre Siqueira] / Shutterstock.  
**3** Artesanato do Vale do Jequitinhonha, MG. Foto: © [Sandra Moraes] / Shutterstock. **4** Usina Eólica, MS. Foto: © [engel.ac] / Shutterstock.  
**5** Coleta de açaí, AM. Foto: © [PARALAXIS] / Shutterstock.



Mas o Brasil também é um país com desigualdades que se espalham por todo o território, a redução dessas desigualdades é o objetivo maior da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

## A MISSÃO DA PNDR

Em muitos locais, os serviços públicos básicos, de saúde, educação, acesso à água tratada, entre outros, não atendem às demandas da população. Enfrentar essas desigualdades e criar oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida é a missão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

A PNDR olha para o território nas diversas dimensões, seja uma macrorregião como Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, ou um conjunto de municípios, oferecendo opções de geração de emprego e renda que podem contribuir para que, em qualquer lugar do país, haja prosperidade e qualidade de vida.

Este curso é voltado a gestores da administração pública em nível federal, estadual e municipal, pesquisadoras e pesquisadores e pessoas interessadas na temática, de modo geral.

Com este curso, queremos que o participante perceba que a PNDR, embora seja uma política de escala macro, interfere na vida das pessoas. Diferentemente de políticas públicas como saúde, educação ou assistência social, nas quais é muito evidente a relação entre a política e as pessoas, na PNDR essa relação não é tão evidente. Porém, as decisões que ocorrem na esfera macro de diversas políticas públicas interferem diretamente nos territórios e na vida das pessoas.





1 Foto: © [Renan Martelli da Rosa] / Shutterstock. 2 Foto: © [gabllima] / Shutterstock. 3 Foto: © [Fernanda\_reyes] / Shutterstock. 4 Foto: © [Brastock] / Shutterstock.  
 5 Foto: © [SALMONNEGRO-STOCK] / Shutterstock. 6 Foto: © [nadiadamaris] / Shutterstock. 7 Foto: © [Camila\_Almeida] / Shutterstock.

Com este curso, queremos inverter a lógica tradicionalmente apresentada da PNDR. Vamos partir das pessoas, dos territórios e apresentar questões importantes dessa política.

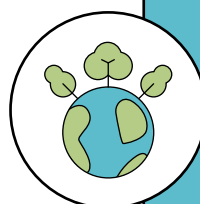


Apresentaremos personagens fictícios, criados a partir de contextos reais, os quais serão pontos de partida para explorarmos aspectos conceituais relativos à PNDR, conforme demonstrado a seguir.

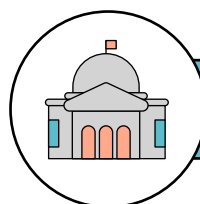
## ASPECTOS CONCEITUAIS RELATIVOS À PNDR



Escala de atuação



Desafios para o desenvolvimento de bases sustentáveis, comprometido com a redução das desigualdades



Governança regional

A ideia não é esgotar a situação dos personagens aqui apresentados, compreendendo que a vida real é permeada de questões muito mais complexas do que as que mostraremos por aqui, mas sim utilizar esses personagens e seus contextos como recurso didático para evidenciar a correlação entre a PNDR e a vida das pessoas.

Esperamos que esta jornada seja interessante e instigante, e que, ao percorrê-la, o participante possa, de fato, compreender, refletir e agir, quando possível, para uma atuação que promova um desenvolvimento de bases sustentáveis e que melhore a vida das pessoas, sobretudo daqueles mais vulneráveis.



## A PNDR na vida das pessoas

Para ilustrar como a PNDR interfere na vida das pessoas, vamos apresentar algumas personas que nos acompanharão ao longo desta jornada de aprendizado no curso.



TRECHO NARRADO

Mas você deve estar se perguntando: o que é uma persona? É como uma pessoa fictícia que representa um público. Criando uma persona, você pode imaginar o que a pessoa gosta, o que ela precisa e como você deve se comunicar com ela de uma maneira clara.

Colocarmo-nos no lugar de uma persona nos ajuda a entender as dificuldades que ela tem ao se relacionar com o serviço público.

Então vamos lá!



### Seu João

COLETOR DE AÇAÍ

Mora em Bailique, no Amapá, e é líder comunitário na região.



### Manuel

PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

O profissional atua na região de fronteira no Sul do país, próximo à Lagoa Mirim. A localidade vem sofrendo bastante com os eventos extremos resultantes dos efeitos das mudanças climáticas.



### Ana

PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA PRETA

A região está localizada em Minas Gerais e é famosa pela extração de minério de ferro.



### Luiza

DONA DE EMPRESA DE ENERGIA SOLAR

A companhia instala placas solares em Miranda, no Mato Grosso do Sul, e também em cidades vizinhas.







### **Maria**

GERENTE NO BANCO DO NORDESTE

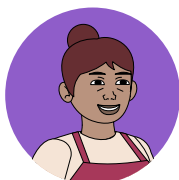
A empresa atua na oferta de financiamentos para empreendimentos de todos os estados da região.



### **Margarida**

AGRICULTORA

Negra, viúva, e mãe de quatro filhos, mora no Vale do Jequitinhonha e virou agricultora para garantir o sustento dos filhos.



### **Francisca**

DOMÉSTICA

Mora em Águas Lindas de Goiás, entorno do DF. Mãe divorciada, cria sozinha três meninas.

Vamos percorrer as jornadas dessas personas e aprender diversos conceitos sobre a PNDR.

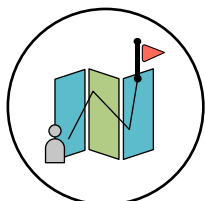
Para cada personagem, serão abordados, não necessariamente nesta ordem, os seguintes pontos.



Características do personagem e o contexto em que ele/ela vive.



Aspectos geográficos e escalas territoriais da PNDR.



Desafio vivenciado pelo personagem ou no local em que ele/ela vive.





Objetivos e estratégias da PNDR.



Novas histórias ou casos, por meio de reportagens ou vídeos. Eles permitirão ampliar as perspectivas dos desafios enfrentados pelas pessoas nos territórios em que elas atuam.



Normativos citados.

Agora que você já sabe o que irá estudar neste curso, siga para os próximos módulos!



# MÓDULO 1



**SEU JOÃO, LÍDER COMUNITÁRIO  
E COLETOR DE AÇAÍ EM  
BAILIQUE, NO AMAPÁ**

# MÓDULO 1

---

## APRESENTAÇÃO

Neste módulo, apresentaremos o Seu João, líder comunitário e coletor de açaí em Bailique, no Amapá. Abordaremos alguns aspectos geográficos da Região Norte, seus desafios regionais e como a PNDR, partindo de seus objetivos e estratégias, busca enfrentar esses desafios.

### Siglas

BioRegio – Estratégia Nacional de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional Sustentável

DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

FSC – Forest Stewardship Council/Conselho de Manejo Florestal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFOAM – International Federation of Organic Agriculture Movements/Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PCDR – Programa de Desenvolvimento de Capacidades para Integração e Desenvolvimento Regional

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PPA – Planejamento Plurianual

PRDA – Plano Regional da Amazônia Legal

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar



# MÓDULO 1

## UNIDADE 1 APRESENTAÇÃO DA PERSONA

## MÓDULO 1

### UNIDADE 1

#### APRESENTAÇÃO DA PERSONA

Vamos conhecer o Seu João, líder comunitário e coletor de açaí em Bailique, no Amapá.



VÍDEO



Aponte a câmera do seu dispositivo móvel (smartphone ou tablet) para o QR Code ao lado e assista ao vídeo de animação apresentando o Seu João, ou acesse o link: [youtu.be/QnL44Xo5QA4](https://youtu.be/QnL44Xo5QA4)

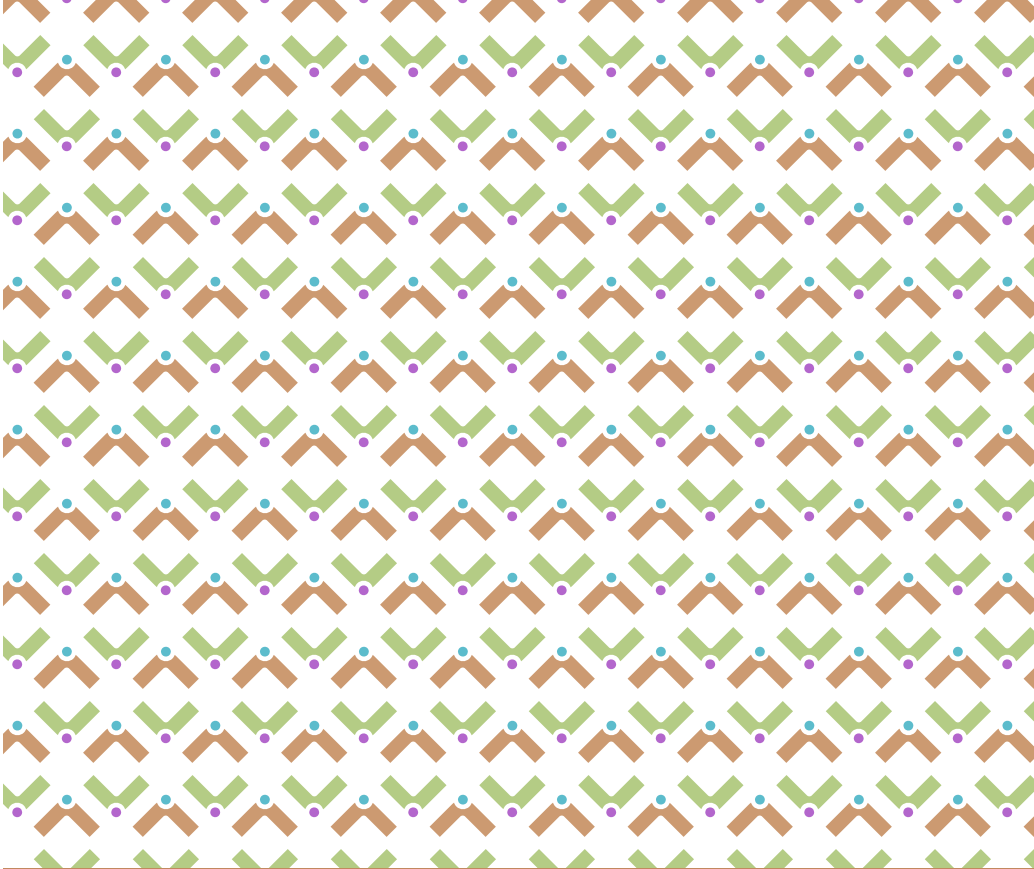


Seu João é um líder comunitário e coletor de açaí em Bailique, no Amapá. Além de coletar o açaí, como diversos outros moradores da região, ele também busca organizar os moradores na cooperativa, de modo que o trabalho coletivo traga melhores resultados para a comunidade.

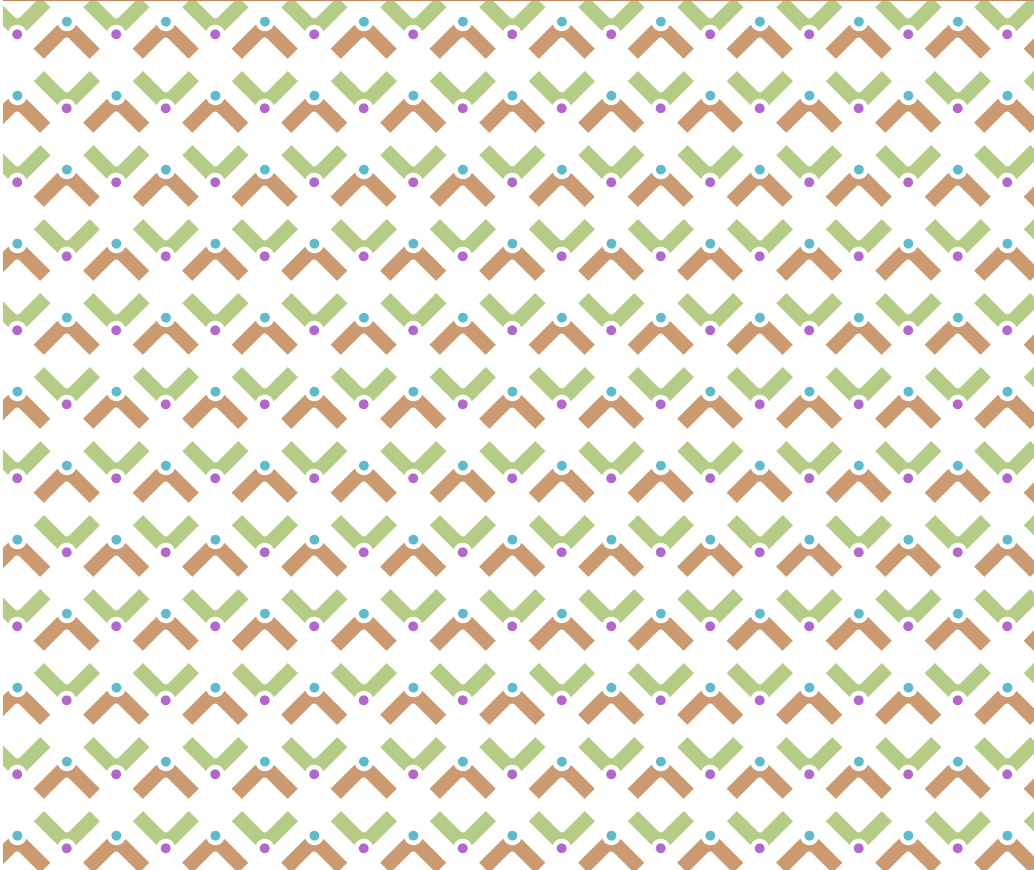
São muito desafiadores, para todos dessa região, o deslocamento e o transporte do açaí para fora do arquipélago. Além disso, na comunidade, há dificuldade de acesso aos serviços básicos de saúde e educação.



# MÓDULO 1



UNIDADE 2  
ASPECTOS GEOGRÁFICOS E  
ESCALAS TERRITORIAIS DA  
PNDR: REGIÃO NORTE



# MÓDULO 1



## UNIDADE 2

### ASPECTOS GEOGRÁFICOS E ESCALAS TERRITORIAIS DA PNDR: REGIÃO NORTE

Bailique é um distrito de Macapá (Amapá), formado por um arquipélago com oito ilhas na foz do Rio Amazonas, Região Norte do Brasil.

Toda essa macrorregião em verde, assim como outras duas macrorregiões: Nordeste em amarelo e Centro-Oeste em vermelho, são territórios de atuação da PNDR..

A PNDR tem uma atuação no território prevista em diferentes escalas, ou seja, é uma política de atuação multiescalar no território nacional.

Os territórios de atuação da PNDR são definidos com base em uma análise abrangente das necessidades e potencialidades de cada região e sub-regiões, visando promover um desenvolvimento mais justo, equilibrado e sustentável em todo o país.

#### MACRORREGIÕES DO IBGE



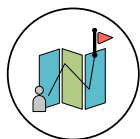


# MÓDULO 1

## UNIDADE 3 DESAFIO REGIONAL

# MÓDULO 1

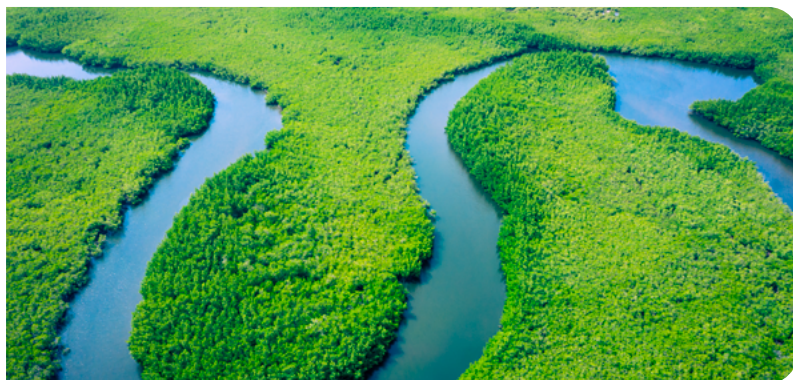
## UNIDADE 3



### DESAFIO REGIONAL

Muitas áreas na Região Amazônica, a exemplo de Bailique, têm potenciais econômicos, com riquezas capazes de promover a bioeconomia; ou seja, o desenvolvimento sustentável focado na sociobiodiversidade.

Foto: © [Curioso.Photography] / Shutterstock.



Ao mesmo tempo, é comum que sejam áreas com situação de pobreza, baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em que as comunidades locais têm acesso limitado a políticas de educação e saúde. São territórios distantes ou isolados com dificuldades de integração com outros territórios.

Ou seja, podemos pontuar para essa região ao menos três desafios que são comuns para a Região Norte do país, conforme demonstrado a seguir.

### DESAFIOS DA REGIÃO NORTE



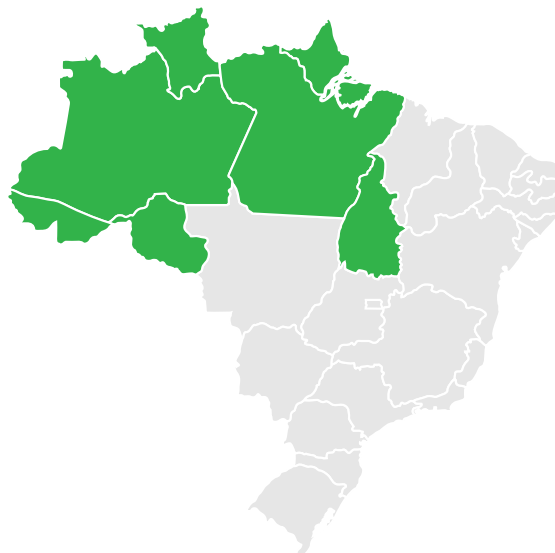
Como lidar com os obstáculos decorrentes do isolamento do território que geram implicações para garantir o escoamento de produtos da floresta e o acesso da população a serviços públicos?



Como garantir a valorização da produção sustentável de produtos da floresta manejados pelos povos tradicionais?



Como enfrentar a precariedade do acesso da comunidade a serviços públicos como saúde e educação?



A seguir, vamos abordar um pouco mais sobre os potenciais e desafios da região.

### 3.1 – Desafios na cadeia produtiva de produtos da floresta

As **cadeias produtivas** são o conjunto de atividades econômicas encadeadas que geram produtos intermediários e finais, para depois serem comercializados. A Região Amazônica tem um enorme potencial de produtos da floresta, tais como cacau, castanha, plantas medicinais e açaí. Vamos nos debruçar sobre o açaí.

Foto: © [Patrick Carvalho] / Shutterstock.



O açaí é um fruto originário da Amazônia que, nas últimas décadas, se popularizou no país e ganhou mercados mundo afora pelas suas propriedades. Esse fruto é obtido, em sua maioria, pelo extrativismo, atividade típica da agricultura familiar ribeirinha.

Quando um grupo de pessoas se unem para produzir algo especial, como artesanato, alimentos ou tecnologia, e todos saem ganhando, chamamos de **Arranjo Produtivo Local**. O governo, universidades e organizações civis promovem estratégias e iniciativas para ajudar no desenvolvimento de **cadeias produtivas** que têm potencial para incluir diversos trabalhadores, aumentando o potencial de ganhos desses negócios e do **desenvolvimento territorial sustentável**.

Assim, Arranjos Produtivos Locais são essenciais para fortalecer cadeias produtivas através da colaboração entre governo, universidades e organizações civis, promovendo crescimento econômico e sustentabilidade. A Cooperativa do Arquipélago do Bailique é um exemplo prático desse modelo, aplicando estratégias de manejo sustentável na produção do açaí e contribuindo para o desenvolvimento territorial.





## TRECHO DE REPORTAGEM

Para ter uma ideia de como o açaí é coletado na região, assista a um pequeno trecho da reportagem intitulada **“Cooperativa do Arquipélago do Bailique faz manejo sustentável do açaí”**, veiculada em 18/4/2023, pelo programa Profissão Repórter, disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11546534/>.

Outro exemplo é a atividade sustentável da extração da castanha por comunidades quilombolas, que não só garante a subsistência dessas comunidades mas também promove a conservação da biodiversidade local.



Foto: © [RHJPhotos] / Shutterstock.



Foto: © [Zigres] / Shutterstock.



## TRECHO DE REPORTAGEM

Assista a um pequeno trecho da reportagem intitulada **“A História que eu cultivo: A gente sobrevive da castanha - Região Norte”**, publicada em 19/5/2021, pela Articulação Nacional de Agroecologia, disponível em: <https://youtu.be/zVQsgW4XBks>.

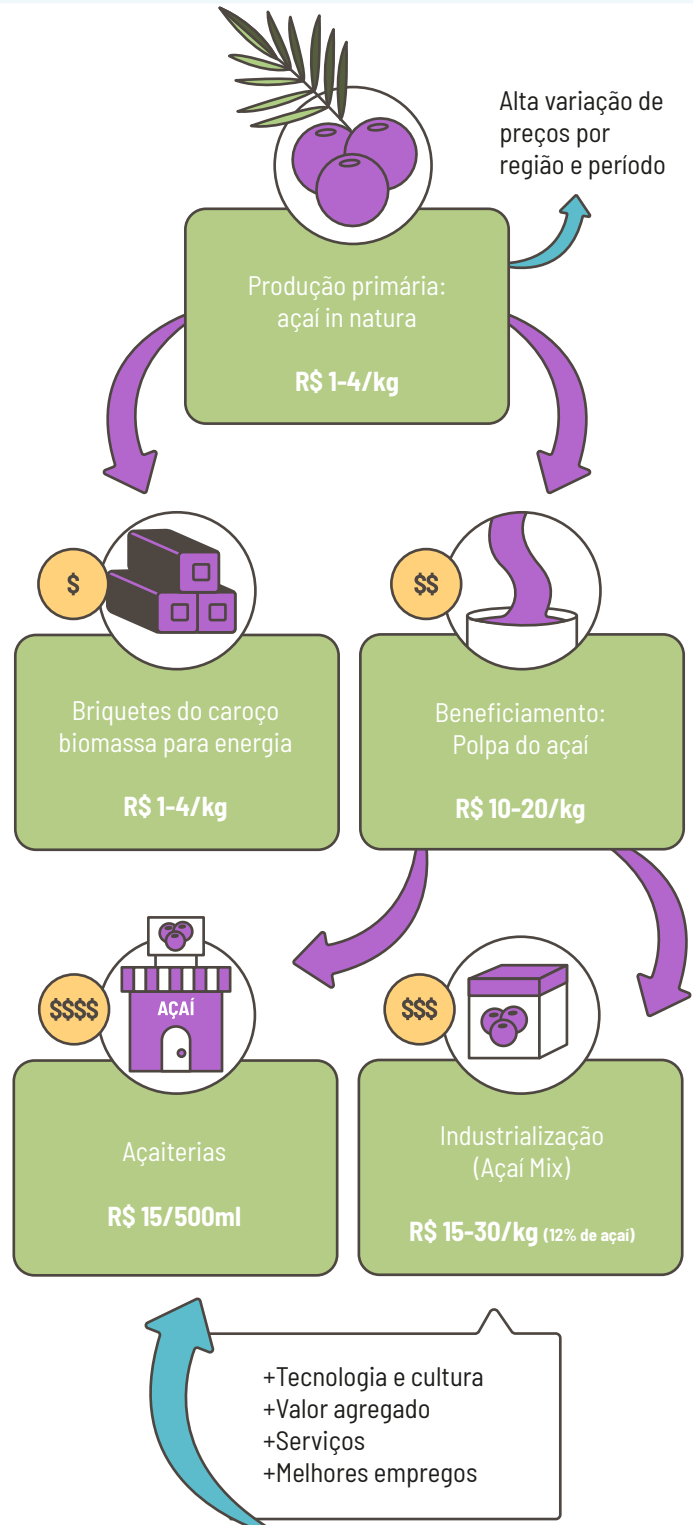
A dificuldade com o transporte da castanha citada no vídeo é reforçada com o relato de uma professora que atua localmente: *“A Comunidade Quilombola de Pedras Negras fica na fronteira entre Brasil e Bolívia, no Vale do Guaporé. É uma comunidade muito isolada, o acesso dela é somente por água ou de avião, né? Só que se torna um custo muito alto, porque o deslocamento é somente de voadeira, e o custo do combustível é exorbitante. A sustentabilidade da comunidade é a castanha-do-brasil.”*



### Oportunidades para a cadeia produtiva

Em geral, há oportunidades de melhorias ao longo da cadeia. O aperfeiçoamento dos processos, ou seja, da forma de fazer, ou a inovação nos processos e produtos gerados permitem a agregação de valor ao longo da cadeia produtiva, tornando todo o negócio mais produtivo e competitivo.

## AGREGAÇÃO DE VALOR NA CADEIA PRODUTIVA: INOVAÇÃO



Fonte: Adaptado de Rota Açaí (Brasil, 2023).



No caso do açaí, a cadeia produtiva envolve as atividades desde a coleta, o transporte dos frutos, o beneficiamento da polpa do açaí, a industrialização e o transporte dos produtos para serem comercializados. O setor tem grande potencial de geração de empregos e renda, tendo em vista que a cadeia produtiva envolve pequenos produtores, batedores e indústrias processadoras com reduzida necessidade de capital.



SAIBA MAIS

Para conhecer mais sobre a cadeia produtiva do açaí, assista ao vídeo intitulado **"Rota do Açaí"**, produzido pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, disponível em: [https://youtu.be/mbg\\_lwu2Pr0](https://youtu.be/mbg_lwu2Pr0).

Expandir ainda mais seus conhecimentos, aprendendo também sobre a cadeia produtiva do cacau, assista ao vídeo intitulado **"Rota do Cacau"**, produzido pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, disponível em: <https://youtu.be/48hVQZAoZnc>.

Um exemplo de inovação no processo é conseguir selos de certificação que atestem a qualidade e a rastreabilidade do produto. Esses selos facilitam a abertura de novos mercados e que o produto seja vendido por um preço melhor. Conheça a seguir alguns selos.



## SELOS DE CERTIFICAÇÃO



O **Selo Orgânico do Brasil** certifica que os produtos foram cultivados e processados de acordo com os padrões de agricultura orgânica estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Isso garante que esses produtos são livres de agrotóxicos, fertilizantes sintéticos e organismos geneticamente modificados. O selo é concedido após uma análise rigorosa de conformidade, assegurando a qualidade e o respeito ao meio ambiente.



O **Conselho de Manejo Florestal (Forest Stewardship Council – FSC)** é uma organização internacional que estabelece padrões para o manejo responsável das florestas, promovendo práticas sustentáveis que garantem a conservação dos ecossistemas e o bem-estar das comunidades locais.



**BR-Bio 154** é o código de registro do Brasil no sistema de certificação de produtos orgânicos da International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM). Este código indica que o produto foi certificado como orgânico de acordo com os padrões internacionais estabelecidos pela IFOAM, assegurando que ele atende aos critérios rigorosos de produção agrícola sustentável e ambientalmente responsável.



O **Selo de Certificação Vegana do Brasil** é um importante indicativo para os consumidores que buscam produtos alinhados com seus valores éticos e sustentáveis. Esse selo garante que os produtos são totalmente livres de ingredientes de origem animal e não foram submetidos a testes em animais durante o processo de produção.

Essas cadeias produtivas são mantidas por pessoas que vivem nas florestas e mantêm uma relação sustentável com o ambiente.

Outra estratégia promissora para fomentar essas cadeias produtivas sustentáveis é usar o poder de compra do governo para promover o desenvolvimento no território de forma desconcentrada. Por exemplo, as prefeituras podem comprar açaí, castanhas e mel das cooperativas locais, para fazer parte das refeições em escolas, hospitais ou outras instituições públicas.





## BOAS PRÁTICAS

Esse tipo de iniciativa já vem acontecendo em todas as regiões do país, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pela Lei nº 14.628/2023. O programa dispõe de modalidades de operação, sendo uma delas o PAA Institucional, que permite que órgãos e entidades das três esferas de governo comprem produtos diretamente da agricultura familiar (agricultores individuais ou suas organizações) para atendimento das suas demandas de alimentos, utilizando seus próprios recursos financeiros, por meio de chamadas públicas, com dispensa de procedimento licitatório. O município que tiver interesse em aderir ao Programa de Aquisição de Alimentos poderá acessar o site do programa, disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/paa>.

Veja um quadro detalhado que ilustra as partes envolvidas, especificando claramente quem são os compradores e os vendedores autorizados.

QUEM COMPRA	QUEM VENDE
<p>Instituições que fornecem alimentação:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Hospitais públicos</li><li>• Forças Armadas (Exército Brasileiro, Marinha do Brasil e Força Aérea Brasileira)</li><li>• Presídios</li><li>• Restaurantes universitários</li><li>• Hospitais universitários</li><li>• Refeitórios de creches e escolas filantrópicas</li><li>• Outras instituições</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Agricultores e agricultoras familiares</li><li>• Assentados da reforma agrária</li><li>• Silvicultores</li><li>• Agricultores</li><li>• Extrativistas</li><li>• Pescadores artesanais</li><li>• Comunidades indígenas</li><li>• Comunidades quilombolas</li><li>• Demais povos e comunidades tradicionais que possuam Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).</li><li>• As cooperativas e outras organizações que possuam Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.</li><li>• DAP Jurídica também pode vender nesta modalidade, desde que respeitado o limite por unidade familiar.</li></ul>

Para uma compreensão mais completa das regras de venda e participação no programa, é essencial explicar o que é a DAP.



## SAIBA MAIS

A Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) é um documento de identificação da agricultura familiar que pode ser obtido tanto por pessoa física que trabalhe com agricultura familiar quanto por pessoa jurídica que exerça empreendimento rural, como associações, cooperativas, agroindústrias (pessoa jurídica). Para conhecer mais sobre o assunto, acesse o Decreto nº 11.962, disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2024/Decreto/D11962.htm#art21](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D11962.htm#art21).





Outras compras públicas também têm o potencial de fortalecer cadeias produtivas locais e contribuir com a geração de emprego, renda e distribuição de riquezas. Por exemplo, prefeituras poderiam comprar uniforme de hospitais feitos por cooperativas de costureiras da região.

### 3.2 – Dificuldade de integração com outros territórios e acesso aos serviços básicos de cidadania

Um grande desafio para essas cadeias agroextrativistas na Amazônia é transportar a produção para os locais de consumo.



TRECHO NARRADO

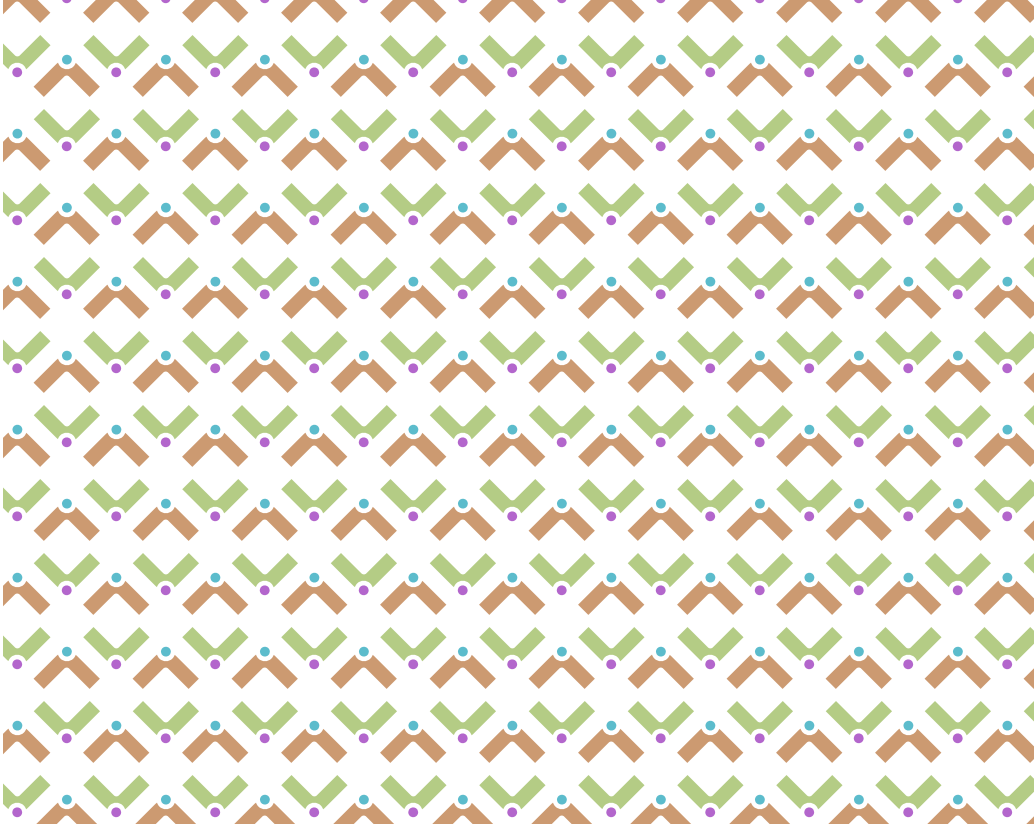
A infraestrutura de transporte na Amazônia é bastante precária. O meio de transporte predominante em muitos territórios é exclusivamente feito pelos rios, um meio de transporte caro e demorado. Essa limitação de transporte afeta não apenas a produção, mas a vida das pessoas, pois prejudica o acesso a bens e serviços.

As comunidades mais pobres ou vulneráveis econômica e socialmente, como os indígenas ou quilombolas, são aquelas que mais sofrem pelo isolamento de suas localidades com as capitais ou cidades grandes, devido à falta de acesso aos serviços básicos de cidadania como saúde e educação.

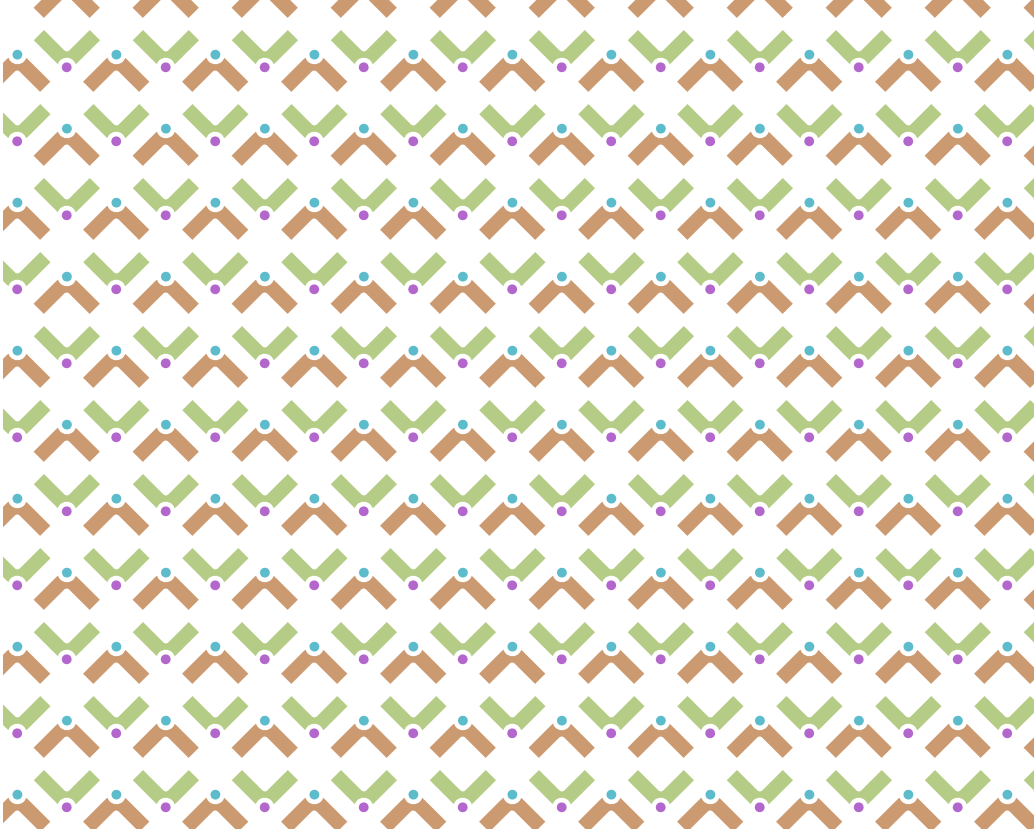
Jovens quilombolas de Cachoeira (BA).  
Foto: Criativos da Escola.



# MÓDULO 1



UNIDADE 4  
PNDR E A VIDA DAS PESSOAS:  
CAMINHOS POSSÍVEIS DE  
ENFRENTAMENTO DOS  
DESAFIOS





## MÓDULO 1

### UNIDADE 4

## PNDR E A VIDA DAS PESSOAS: CAMINHOS POSSÍVEIS DE ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS

Essas histórias nos permitem evidenciar alguns desafios que a PNDR busca enfrentar e que são expressos entre os seus objetivos específicos.

### DESAFIOS EXPRESSOS POR MEIO DE OBJETIVOS DA PNDR



Promover a convergência dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida inter e intrarregiões brasileiras e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento em regiões que apresentem baixos indicadores socioeconômicos.

Isso pode ser entendido como:  
Reduzir as desigualdades socioeconômicas entre as diferentes regiões do Brasil, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso igualitário a oportunidades de desenvolvimento e a uma boa qualidade de vida, independentemente de onde vivam.



Espera-se que todas as regiões do Brasil tenham condições semelhantes de desenvolvimento e qualidade de vida. Isso inclui proporcionar oportunidades justas para que pessoas que vivem em áreas com baixos indicadores socioeconômicos também possam prosperar e ter acesso a serviços básicos, como educação e saúde, e oportunidades de emprego. E aqui vale a pena trazer dois conceitos importantes: igualdade e equidade.



## CONCEITOS IMPORTANTES PARA O ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS

A **igualdade** se baseia na premissa de que todos devem ter os mesmos direitos e deveres.



### CONCEITOS



Já a **equidade** reconhece que não somos todos iguais e que é preciso dar o que cada um necessita para que todos tenham as mesmas oportunidades.

*E quais são os caminhos possíveis para o enfrentamento dos desafios?*



SAIBA MAIS

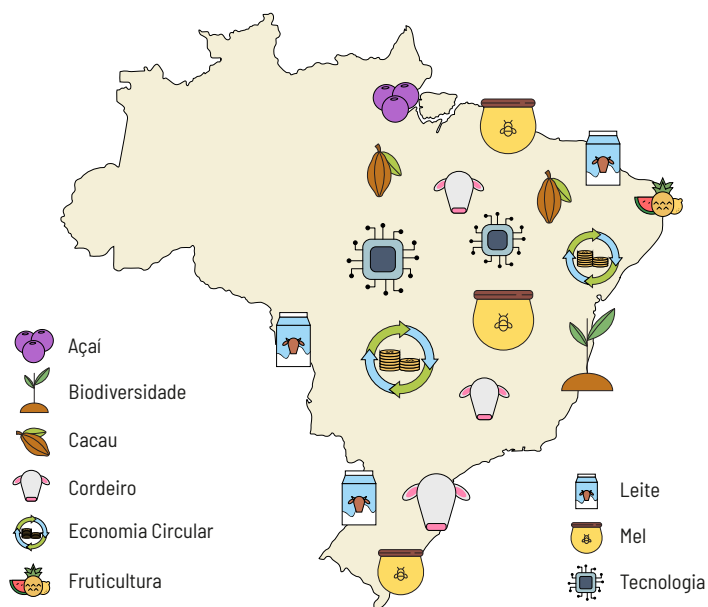
A primeira estratégia para esse enfrentamento é atualmente implementada pelas **Rotas de Integração Nacional**, que representam redes de sistemas produtivos inovadores associadas a cadeias de valor estratégicas capazes de promover a inovação, a inclusão produtiva e o desenvolvimento regional sustentável. Para conhecer mais sobre o assunto, acesse a **Portaria nº 2.737, que trata das Rotas de Integração**, disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.737-de-23-de-agosto-de-2023-505130284>.

Na Região Norte, estão em funcionamento as rotas do açaí e do cacau. E em todo o país existem diversas rotas que estão funcionando de forma integrada com o setor produtivo, com apoio e diálogo permanente com os parceiros, tais como fornecedores, associações, cooperativas, poder público e instituições de ensino e pesquisa.



## ROTAS EM FUNCIONAMENTO DE FORMA INTEGRADA COM O SETOR PRODUTIVO

Fonte: Adaptado de MIDR.



SAIBA MAIS

Para conhecer mais sobre o programa, assista ao vídeo intitulado **Rota de Integração Nacional**, produzido pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, disponível em: [https://youtu.be/\\_vJOT7o4syg](https://youtu.be/_vJOT7o4syg).

Outra estratégia da PNDR oportuna, sobretudo para a Região Norte do país, é a **Estratégia Nacional de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional Sustentável (BioRegio)**, em benefício dos povos originários, comunidades tradicionais, associações e cooperativas de agricultores familiares, agroextrativistas, especialmente os jovens, mulheres e empreendedores rurais e urbanos.

A bioeconomia representa o conjunto de atividades econômicas baseadas na biodiversidade que promovem soluções inovadoras no uso de recursos naturais e visam à transição para um padrão de desenvolvimento sustentável voltado para o bem-estar da sociedade e a conservação produtiva do meio ambiente.

Assim, a BioRegio tem por objetivo incentivar a inovação, o investimento e a geração de emprego e renda a partir da bioeconomia regional, por meio do fortalecimento da base socioeconômica territorial e sua diversificação a partir do adensamento de cadeias produtivas, do fortalecimento de sistemas produtivos e inovadores locais e do manejo sustentável dos recursos naturais.





Foto: © [Brastock] / Shutterstock.

A PNDR prevê diversos instrumentos para a implementação da BioRegio, entre eles estão os **Planos Regionais de Desenvolvimento**, previstos para as macrorregiões Amazônia Legal, Nordeste e Centro-Oeste. Esses planos são elaborados a cada quatro anos e apresentados ao Congresso Nacional junto com o Planejamento Plurianual (PPA) do governo federal.

Os planos visam reduzir as desigualdades regionais através da geração de emprego e renda, do crescimento econômico, da qualidade de vida e da internalização da riqueza regional. Eles orientam a aplicação de recursos federais para a região. Em resumo, os Planos Regionais de Desenvolvimento são como guias com ações para melhorar a qualidade de vida e impulsionar a economia em diferentes partes do país.

A região da Amazônia Legal tem o **Plano Regional da Amazônia Legal (PRDA)**, e a aposta estratégica de acelerar o desenvolvimento regional é a integração e diversificação produtiva da biodiversidade com agregação de valor.

O alcance dos objetivos da PNDR é uma tarefa conjunta entre governos federal, estaduais e municipais, além da sociedade civil, universidades e empresas. Para tanto, é necessário ações em parceria e diálogo entre os diferentes atores.



Uma das formas de se fazer isso é pelo **Programa de Desenvolvimento de Capacidades para Integração e Desenvolvimento Regional (PCDR)**. O PCDR foi criado para mobilizar ações e parcerias para criar um ambiente colaborativo voltado à ampliação das capacidades de gestão e da sustentabilidade institucional dos entes federados.

Em outras palavras, o PCDR busca melhorar as capacidades dos gestores públicos, das comunidades locais e das organizações, para que possam colaborar efetivamente na integração das regiões e no seu desenvolvimento econômico, social e ambiental.

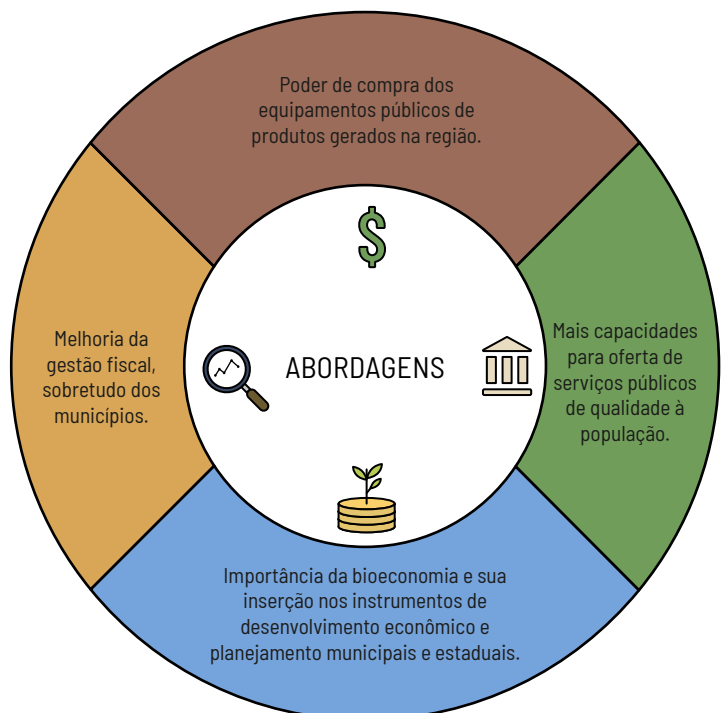


SAIBA MAIS

A execução do PCDR pode envolver treinamentos, capacitações, assistência técnica, inovação na gestão, trocas de experiências e outras atividades que ajudem as pessoas a se tornarem mais aptas a contribuir para o crescimento e a coesão das regiões. Para conhecer mais sobre o PCDR, acesse a **Portaria nº 1.642, que instituiu o programa**, disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.642-de-9-de-maio-de-2023-482412768>. Acesse também a página do MIDR que detalha o PCDR, disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/pcdr>.

Por fim, veja abordagens promissoras de desenvolvimento de capacidades dos governos municipais e estaduais nessa região que podem potencializar o desenvolvimento regional.

## ABORDAGENS PROMISSORAS DE DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES



Veja a seguir a retomada dos principais pontos deste módulo.

## SÍNTESE DO MÓDULO

PERSONA	ESCALA GEOGRÁFICA/ TERRITÓRIO/	DESAFIO	PROBLEMA/ CARACTERÍSTICA	OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS, PROGRAMAS, INSTRUMENTOS DA PNDR
Seu João, LÍDER COMUNITÁRIO E COLETOR DE AÇAÍ em Bailique, no Amapá.	Macrorregional: a PNDR prevê atuação em diferentes escalas geográficas, entre elas a escala macrorregional. Isso significa que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste são regiões prioritárias para a redução das desigualdades entre as regiões do país (art. 5º, I, Decreto nº 11.962/2024).	Muitas áreas na Região Amazônica, a exemplo de Bailique, têm potenciais econômicos, com riquezas capazes de promover a bioeconomia, o desenvolvimento sustentável focado na sociodiversidade. Ao mesmo tempo, é comum que sejam áreas com situação de pobreza, baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em que as comunidades locais têm acesso limitado a políticas de educação e saúde. São territórios distantes ou isolados com dificuldades de integração com outros territórios.	<ul style="list-style-type: none"><li>Desafios na cadeia produtiva (certificação, escala, rastreabilidade, transporte, multimodal).</li><li>Dificuldade de integração com outros territórios.</li><li>Dificuldade de acesso a serviços de saúde e educação.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Rotas da Integração.</li><li>BioRegio.</li><li>Plano Regional da Amazonia Legal.</li><li>Desenvolvimento de capacidades para que o poder de compra do Estado contribua para o desenvolvimento regional.</li></ul>

Você finalizou o Módulo 1!

No próximo módulo, vamos conhecer o Manuel, professor universitário que atua na região de fronteira no Sul do país.





## REFERÊNCIAS

AMAZÔNIA Azul e BioRegio para um desenvolvimento sustentável. MIDR, 2023. 1 vídeo (4min20), 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h26MTeanPF0>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Portaria nº 3.717, de 30 de novembro de 2023**. Estabelece a Estratégia Nacional de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional Sustentável do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Brasília, DF: MIDR, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/desenvolve-amazonia/PORTARIAN3.717DE30DENOVEMBRODE2023.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/decreto/D11962.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D11962.htm). Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023**. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Lei/L14628.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14628.htm). Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Portaria nº 2.737, de 23 de agosto de 2023**. Brasília, DF: MIDR, 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.737-de-23-de-agosto-de-2023-505130284>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Portaria nº 1.642, de 9 de maio de 2023**. Institui o Programa de Desenvolvimento das Capacidades para Integração e Desenvolvimento Regional (PCDR) no âmbito do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR). Brasília, DF: MIDR, 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1.642-de-9-de-maio-de-2023-482412768>. Acesso em: 10 jun. 2024.

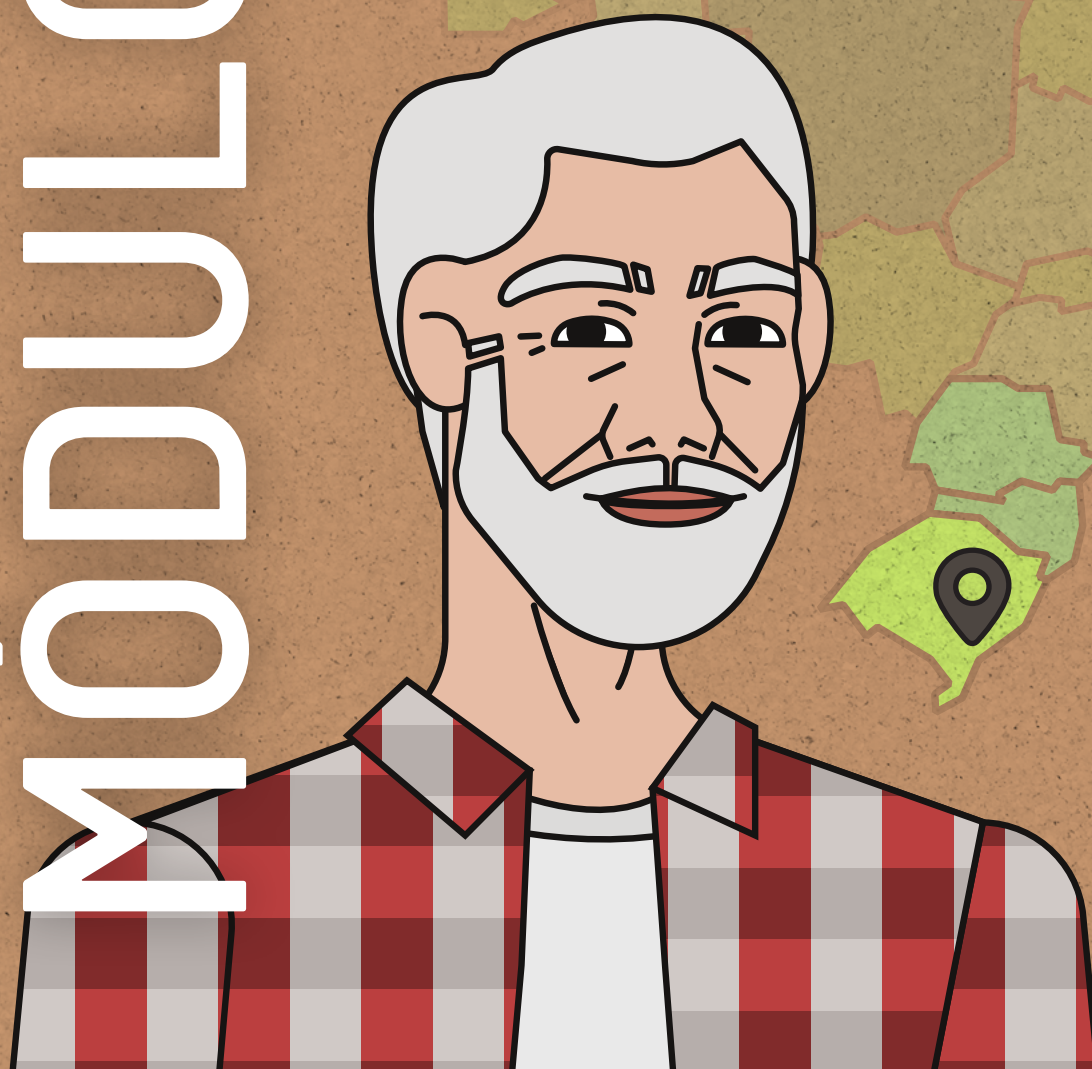
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Rotas de Integração Nacional. Rota do Açaí. **GOV.BR**, Brasília, 2024. Disponível em: <http://portalrotas.avaliacao.org.br/rota/rota-do-acai/1>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SUDAM. **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia Legal – PRDA**. Belém, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/assuntos/planos-de-desenvolvimento/PRDA2427.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.





# MÓDULO 2



**MANUEL, PROFESSOR UNIVERSITÁRIO  
QUE ATUA NA REGIÃO DE FRONTEIRA  
NO SUL DO PAÍS**

## MÓDULO 2

---

### APRESENTAÇÃO

Neste módulo apresentaremos o Manuel, um professor universitário que atua em Pelotas, no Rio Grande do Sul. Abordaremos alguns aspectos geográficos como a faixa de fronteira do país e alguns desafios inerentes deste território. E ainda, falaremos sobre os objetivos e estratégias da PNDR para lidar com tais desafios.

### Siglas

CASD – Comissão Permanente de Cidades Atingidas ou Sujeitas a Desastres

FNP – Frente Nacional dos Prefeitos

MCR – Making Cities Resilient/Construindo Cidades Resilientes

ONU – Organização das Nações Unidas

PCDR – Programa de Desenvolvimento de Capacidades para Integração e Desenvolvimento

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional



# MÓDULO 2

## UNIDADE 1 APRESENTAÇÃO DA PERSONA

## MÓDULO 2

### UNIDADE 1

#### APRESENTAÇÃO DA PERSONA

Manuel, que atua na região de fronteira no Sul do país, mais especificamente em Pelotas, é professor na universidade federal. Essa região vem sofrendo bastante com os eventos extremos decorrentes dos efeitos das mudanças climáticas. Em suas pesquisas, o professor tem procurado tratar do tema sobre resiliência territorial e tem atuado como um facilitador entre a academia, a associação de municípios da região e o governo federal. Uma das coisas que deixa Manuel desanimado é ver seus ex-alunos deixarem a região em busca de empregos em outros estados, por falta de opções. Outra coisa que tem chamado sua atenção é um possível movimento de migrantes climáticos devido à ocorrência, cada vez mais frequente, de eventos extremos como seca ou chuvas muito fortes.



VÍDEO



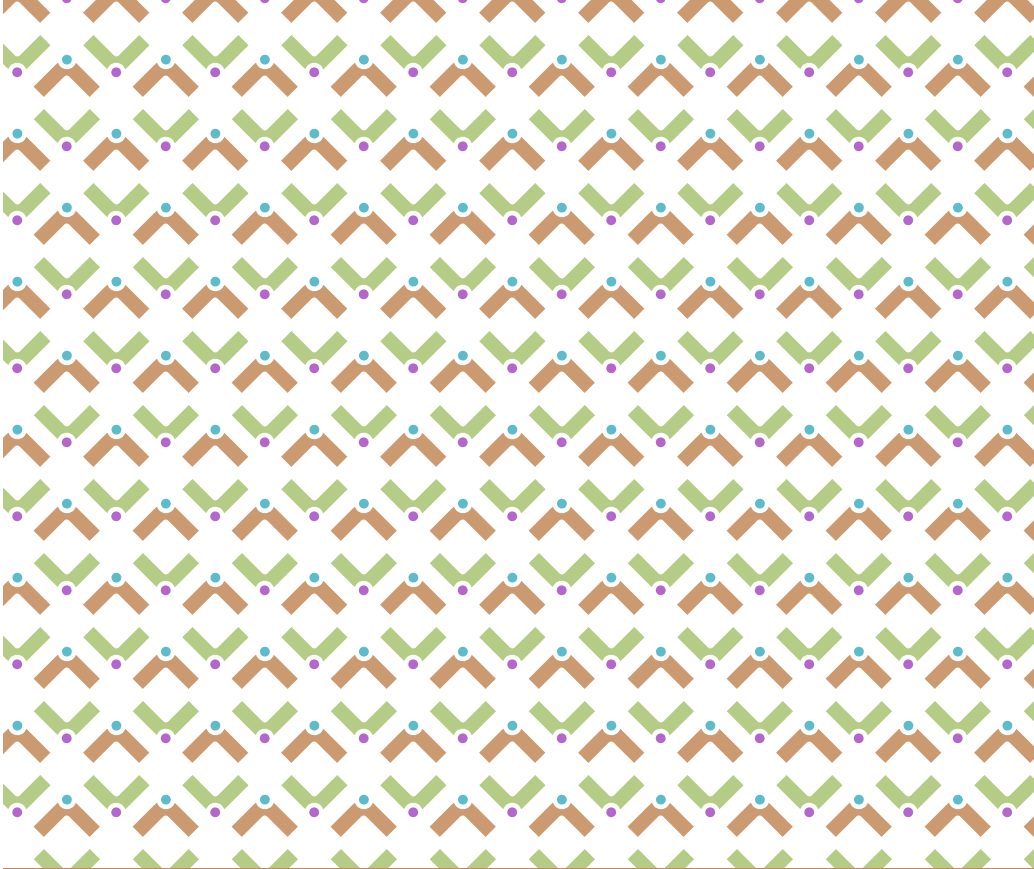
Aponte a câmera do seu dispositivo móvel (smartphone ou tablet) para o QR Code ao lado e assista ao vídeo de animação apresentando o Manuel, ou acesse o link: [youtu.be/NkFp3PfCckI](https://youtu.be/NkFp3PfCckI).



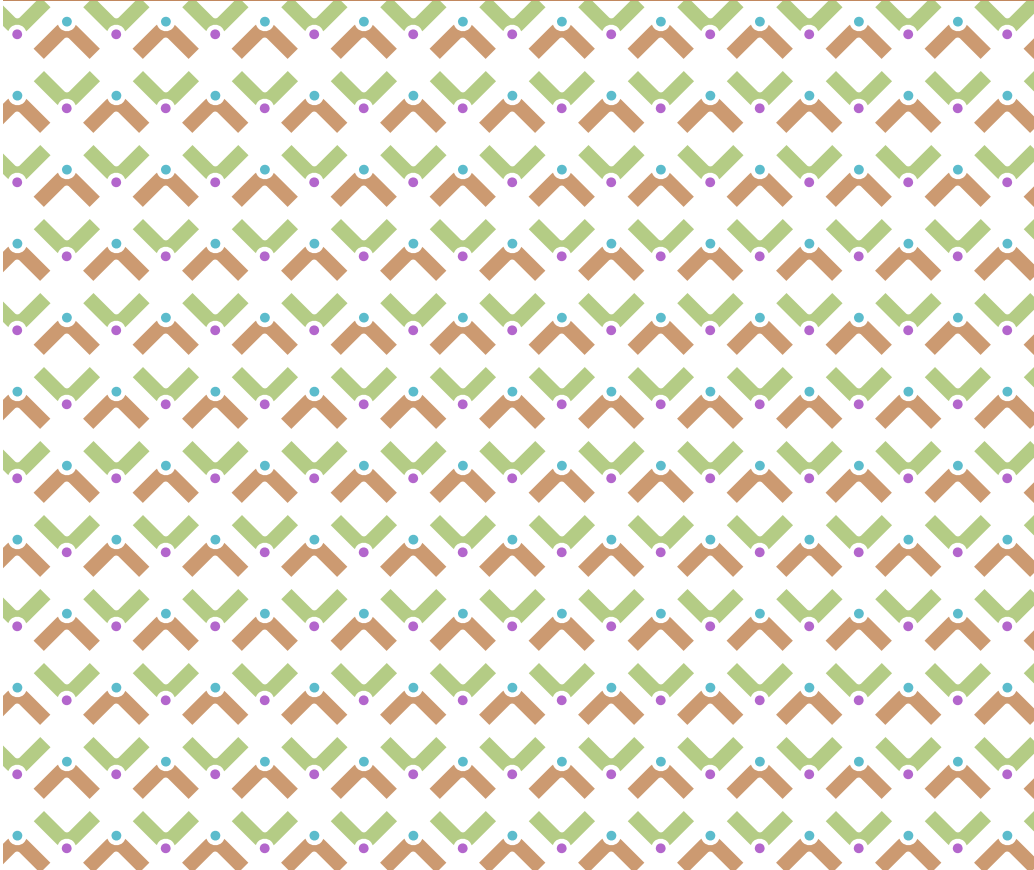
Manuel acredita que a articulação entre as instituições da região com os países vizinhos possa ser um caminho para o enfrentamento desses desafios.



# MÓDULO 2



UNIDADE 2  
ASPECTOS GEOGRÁFICOS E  
ESCALAS TERRITORIAIS DA  
PNDR: FAIXA DE FRONTEIRA



## MÓDULO 2



### UNIDADE 2

## ASPECTOS GEOGRÁFICOS E ESCALAS TERRITORIAIS DA PNDR: FAIXA DE FRONTEIRA

*Será que Pelotas, no Rio do Grande Sul, estaria na área de atuação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)?*

O Rio Grande do Sul não faz parte das macrorregiões priorizadas pela PNDR, como a Amazônia, o Nordeste e o Centro-Oeste. No entanto, a PNDR também atua em escala sub-regional, como a Faixa de Fronteira, por exemplo.



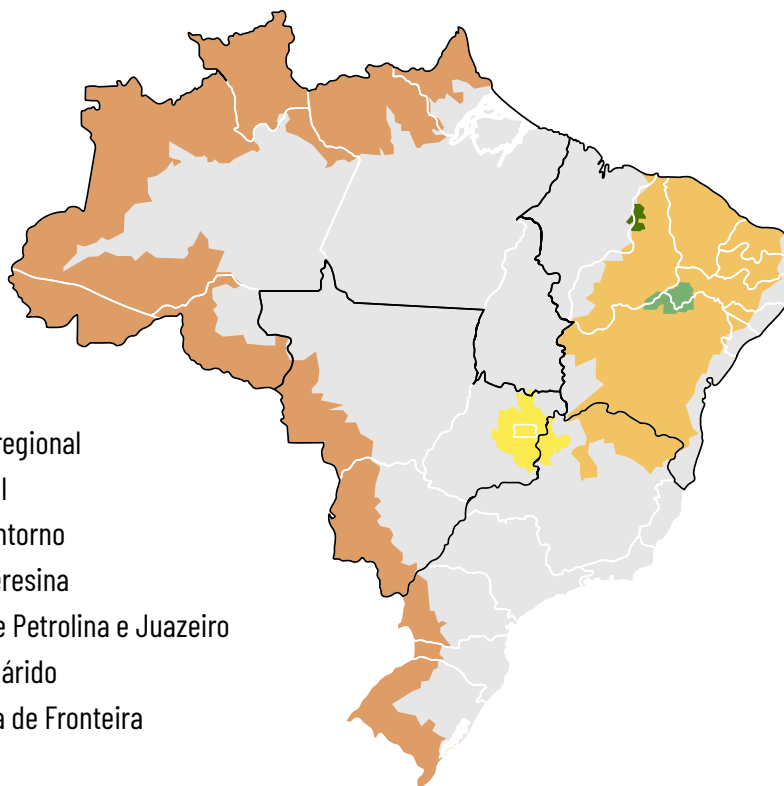
A Faixa de Fronteira é a extensão territorial de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres. Isso foi estabelecido no §2º do art. 20 da Constituição Federal e regulado pela Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, conforme você pode observar no mapa a seguir. No mapa, aproveitamos para destacar também as demais áreas prioritárias da PNDR.

Fonte: Adaptado de IPEA.

### ÁREAS PRIORITÁRIAS DA PNDR

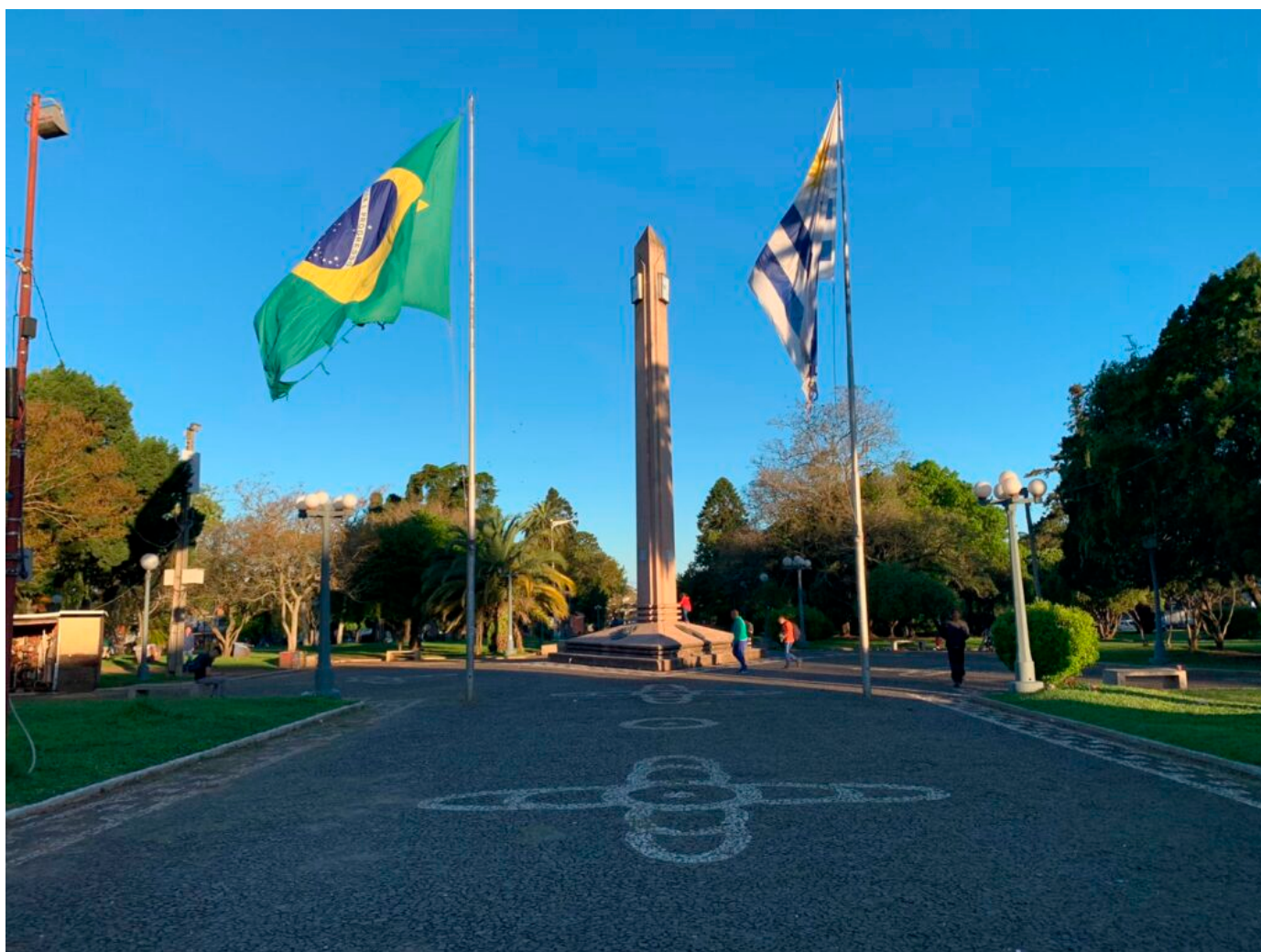
#### Legenda

- Limite macrorregional
- Limite estadual
- Ride do DF e Entorno
- Ride Grande Teresina
- Ride do Polo de Petrolina e Juazeiro
- Limite do Semiárido
- Limite da Faixa de Fronteira



A Faixa de Fronteira é um território bastante extenso, que vai de Norte a Sul, passando pelo Centro-Oeste. Uma área onde vivem milhares de brasileiros e que tem uma dinâmica muito peculiar por estar na área de fronteira, com desafios para a segurança pública na dinâmica dessas regiões e na oferta de serviços públicos.

Imagine que em muitos lugares o simples fato de atravessar a rua faz com que você já esteja em outro país. Por exemplo, em Sant'Ana do Livramento no Brasil, a 500 km de Porto Alegre, basta atravessar a rua para estar em Rivera, no Uruguai. As duas cidades juntas somam mais de 160 mil pessoas que convivem como se estivessem no mesmo país, cruzando diariamente a fronteira a pé para trabalhar, fazer compras, visitar amigos e familiares, entre outras atividades.



*Fronteira da Paz, trecho entre as cidades de Sant'ana do Livramento no Brasil e Rivera no Uruguai.*

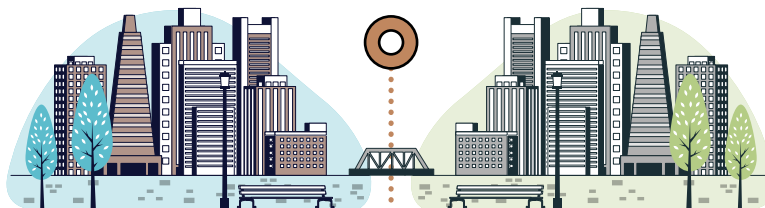
*Foto: Conhecendo o Rio Grande.*





Existem cidades que recebem até um título curioso de “cidades gêmeas”, são cidades que são cortadas pela linha de fronteira e que têm forte conexão com a cidade do outro lado da fronteira do Brasil.

## CIDADES GÊMEAS



Fonte: Adaptado de Brasil (2021).

**1.** Municípios de países vizinhos cortados pela linha de fronteira, seca ou fluvial, ligada ou não por obras de infraestrutura, que sinalize onde começa e onde termina a área de cada município de tal fronteira.

**2.** Apresentam grande potencial de integração econômica, social e cultural com a cidade do país vizinho.

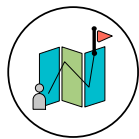


# MÓDULO 2

## UNIDADE 3 DESAFIO REGIONAL

## MÓDULO 2

### UNIDADE 3



#### DESAFIO REGIONAL

O estado do Rio Grande do Sul apresenta uma identidade cultural diversa, herdada de povos imigrantes, e paisagens fascinantes, que atraem diversos turistas. Ao mesmo tempo, a região convive com o envelhecimento da população, o que requer políticas públicas específicas. A economia, em diversas regiões, está estagnada e a população vem sofrendo com os eventos extremos decorrentes dos efeitos das mudanças climáticas.



Foto: © [Marli Anders Esmeriz] / Shutterstock.

Assim, podemos pontuar ao menos três desafios para a região de fronteira do Sul do país, conforme apresentados a seguir.



## DESAFIOS REGIONAIS DA REGIÃO DE FRONTEIRA DO SUL DO PAÍS

Qual é o principal desafio econômico enfrentado pela região de fronteira do Sul do Brasil?

Como a mudança climática afeta a vulnerabilidade dos territórios na região de fronteira?

Quais são as dificuldades específicas na integração de políticas públicas nessa área?



### 3.1 Falta de dinamismo econômico e envelhecimento da população

Parte da Região Sul do país convive com a falta de dinamismo econômico, ou seja, falta de capacidade da região de atrair empreendimentos, de gerar empregos e de melhorar a qualidade de vida das pessoas.



TRECHO NARRADO

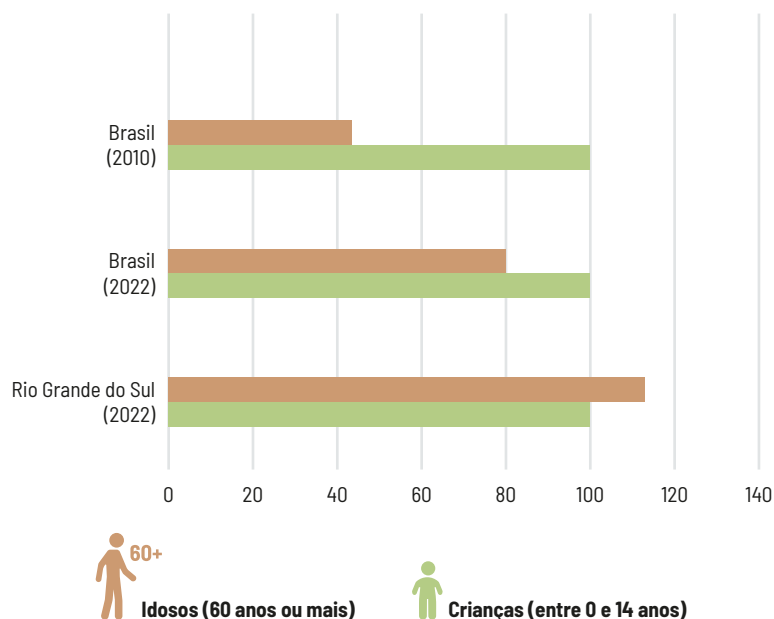
A situação atual é fruto de um processo histórico das atividades econômicas da região. O fato é que o problema tem se agravado com o processo de envelhecimento da população na região. E isso, por um lado, pode ser encarado como um desafio e, por outro, pode ser tratado como uma oportunidade para criação de novos mercados e políticas públicas voltadas para uma população que vive mais.

O Brasil, de modo geral, está vivenciando o envelhecimento da população. Segundo o IBGE, em 2010, o índice de envelhecimento da população brasileira correspondia a 44,8, ou seja, havia 44,8 pessoas idosas (60 anos ou mais) para cada 100 crianças (entre 0 e 14 anos). Já em 2022, o índice de envelhecimento no país passou para 80, indicando que há 80 pessoas idosas para cada 100 crianças. Observe o gráfico a seguir.



## ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA E DO RIO GRANDE DO SUL

Fonte: Adaptado de IBGE (2023).



O Rio Grande do Sul, estado brasileiro com o maior índice de envelhecimento da população, tem a maior proporção: 115 idosos para cada 100 crianças. E isso representa um cenário de desafios para as políticas públicas, sobretudo as de saúde.

O Censo de 2022 mostrou que mais da metade dos municípios no Rio Grande do Sul perdeu habitantes quando comparados a 2010. Entre as causas estão o envelhecimento da população, queda de natalidade e estagnação econômica, em razão dos repetidos períodos de seca ou estiagem, prejudicando os pequenos produtores rurais.

### 3.2 Vulnerabilidade de territórios em risco de eventos extremos devido às mudanças climáticas

A vulnerabilidade de territórios em risco de eventos climáticos extremos é uma preocupação crescente em todo o mundo. À medida que as mudanças climáticas se intensificam, regiões costeiras e áreas propensas a eventos extremos enfrentam desafios significativos. Vamos explorar alguns aspectos desse tema.





## TRECHO DE REPORTAGEM

Em se tratando de eventos climáticos extremos, confira duas reportagens do mesmo ano. Uma delas mostra como o Rio Grande do Sul sofre com estiagem/seca e a outra mostra como esse estado sofre com as chuvas. A primeira, intitulada “Estiagem deixa centenas de municípios do Rio Grande do Sul em situação de emergência”, foi veiculada em 04/2/2023 pelo Jornal Nacional – Globo e está disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/02/04/estiagem-deixa-centenas-de-municipios-do-rio-grande-do-sul-em-situacao-de-emergencia.ghtml>. A segunda, intitulada “Rio Grande do Sul sofre com temporais”, foi veiculada em 26/9/2023 pelo Jornal da Band e está disponível neste link: <https://www.band.uol.com.br/noticias/jornal-da-band/videos/rio-grande-do-sul-sofre-com-temporais-17195086>.

Vivemos um período em que é evidente a necessidade de adaptação devido às mudanças climáticas. A população do Rio Grande do Sul já sente no seu cotidiano essa necessidade.

Confira, no mosaico abaixo, alguns títulos de manchetes sobre as enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul.

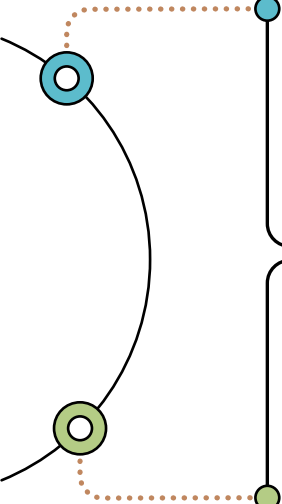
The image shows a collage of news headlines. At the top left, a red banner reads "RIO GRANDE DO SUL" with the "rbst" logo. To its right, a red banner reads "BBC NEWS BRASIL" with a navigation menu: "Notícias", "Brasil", "Eleições EUA", "Internacional", "Economia", "Saúde", "Ciência", "Tecnologia". Below these are two main headlines: "Um mês de enchentes no RS: veja cronologia do desastre que atingiu 471 cidades, matou mais de 170 pessoas e expulsou 600 mil de casa" and "O drama dos idosos nas inundações do Rio Grande do Sul: 'Parecem deixados de lado'". Below these is a screenshot of the "agênciaBrasil" website. The website header includes a menu icon, the logo "agênciaBrasil", and a search bar. A yellow tag "Economia" is visible above the main headline: "Desastre climático faz vendas da indústria caírem 15,6% em maio no RS". A sub-headline reads: "Queda geral média chegou a -37,3% na primeira semana da tragédia". At the bottom of the screenshot are four small square icons.



A resiliência é a capacidade de se recuperar de uma situação adversa, problemática. Em um contexto de desenvolvimento regional e territorial, falamos em **resiliência territorial**.

*Mas o que significa **resiliência territorial**?*

## RESILIÊNCIA TERRITORIAL



A **resiliência territorial** diz respeito à capacidade de uma região ou comunidade se adaptar, se recuperar e prosperar diante de adversidades, como desastres naturais, mudanças climáticas ou crises socioeconômicas. Envolve o fortalecimento das infraestruturas locais, a diversificação econômica e a promoção da coesão social para enfrentar e superar desafios.

É como tornar o território forte e bem-organizado para lidar com eventos climáticos extremos, como tempestades e secas, de modo a proteger as pessoas, o meio ambiente, a vida econômica e as infraestruturas. Em suma, é a habilidade de um lugar de se adaptar e se recuperar diante de dificuldades, mantendo sua funcionalidade e a qualidade de vida para seus habitantes.

O enfrentamento desse desafio global requer o envolvimento de todos os níveis de atuação. Vamos destacar o protagonismo fundamental que as cidades precisam assumir para enfrentar esse desafio.

A Comissão Permanente de Cidades Atingidas ou Sujeitas a Desastres (CASD) da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) vem atuando com o objetivo de acompanhar de forma permanente a pauta de desastres, a fim de construir subsídios para a promoção de alternativas, programas e políticas de assistência aos municípios.

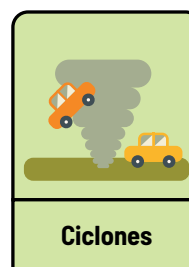
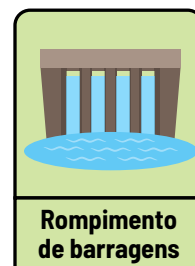
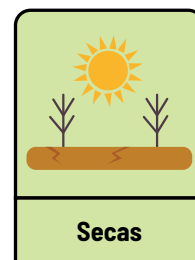
Confira, no infográfico a seguir, os eixos de atuação da CASD.



## COMISSÃO PERMANENTE DAS CIDADES ATINGIDAS OU SUJEITAS A DESASTRES (CASD)

### Eixos de atuação

- Prevenção e gestão de desastres para cidades atingidas por:



Segundo a CASD, o enfrentamento deve ser feito de modo abrangente, com medidas de prevenção, redução de riscos, reposta e gestão de desastres.



### BOAS PRÁTICAS

Além das ações da defesa civil, é preciso ações de planejamento urbano, habitação, processos educativos, medidas de resiliência climática e soluções baseadas na natureza.

A Organização das Nações Unidas (ONU) desenvolveu uma campanha intitulada “Making Cities Resilient 2030 – MCR 2030” (Construindo Cidades Resilientes), na qual apresenta um roteiro de três etapas na jornada de reduzir riscos e construir resiliência. Veja quais são as etapas no infográfico a seguir.





## CONSTRUINDO CIDADES RESILIENTES



O roteiro para a resiliência apoia o entendimento de que a construção de resiliência é um processo e que a jornada para a resiliência de cada cidade é única. As cidades estão em etapas diferentes nessa jornada para a resiliência: algumas podem estar apenas começando, enquanto outras podem estar em etapas avançadas. O roteiro para a resiliência ajuda as cidades a entender onde estão nessa jornada para a resiliência, saber o que fazer para reduzir os riscos, melhorar a resiliência e progredir ainda mais para garantir que as cidades sejam seguras, resilientes e sustentáveis.



SAIBA MAIS

O objetivo final da iniciativa MCR 2030 é garantir que as cidades se tornem inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis até 2030. Para saber mais sobre as cidades resilientes, acesse o documento disponível em: <https://mcr2030.undrr.org/sites/default/files/2021-04/MCR2030%20in%20Portuguese%20ver.2%20%2820210323%29.pdf?startDownload=true>.



Aumentar a resiliência territorial em sistemas urbanos pressupõe planejamento que considere os seguintes aspectos:

## PLANEJAMENTO PRÓ-RESILIÊNCIA



Fonte: Adaptado de Gonçalves (2015).

### 3.3 Dificuldades de integração de políticas públicas na região de fronteira

A região da Faixa de Fronteira é legalmente instituída pela Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, e pelo Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980. Por conta disso, pressupõe um tratamento diferenciado em relação aos demais espaços nacionais, envolvendo especialmente políticas específicas de defesa e segurança nacional.

A Faixa de Fronteira é caracterizada por um território repleto de desafios para as políticas públicas. Apesar de estratégias para a integração sul-americana, ainda é uma região em que falta desenvolvimento econômico e, em muitos casos, caracteriza-se pela dificuldade de acesso da população da região aos bens e serviços públicos. Dada a sua extensão territorial, há dificuldade de presença do Estado, o que também dá margem para atividades ilegais e implica questões de segurança pública e defesa nacional.



Vale destacar que a Faixa de Fronteira não é algo único e uniforme. O Brasil divide **fronteiras com dez países sul-americanos**, à exceção apenas do Equador e do Chile. O infográfico a seguir apresenta mais informações sobre a diversidade desses territórios.

## NÚMEROS DA FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRA

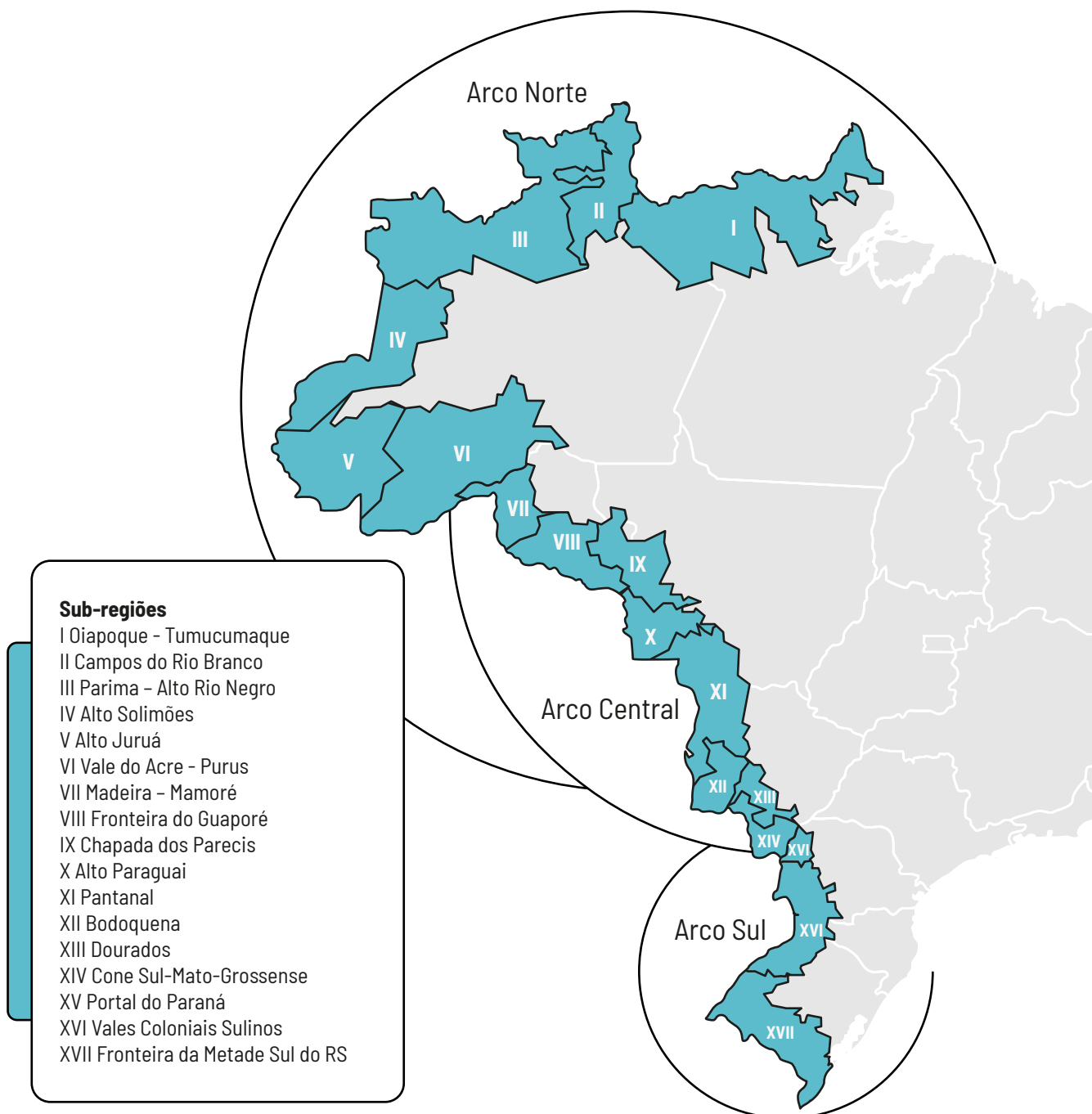


Fonte: Adaptado de FIOCRUZ.



As fronteiras fazem parte da vida de milhares de brasileiros nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sul do país. A Faixa de Fronteira pode ser dividida em três grandes arcos, como pode ser conferido no mapa a seguir.

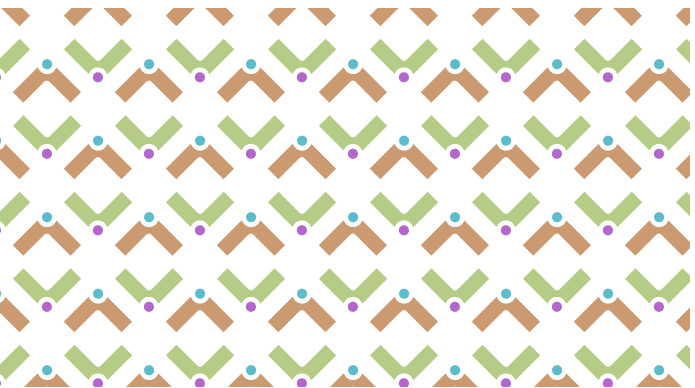
## ARCOS E SUB-REGIÕES DA FAIXA DE FRONTEIRA



Fonte: Brasil (2015).



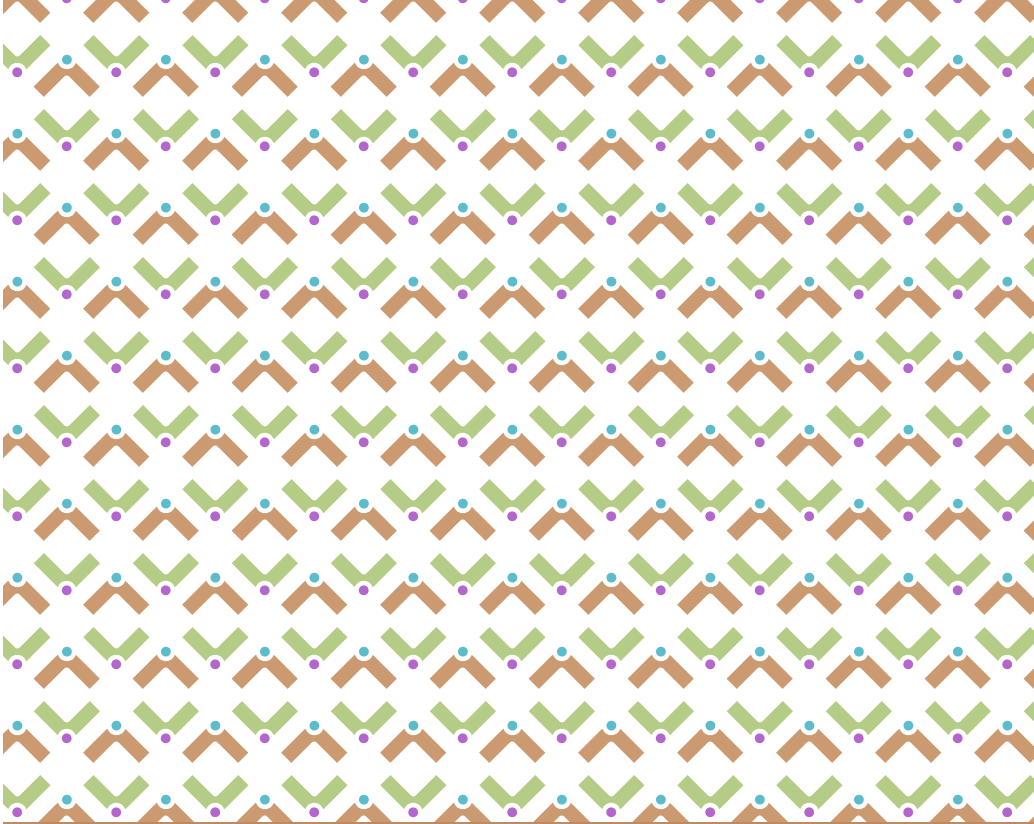
O primeiro é o Arco Norte, compreendendo a Faixa de Fronteira dos estados do Amapá, Pará, Amazonas e os estados de Roraima e Acre. O segundo é o Arco Central, que compreende a Faixa de Fronteira dos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O terceiro é o Arco Sul, que inclui a fronteira dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.



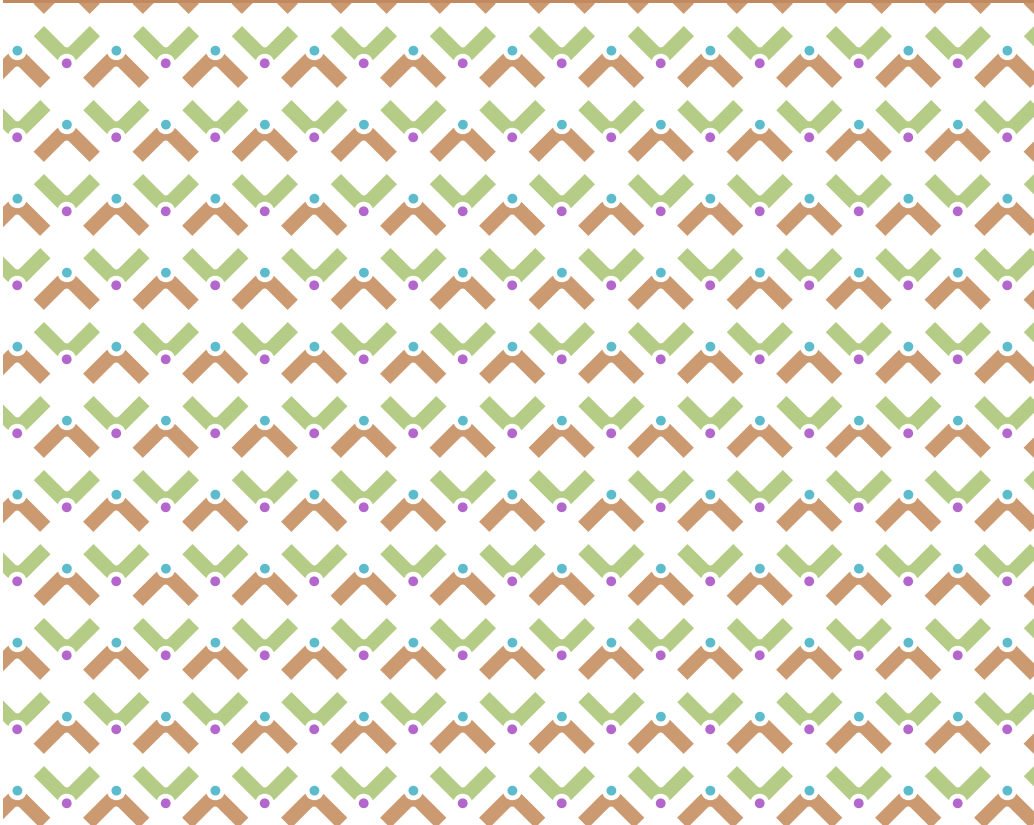
A atuação na Faixa de Fronteira, a partir da PNDR, reconhece que se trata de um território bastante diverso e, portanto, deve valorizar as potencialidades locais, promoção/recuperação da cidadania, dinamização da economia, apoio à infraestrutura econômica e social, organização social e institucional e integração com países da América do Sul.



# MÓDULO 2



UNIDADE 4  
PNDR E A VIDA DAS PESSOAS:  
CAMINHOS POSSÍVEIS DE  
ENFRENTAMENTO DOS  
DESAFIOS





## MÓDULO 2

### UNIDADE 4

## PNDR E A VIDA DAS PESSOAS: CAMINHOS POSSÍVEIS DE ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS

As reportagens aqui apresentadas evidenciam alguns desafios que a PNDR busca enfrentar e que são expressos, por exemplo, entre os seus objetivos específicos, como:

- Estimular ganhos de produtividade e aumentos da competitividade regional, sobretudo em regiões que apresentem declínio populacional e elevadas taxas de emigração.

Esse objetivo pode ser explicado da seguinte forma:

- **Trabalhar para ter melhores resultados:** agir para que os negócios tenham resultados melhores, para empresários e trabalhadores, especialmente nos locais de onde as pessoas estão indo embora.

Algumas estratégias da PNDR podem ajudar nesse enfrentamento, conforme descrito a seguir.

### ESTRATÉGIAS DA PNDR



Apoio à formulação do **planejamento e ordenamento territorial**, considerando a infraestrutura urbana, habitação, mobilidade, equipamentos comunitários, economia urbana e mudança climática, sobretudo para um planejamento que aumente a resiliência do território frente às mudanças climáticas.

Apoio ao desenvolvimento de **cadeias produtivas portadoras de futuro**, que envolvam inovações tecnológicas que sejam inclusivas e ambientalmente sustentáveis. Nessa região, além de buscar alternativas inclusivas, sobretudo para o público jovem, é preciso promover uma economia do cuidado, tendo em vista o envelhecimento da população. Contempla também setores como agricultura familiar, turismo ecológico, bioeconomia e economia criativa, gerando emprego e renda.



Além disso, novos serviços e políticas públicas sensíveis às necessidades da população idosa são essenciais para garantir uma transição demográfica suave e digna. Investimentos em saúde e assistência social, juntamente com programas de moradia acessível e transporte adaptado, são fundamentais para atender às demandas crescentes dessa parcela da população.



## ESTRATÉGIAS DA PNDR

Estímulo a **financiamento público e privado** tendo em vista perspectivas como:

- Uma economia do cuidado para lidar com o enfrentamento do envelhecimento da população.
- Uma economia baseada em inovação e competitividade.

**Capacitação de gestores públicos e da sociedade civil:** fortalecimento da capacidade de gestão pública e da participação social na tomada de decisões.

**Disseminação de conhecimento e boas práticas:** capacitação da população e dos produtores rurais para lidar com os efeitos das mudanças climáticas.

Apoio à articulação e à melhoria da **governança** dos entes subnacionais, especialmente nas regiões de fronteiras. Nessa linha, estudos diagnósticos e a disseminação das informações entre gestores públicos da região para identificar ações que podem ser feitas no âmbito dos consórcios ou conjunto de municípios para lidar com a integração de políticas públicas na região de fronteira.

**Estímulo à colaboração entre os municípios da região:** criação ou apoio a consórcios intermunicipais para o desenvolvimento de projetos e ações conjuntas, otimizando recursos e potencializando resultados.

Estímulo à melhoria do **ambiente de negócios** que permitam atrair ou manter empresas na região.

Incentivo à **inovação e ao empreendedorismo:** apoio à criação de novas empresas e à implementação de tecnologias inovadoras, promovendo a competitividade da região.

Melhoria da **infraestrutura** para tornar-se **resiliente** para o enfrentamento das mudanças climáticas, contemplando equipamentos como barragens, transporte, energia e comunicação, de modo a estarem adaptados para resistir a eventos climáticos extremos e garantir o acesso a serviços essenciais para a população.

Veja a seguir a retomada dos principais pontos deste módulo.





## SÍNTESE DO MÓDULO

PERSONA	ESCALA GEOGRÁFICA/ TERRITÓRIO/	DESAFIO	PROBLEMA/ CARACTERÍSTICA	OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS, PROGRAMAS, INSTRUMENTOS DA PNDR
Manuel, professor universitário que atua na região de fronteira no Sul do país.	Na escala sub-regional, há áreas especiais de atuação, como é o caso da <u>Faixa de Fronteira</u> , que corresponde até 150 km de largura, ao longo das fronteiras terrestres (§2º do art. 20 da Constituição Federal).	O estado do Rio Grande do Sul apresenta uma identidade cultural diversa, herdada de povos imigrantes, e paisagens fascinantes, que atraem diversos turistas. Ao mesmo tempo, a região convive com o envelhecimento da população, o que requer políticas públicas específicas. A economia, em diversas regiões, está estagnada e a população vem sofrendo com os eventos extremos decorrentes dos efeitos das mudanças climáticas.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Desafios de políticas públicas em territórios de fronteiras.</li><li>• Territórios com alta vulnerabilidade climática.</li><li>• Território com diminuição populacional.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira.</li><li>• Cidades Intermediadoras.</li><li>• Rotas de Integração Nacional.</li><li>• Desenvolvimento de capacidades para o aumento da resiliência territorial.</li></ul>

Você finalizou o Módulo 2!

No Módulo 3 apresentaremos a Ana, prefeita do município de Água Preta em Minas Gerais.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 mai. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/decreto/D11962.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D11962.htm). Acesso em: 27 mai. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980**. Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira. Brasília, DF: Presidência da República, 1980. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d85064.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d85064.htm). Acesso em: 27 mai. 2024.

BRASIL. **Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979**. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6634.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6634.htm). Acesso em: 27 mai. 2024.

Brasil. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/Arquivos-SNPU/Biblioteca/publicacoes/II---Nova-base-territorial-para-o-programa-Faixa-de-Fronteira.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 2.507, de 5 de outubro de 2021**. Estabelece o conceito de cidades gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Regional, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.507-de-5-de-outubro-de-2021-350617155>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Cruz, B. Saiba mais sobre a faixa de fronteira brasileira e os países que a integram. **FIOCRUZ**, mar. 2021. Disponível em: <https://forma-caovigisaude.fiocruz.br/node/17>. Acesso em: 9 jun. 2024.

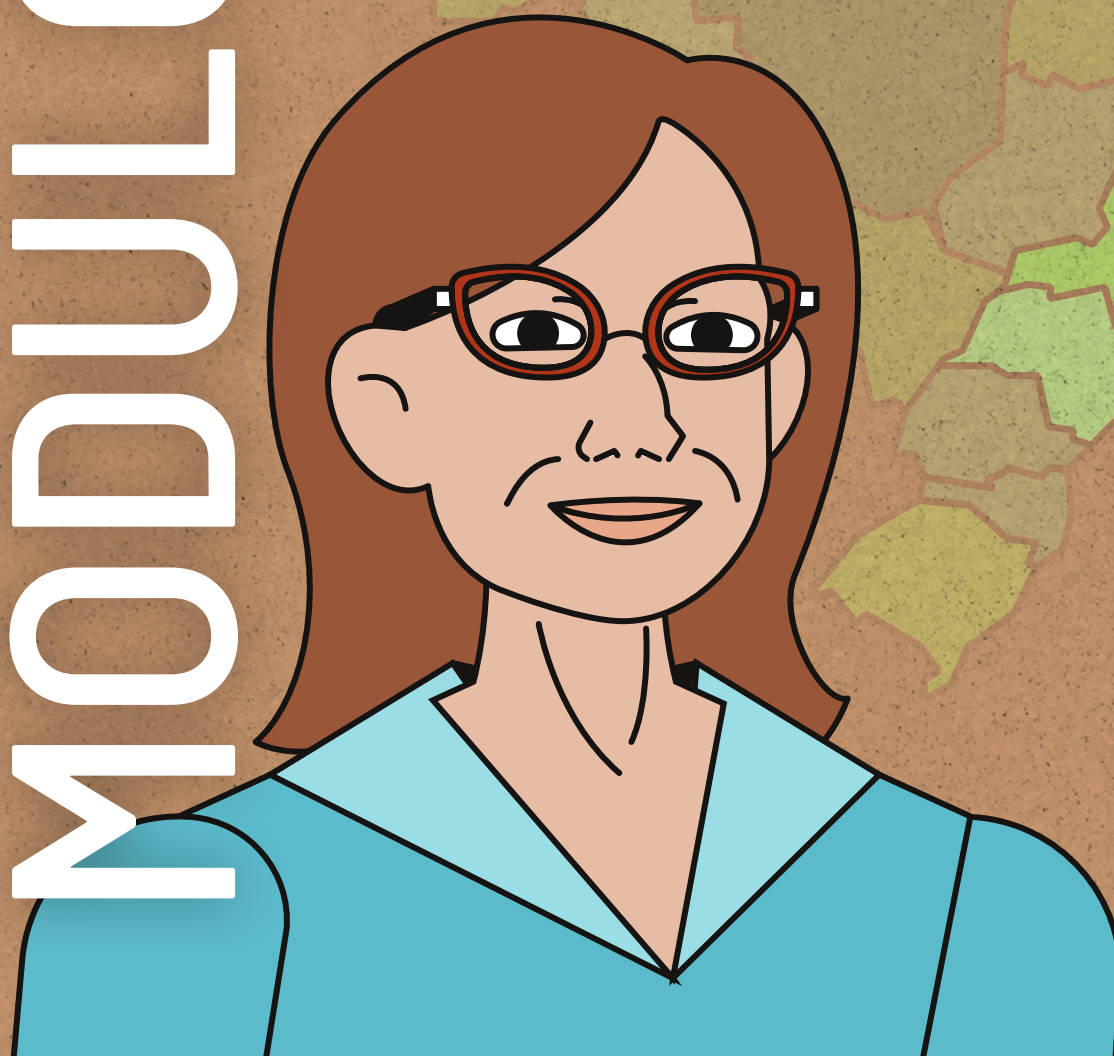
GONÇALVES, C. Planeamento para territórios resilientes: quem és tu? CONGRESSO DA GEOGRAFIA PORTUGUESA. 10. 2015, Lisboa, **Anais [...]**. Lisboa, 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/282074575\\_Planeamento\\_para\\_territorios\\_resilientes\\_quem\\_es\\_tu](https://www.researchgate.net/publication/282074575_Planeamento_para_territorios_resilientes_quem_es_tu). Acesso em: 1 jun. 2024.

CENSO 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. **Agência IBGE Notícias**, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em: 10 jun. 2024.





# MÓDULO 3



**ANA, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE  
ÁGUA PRETA EM MINAS GERAIS**

## MÓDULO 3

---

### APRESENTAÇÃO

Neste módulo apresentaremos a Ana, prefeita do município de Água Preta em Minas Gerais. Abordaremos alguns aspectos geográficos da Região Sudeste, seus desafios regionais e como a PNDR, partindo de seus objetivos e estratégias, busca enfrentar esses desafios.

### Siglas

CFEM – Compensação Financeira pela Exploração Mineral

PCDR – Programa de Desenvolvimento de Capacidades para Integração e Desenvolvimento Regional

PM – Polícia Militar

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional



# MÓDULO 3

## UNIDADE 1 APRESENTAÇÃO DA PERSONA

## MÓDULO 3

### UNIDADE 1

#### APRESENTAÇÃO DA PERSONA

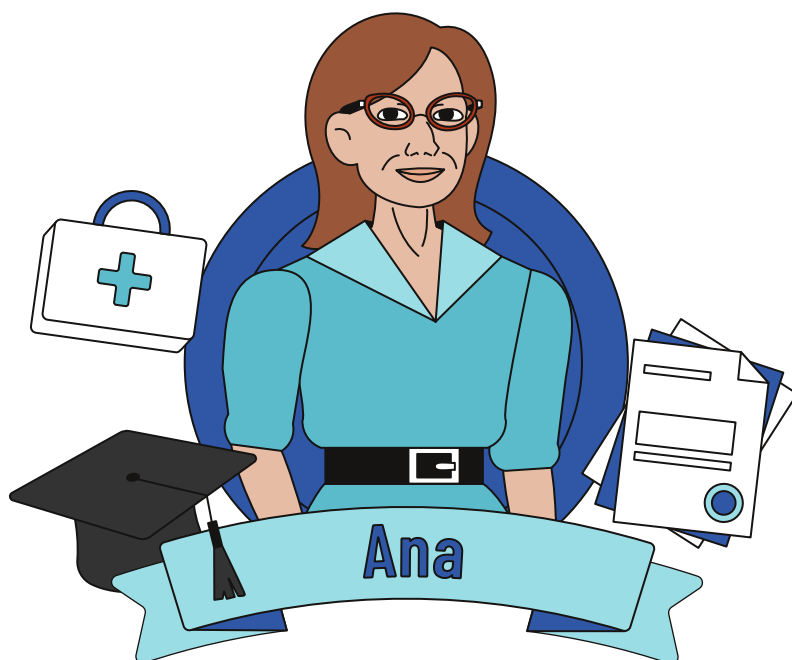
Vamos conhecer Ana, prefeita do município de Água Preta em Minas Gerais.



VÍDEO



Aponte a câmera do seu dispositivo móvel (smartphone ou tablet) para o QR Code ao lado e assista ao vídeo de animação apresentando a Ana ou acesse o link: [youtu.be/ek73FZ82XJU](https://youtu.be/ek73FZ82XJU).

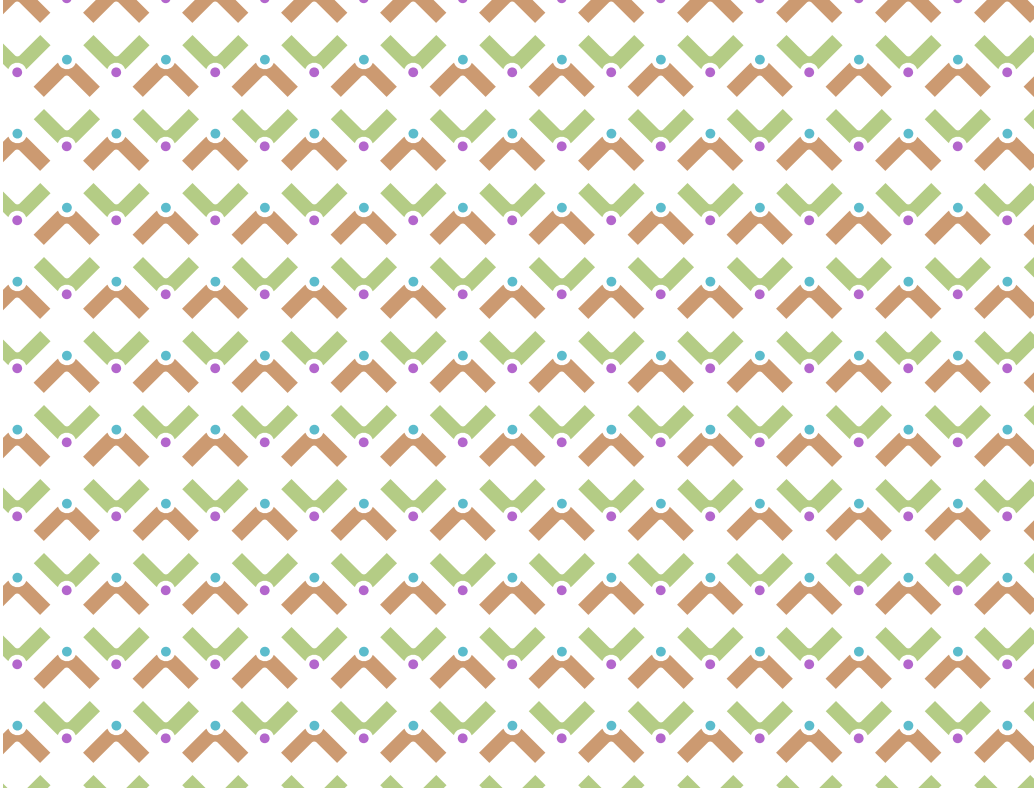


O município fictício de Água Preta, como muitos municípios, sobretudo no estado de Minas Gerais, tem como base econômica a extração de minerais, como o ferro, por exemplo.

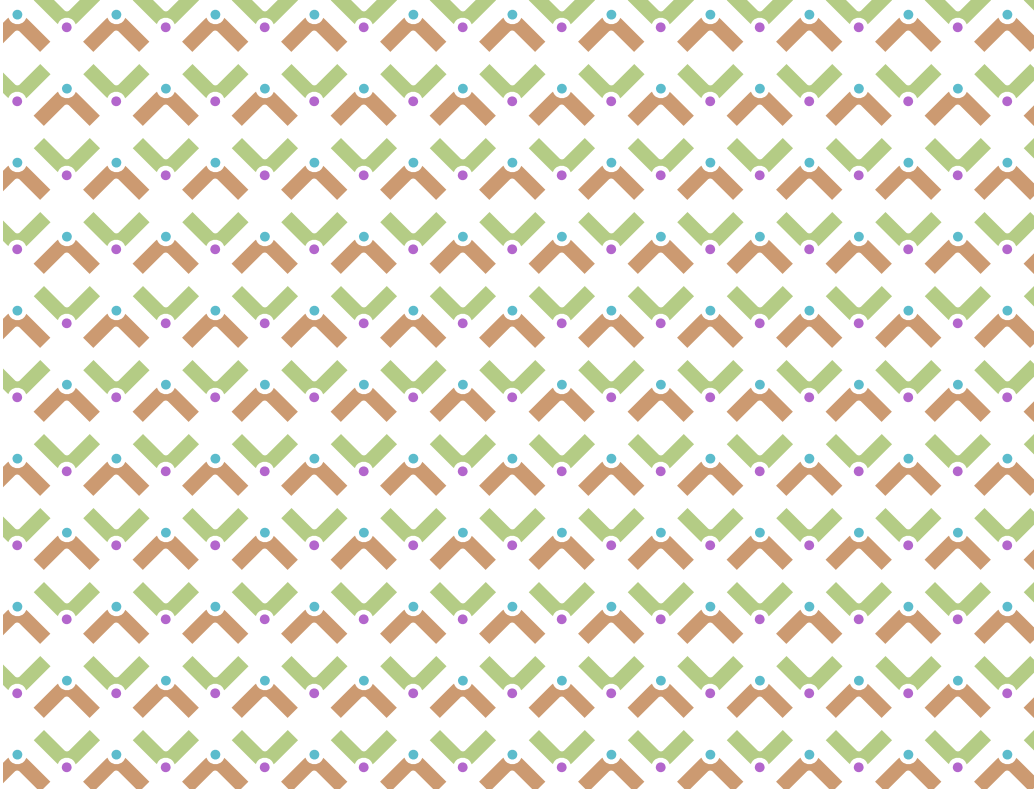
A prefeita Ana quer ajudar o município de Água Preta a buscar alternativas econômicas para um futuro sustentável além da extração mineral, pois ela sabe que o minério é um recurso escasso e que sofre com o alto risco dos mercados internacionais. Porém, construir essas alternativas não é uma tarefa fácil. Além disso, ela reconhece a necessidade de o município prestar melhores serviços de saúde, educação e assistência social para a população. Essas transformações devem levar um tempo maior do que o seu mandato, tornando esse contexto ainda mais desafiador. O que realmente fazer para impulsionar mudanças que possam gerar melhores resultados no mandato da prefeitura?



# MÓDULO 3



UNIDADE 2  
ASPECTOS GEOGRÁFICOS  
E ESCALAS TERRITORIAIS  
DA PNDR: TERRITÓRIOS  
PRIORITÁRIOS SEGUNDO A  
TIPOLOGIA



## MÓDULO 3



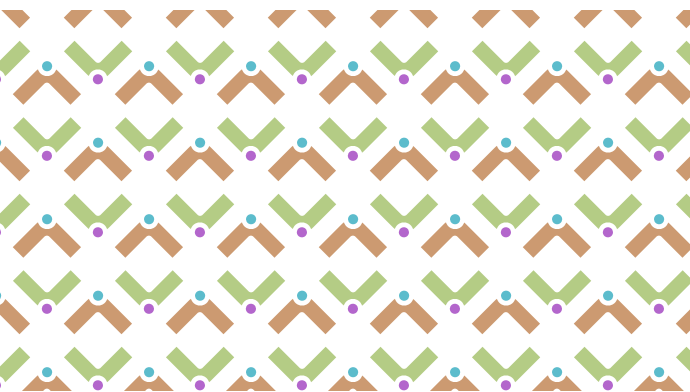
### UNIDADE 2

## ASPECTOS GEOGRÁFICOS E ESCALAS TERRITORIAIS DA PNDR: TERRITÓRIOS PRIORITÁRIOS SEGUNDO A TIPOLOGIA


Mas será que um município como Água Preta, em Minas Gerais, poderia ser atendido pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)?

Além da atuação em macrorregiões prioritárias, como Amazônia Legal, Nordeste, Centro-Oeste, e em sub-regiões como a Faixa de Fronteira, a PNDR reconhece o território sob o ponto de vista das desigualdades a partir da análise de indicadores de renda e dinâmica produtiva.

A PNDR prevê uma classificação, ou seja, uma tipologia a partir do quadro geográfico das desigualdades regionais, para que se possa definir prioridades de atuação. Assim, foi criada uma tipologia em uma escala sub-regional, usando indicadores de renda e dinâmica produtiva, ou seja, capacidade de gerar riqueza.



Isso significa que a política olha para o território compreendendo a sua complexidade em diferentes escalas, de forma mais abrangente (macrorregião) e também mais específica (sub-região). No caso da tipologia, embora todos os municípios recebam uma classificação, a PNDR compreende o município na sua relação com os demais municípios da região.

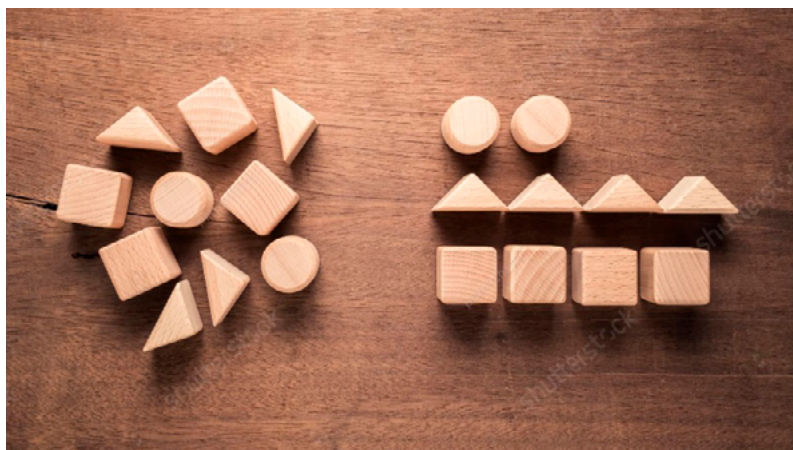


Essa classificação ajuda a entender quais áreas precisam de mais atenção e recursos para melhorar. Ao identificar essas desigualdades e classificar os tipos, é possível orientar recursos da PNDR e outras políticas públicas na perspectiva de direcionar esforços para promover um desenvolvimento mais equilibrado em todo o país.





Foto: © [patpitchaya] / Shutterstock.



A partir de uma metodologia detalhada, descrita em documentos oficiais (Nota Técnica nº 52/2017 – Proposta de atualização da Tipologia Sub-regional), são identificadas, nos municípios brasileiros, nove situações típicas das desigualdades regionais no país.

### TIPOLOGIA SUB-REGIONAL – SITUAÇÕES TÍPICAS IDENTIFICADAS

TIPOLOGIA SUB-REGIONAL		RENDIMENTO/HAB		
		ALTO	MÉDIO	BAIXO
VARIÇÃO DO PIB/HAB	ALTA	Alta renda e alto dinamismo	Média renda e alto dinamismo	Baixa renda e alto dinamismo
	MÉDIA	Alta renda e médio dinamismo	Média renda e médio dinamismo	Baixa renda e médio dinamismo
	BAIXA	Alta renda e baixo dinamismo	Média renda e baixo dinamismo	Baixa renda e baixo dinamismo

Os territórios identificados com baixa ou média renda e baixo ou médio dinamismo foram eleitos como prioritários para a atuação da PNDR. Essa classificação também é um instrumento importante para orientar outras políticas que estejam comprometidas com a redução das desigualdades regionais.



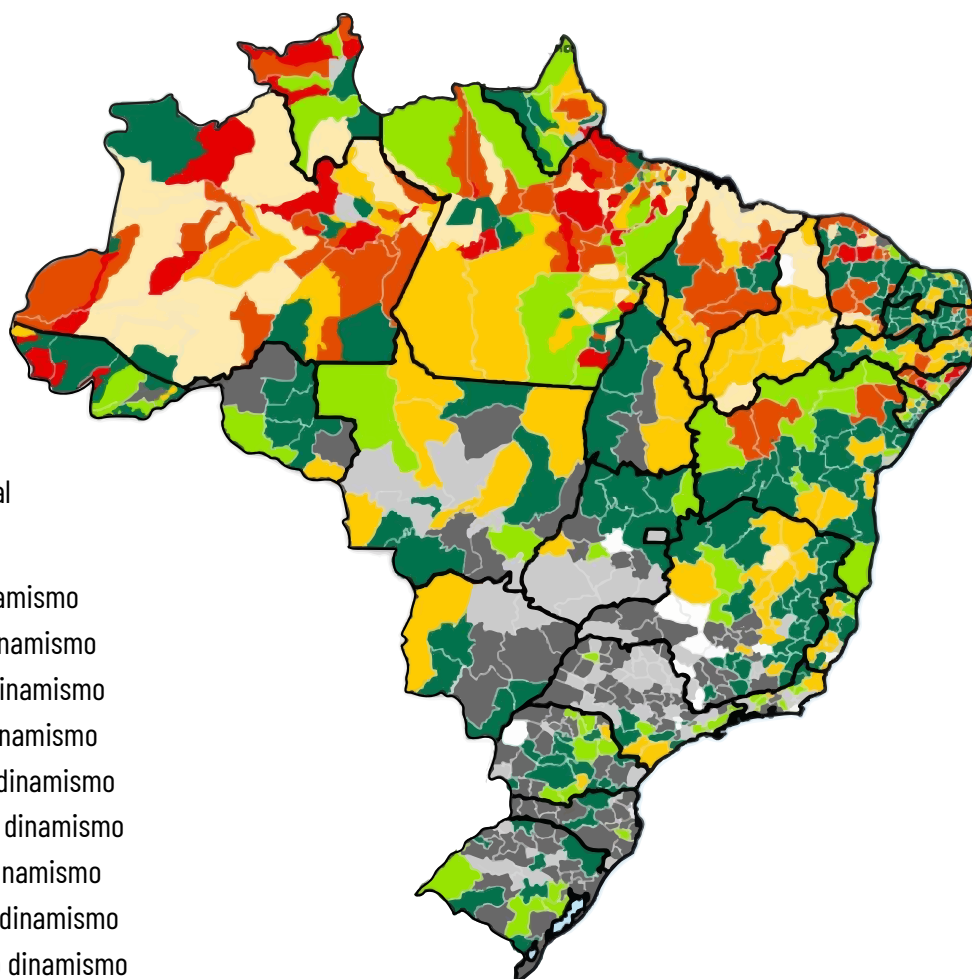
## PNDR – TIPOLOGIA SUB-REGIONAL

POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PNDR

MAPA DA TIPOLOGIA

Tipologias sub-regionais

Níveis de renda versus níveis de variação da taxa do crescimento  
PIB per capita



### Legenda

- Limite interestadual
- Limite microrregional

### Tipologia sub-regional

- Alta renda e alto dinamismo
- Alta renda e baixo dinamismo
- Alta renda e médio dinamismo
- Baixa renda e alto dinamismo
- Baixa renda e baixo dinamismo
- Baixa renda e médio dinamismo
- Média renda e alto dinamismo
- Média renda e baixo dinamismo
- Média renda e médio dinamismo

Fonte: Adaptado de Brasil (2017)



SAIBA MAIS

Para conferir na íntegra a Nota Técnica nº 52/2017 com a proposta de atualização da tipologia sub-regional, acesse o documento oficial disponível em: [https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/copy\\_of\\_NotaTcnica522017PropostadeatualizaodaTipologiaSubregional.pdf](https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/copy_of_NotaTcnica522017PropostadeatualizaodaTipologiaSubregional.pdf).

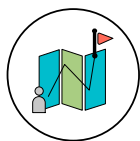


# MÓDULO 3

## UNIDADE 3 DESAFIO REGIONAL

## MÓDULO 3

### UNIDADE 3



#### DESAFIO REGIONAL

O Brasil é um território privilegiado em termos de riquezas minerais, como acontece em Água Preta (MG), o que coloca nosso país em destaque no cenário mundial para esse tipo de atividade econômica. Ao mesmo tempo, a extração mineral é uma atividade de alto risco ambiental e que se caracteriza pela exploração de um recurso finito, que em algum momento vai acabar.



Área de mineração em Itabirito, Minas Gerais, Brasil.  
Foto: © [Christyam de Lima] / Shutterstock.

Podemos, então, resumir da seguinte forma as dimensões desse desafio regional.

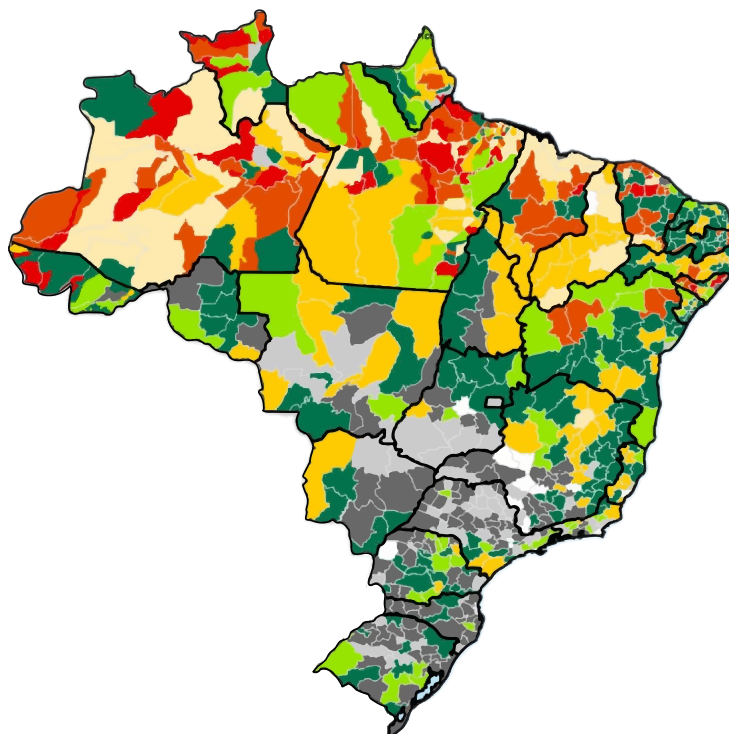


## DESAFIOS DA TIPOLOGIA SUB-REGIONAL

Qual é o impacto da concentração de riquezas nos setores baseados em commodities agrícolas ou minerais?

Como podemos gerar alternativas econômicas e melhorar a qualidade de vida da população em territórios com riscos de atividade mineradora?

Quais são as vulnerabilidades dos territórios devido aos riscos ambientais associados à atividade mineradora?



### 3.1 A concentração de riquezas nos setores baseados em commodities agrícolas ou minerais

O que são **commodities**?

Esse é um termo usado para produtos básicos globais, da agricultura ou extração mineral, não industrializados, ou seja, é uma matéria-prima com baixo valor agregado. São comercializados em grandes volumes no mercado internacional. Isso significa que o preço varia a depender da oferta e da procura internacional. Além disso, quem produz e vende commodities se torna vulnerável aos mercados internacionais. O Brasil é um grande exportador de commodities agrícolas e minerais, e as regiões que têm suas economias baseadas apenas nessa atividade econômica se tornam também muito vulneráveis às oscilações da demanda.





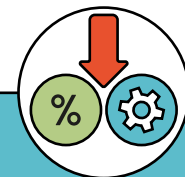
Foto: © [J.J. Gouin] / Shutterstock.

No Brasil, temos várias regiões com economias especializadas na produção de commodities agrícolas e/ou minerais, o que implica algumas consequências, tais como as elencadas a seguir.

### CONSEQUÊNCIAS DA ECONOMIA ESPECIALIZADA NA PRODUÇÃO DE COMMODITIES EM REGIÕES BRASILEIRAS



Baixo valor agregado nas exportações



Baixa diversificação econômica



Elevada desigualdade social

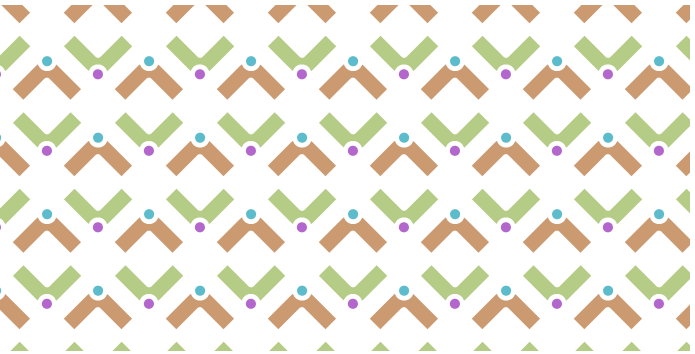


Elevado risco ambiental



Trata-se de regiões com economias vulneráveis pela falta de diversificação econômica, qualquer variação internacional dos preços pode custar o desemprego de muita gente aqui no Brasil de uma hora para outra.

A exploração de substâncias como ouro, diamante, bauxita, manganês, nióbio, ferro, rochas, areia, cascalho, águas minerais, entre outras, gera riquezas que precisam ser distribuídas de forma justa e equilibrada a todos os agentes envolvidos. Além disso, gera impactos que, de modo geral, incidem no território onde essas riquezas são exploradas.



Na perspectiva de uma suposta distribuição dessas riquezas, foi criada a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), também chamada de royalties da mineração. Assim, a União, os estados e os municípios recebem essa compensação das empresas mineradoras pela exploração de recursos minerais em seus territórios.



A CFEM, estabelecida pela Constituição de 1988, em seu art. 20, § 1º, é devida aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios e aos órgãos da administração da União como contraprestação pela utilização econômica dos recursos minerais em seus respectivos territórios.



TRECHO NARRADO

Portanto, a CFEM é um dinheiro (uma receita) importante para o caixa das prefeituras que têm extração mineral em seus territórios ou que são “afetados” pela mineração. Os municípios “afetados” (pela mineração) são os que, mesmo não produzindo minérios, cedem o seu território para o transporte de produtos extraídos em outras localidades – através de rodovias, ferrovias, portos e minerodutos, por exemplo. Também são considerados “afetados” os municípios que têm estruturas de mineração que viabilizam o aproveitamento de jazidas, como barragens, pilhas de rejeitos e usinas de beneficiamento.





## BOAS PRÁTICAS

Vale ressaltar que a extração de recursos minerais é uma atividade finita, é um recurso que vai acabar. Portanto, as prefeituras devem se planejar para gerar alternativas econômicas em seus territórios, pois essa fonte de riqueza é limitada.

Royalties é uma palavra de origem inglesa, que se refere a uma importância cobrada pelo proprietário de uma patente de produto, processo de produção, marca, entre outros, ou pelo autor de uma obra, para permitir seu uso ou comercialização. Além da CFEM, no Brasil, temos municípios que recebem royalties pelas atividades de exploração de petróleo e gás.

Foto: © [ELUTAS]/ Shutterstock.



### **3.2 A geração de alternativas econômicas e melhoria da qualidade de vida da população nos territórios sob os riscos de atividade mineradora**

A Compensação Financeira pela Compensação Mineral (CFEM) e os royalties decorrentes da exploração de petróleo e gás são recursos que deveriam ser usados para desenvolver uma diversificação econômica e sustentável, na perspectiva de que os recursos vão acabar.

Em alguns locais, o volume de recursos é bastante significativo, conforme exemplifica o infográfico a seguir.





## CIDADES COM CONCENTRAÇÃO DE CFEM NO BRASIL



Em 2023, das 2.776 cidades que arrecadaram CFEM, 10 foram responsáveis por 65% da arrecadação, representando cerca de R\$4,4 trilhões.

3 cidades no Pará

7 cidades em Minas Gerais

- Parauapebas
- Canaã dos Carajás
- Marabá

- Itabirito
- Mariana
- Itabira
- Congonhas
- Nova Lima
- Conceição do Mato Dentro
- São Gonçalo do Rio Abaixo



SAIBA MAIS

No site a Agência Nacional de Mineração é possível pesquisar informações sobre a arrecadação de CFEM por município, região, estado, etc. Disponível em: [https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/cfem/maiores\\_arrecadadores.aspx](https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/cfem/maiores_arrecadadores.aspx).

Será que esses municípios mineradores estão conseguindo transformar esses recursos recebidos pela CFEM em melhores serviços prestados à população em seus territórios?

Infelizmente é comum que municípios que recebem royalties não revertam esses recursos na melhoria das condições de vida da população. A reportagem a seguir demonstra bem essa triste realidade.





## TRECHO DE REPORTAGEM

Em 1988, “no meio da mata, a população de Coari, então com seus 35 mil habitantes, viu brotar do chão a promessa de uma vida melhor nos extremos da Amazônia, passados os ciclos da borracha e da castanha-do-pará. O óleo e o gás irrigariam os cofres da cidade, injetando dinheiro na máquina pública com o pagamento dos ‘royalties’, como é conhecido o quinhão petroleiro que fica para o município. Um caminho virtuoso estava selado.

[...]

A realidade que se depreende das ruas, órgãos públicos, periferias e comunidades rurais destes municípios revela um cotidiano marcado pela falta generalizada de infraestrutura, ausência de saneamento básico, problemas graves de segurança pública e precariedade em serviços de saúde e educação. Se a razão de ser da exploração fóssil é a melhoria econômica e da qualidade de vida, não é a realidade que se vê nesta região.

Em Coari, município que recebeu R\$ 136,3 milhões de royalties em 2022, a Polícia Militar conta hoje com um efetivo de 25 agentes e capacidade de circular com apenas uma viatura por dia em toda a cidade. Trata-se de uma guarnição da PM para fazer a segurança de 70 mil habitantes.”

Reportagem intitulada “Insustentáveis – ‘Dubai amazônica’ não vê progresso nem riqueza após décadas de exploração de poços de petróleo e gás”, veiculada em 6/12/2023 pelo jornal UOL, disponível em: <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/insustentaveis-petroleo-na-amazonia/>.

Valorizar boas práticas, reconhecer e premiar é uma estratégia valiosa para fomentar bons resultados de políticas públicas.



## BOAS PRÁTICAS

O Prêmio Municípios Mineradores, promovido pela instituição Agenda Pública, busca reconhecer boas práticas da governança pública para os municípios que possuem atividade de mineração. Isso é feito por meio da análise de um conjunto de indicadores voltados a temas como: saúde; educação; proteção social; infraestrutura; meio ambiente; gestão financeira e econômica.





## BOAS PRÁTICAS

Outra boa prática que tem sido aplicada é a criação de fundos soberanos de riqueza, nos quais parte dos valores arrecadados com royalties são direcionados a um fundo que tem como objetivo garantir a estabilidade fiscal a longo prazo, de impulsionar o desenvolvimento local, diversificar as atividades econômicas. Esses fundos são estratégias que permitem transparência, governança e planejamento de longo prazo. Saiba mais em <https://fundos-soberanos.org.br/>.



## SAIBA MAIS

Para saber mais sobre o Prêmio Municípios Mineradores, acesse o site. Disponível em: <https://municipiosmineradores.org.br/>.

### 3.3 A vulnerabilidade de territórios devido aos riscos ambientais de uma atividade mineradora

Além da característica de que a exploração mineral é uma atividade baseada em recursos finitos, que em algum momento vão acabar, existem os evidentes riscos ambientais, sobretudo para as populações mais vulneráveis.

A atividade de extração mineral envolve a separação do material valioso, que é vendido, do material que não tem valor comercial, que são os rejeitos. O rejeito, conforme a legislação ambiental, precisa ser armazenado em reservatório, para não causar danos. As estruturas que servem de reservatório são feitas de terra compactada e recebem o nome de barragem.

Ainda permanecem na lembrança, sobretudo daqueles que mais foram impactados, os acidentes ocorridos com barragens em Minas Gerais:

- **2014** – rompimento de barragem em Itabirito – 3 mortes.
- **2015** – vazamento na barragem em Mariana – 19 mortes.
- **2019** – rompimento da barragem em Brumadinho – 270 mortes.



Confira, no mosaico abaixo, alguns títulos de manchetes sobre esses acidentes.



# MÓDULO 3

## UNIDADE 4

### PNDR E A VIDA DAS PESSOAS: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA O ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS



## MÓDULO 3

### UNIDADE 4

## PNDR E A VIDA DAS PESSOAS: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA O ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS

Bom, é evidente a necessidade de promover desenvolvimento para geração de alternativas econômicas para os locais que têm suas economias baseadas em commodities minerais ou agrícolas, e isso é expresso como um dos objetivos da PNDR conforme você pode conferir a seguir.

### OBJETIVOS DA PNDR EM RELAÇÃO ÀS ECONOMIAS BASEADAS EM COMMODITIES



Fomentar agregação de valor e diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional, observando critérios como geração de renda e sustentabilidade, sobretudo em regiões com forte especialização na produção de commodities agrícolas ou minerais.

Isso também pode ser explicado da seguinte forma:

Ajudar municípios que têm suas economias baseadas em extração mineral a buscar alternativas econômicas para um futuro sustentável além da extração mineral, pois sabemos que o minério é um recurso escasso.

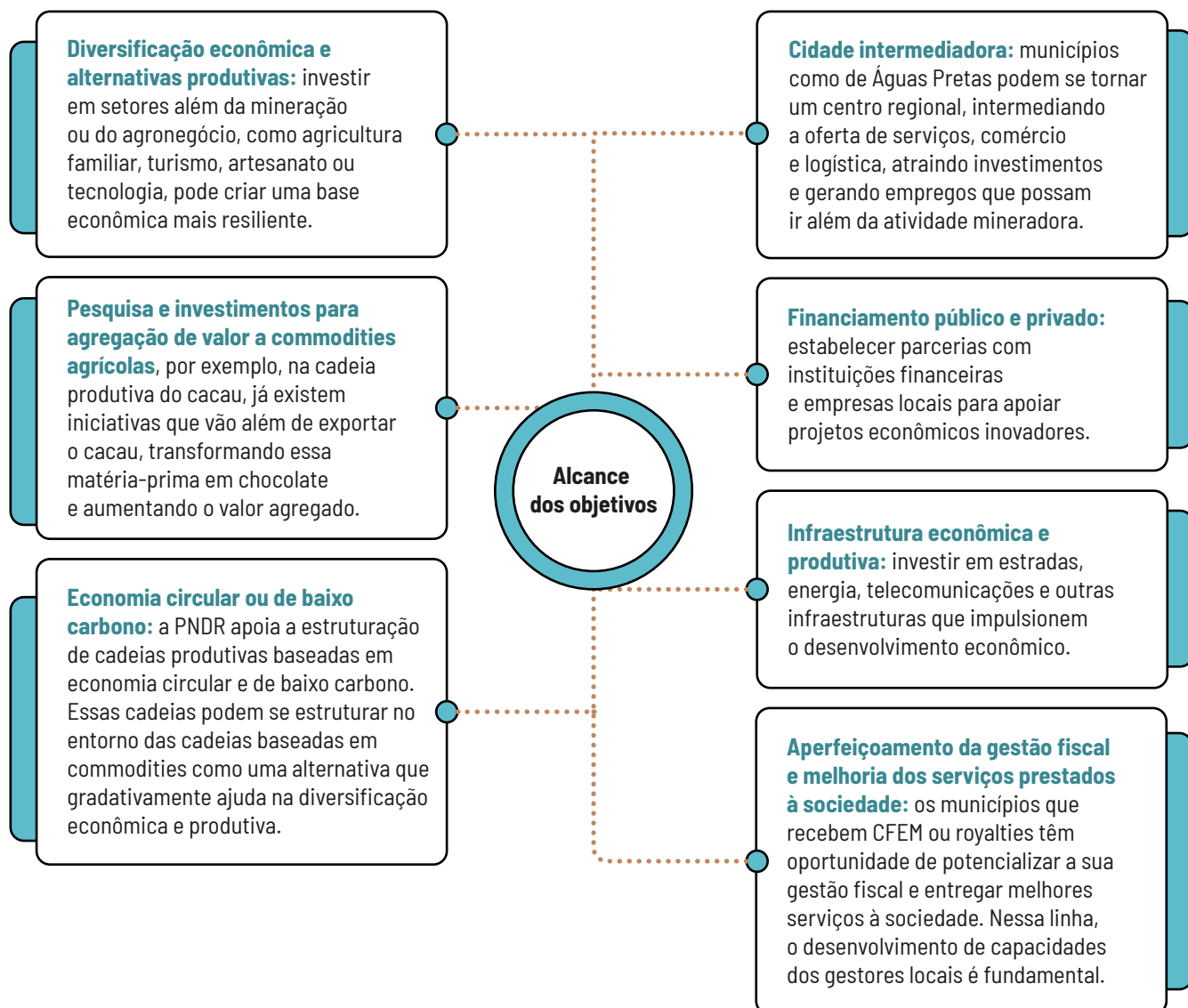


Ajudar regiões que têm suas economias baseadas no agronegócio de grande porte a investir na agregação de valor e na diversificação econômica, reduzindo os riscos de instabilidades que podem acontecer no mundo.

A seguir, estão algumas possibilidades que poderiam ser consideradas para o alcance desses objetivos.



## POSSIBILIDADES PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DA PNDR



Você sabia que existe um ranking que classifica os municípios pela qualidade da gestão fiscal? Essa classificação é anual. Um município com uma boa gestão fiscal tem mais chances de oferecer melhores serviços à população. Além disso, a Secretaria do Tesouro Nacional premia os entes da Federação que tiverem o maior grau de evolução de um ano para o outro.



BOAS PRÁTICAS

Veja a situação do seu município através do site do governo, disponível em: <https://ranking-municipios.tesouro.gov.br/>. Estimule a prefeitura a investir esforços para melhorar a gestão fiscal. Isso deve significar mais dinheiro para a prefeitura, que poderá ser destinado a melhores entregas para a população.



## SÍNTESE DO MÓDULO

PERSONA	ESCALA GEOGRÁFICA/ TERRITÓRIO/	DESAFIO	PROBLEMA/ CARACTERÍSTICA	OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS, PROGRAMAS, INSTRUMENTOS DA PNDR
Ana, prefeita do município de Água Preta, em Minas Gerais, que tem como base a extração de minério de ferro.	A PNDR prevê <b>tipologia</b> referencial que classifica os municípios brasileiros a partir de indicadores de renda e dinâmica produtiva, ou seja, capacidade de gerar riqueza. A partir da combinação desses dois critérios, foram criadas nove tipologias distintas em que todos os municípios brasileiros foram classificados. Os municípios prioritários são aqueles que apresentam baixa ou média renda e baixo ou médio dinamismo.	O Brasil é um território privilegiado em termos de riquezas minerais, o que coloca nosso país em destaque no cenário mundial para esse tipo de atividade econômica. Ao mesmo tempo, a extração mineral é uma atividade de alto risco ambiental e que se caracteriza pela exploração de um recurso finito, que em algum momento vai acabar.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividade de risco ambiental e econômico.</li> <li>• Baixo valor agregado do produto.</li> <li>• Baixa riqueza gerada.</li> <li>• Recursos naturais limitados, com alto risco de externalidades ambientais.</li> <li>• Necessidade de promover desenvolvimento para geração de alternativas econômicas.</li> <li>• A capacidade limitada de gestão dos municípios para aplicação dos recursos que recebem grande quantidade de royalties/extração mineral sem gerar melhores resultados para a sociedade local.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cidades Intermediadoras.</li> <li>• Rotas de Integração Nacional.</li> <li>• Desenvolvimento de capacidades para a melhoria da gestão fiscal.</li> </ul>

Você finalizou o Módulo 3!

No Módulo 4, apresentaremos a Luiza, dona de uma empresa de energia solar em Miranda, Mato Grosso do Sul (MS).





## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. **Maiores Arrecadadores CFEM**. 2024. Disponível em: [https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/cfem/maiores\\_arrecadadores.aspx](https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/cfem/maiores_arrecadadores.aspx). Acesso em: 12 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.962-de-22-de-marco-de-2024-549865340>. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Desenvolvimento Regional. **Nota Técnica nº 52 - CGMA/DPDR/SDR/MI**. Proposta de atualização da Tipologia Sub-regional da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Brasília. DF: MIDR, 2017. Disponível em: [https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/copy\\_of\\_NotaTcnica522017Propostadeatualizao-daTipologiaSubregional.pdf](https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/copy_of_NotaTcnica522017Propostadeatualizao-daTipologiaSubregional.pdf). Acesso em: 17 jun. 2024.





# MÓDULO 4



**LUIZA, DONA DE EMPRESA DE  
ENERGIA SOLAR EM MIRANDA, MATO  
GROSSO DO SUL**

## MÓDULO 4

---

### APRESENTAÇÃO

Neste módulo, apresentaremos a Luiza, dona de uma empresa de energia solar em Miranda, Mato Grosso do Sul (MS). Abordaremos alguns aspectos geográficos do Centro-Oeste, desafios dessa região e como a PNDR, partindo de seus objetivos e estratégias, busca enfrentá-los.

### Siglas

GIZ – Deutsche für Internationale Zusammenarbeit/Agência Alemã de Cooperação Internacional

MS – Mato Grosso do Sul

MT – Mato Grosso

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

RIDE/DF – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal



# MÓDULO 4

## UNIDADE 1 APRESENTAÇÃO DA PERSONA

## MÓDULO 4

### UNIDADE 1

#### APRESENTAÇÃO DA PERSONA

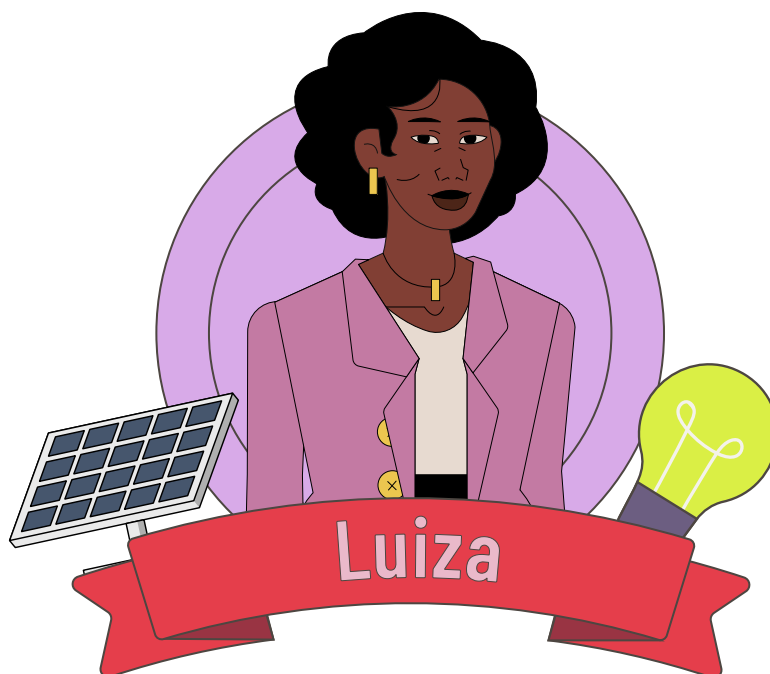
Vamos conhecer a Luiza, dona de uma empresa de energia solar em Miranda, Mato Grosso do Sul (MS).



VÍDEO



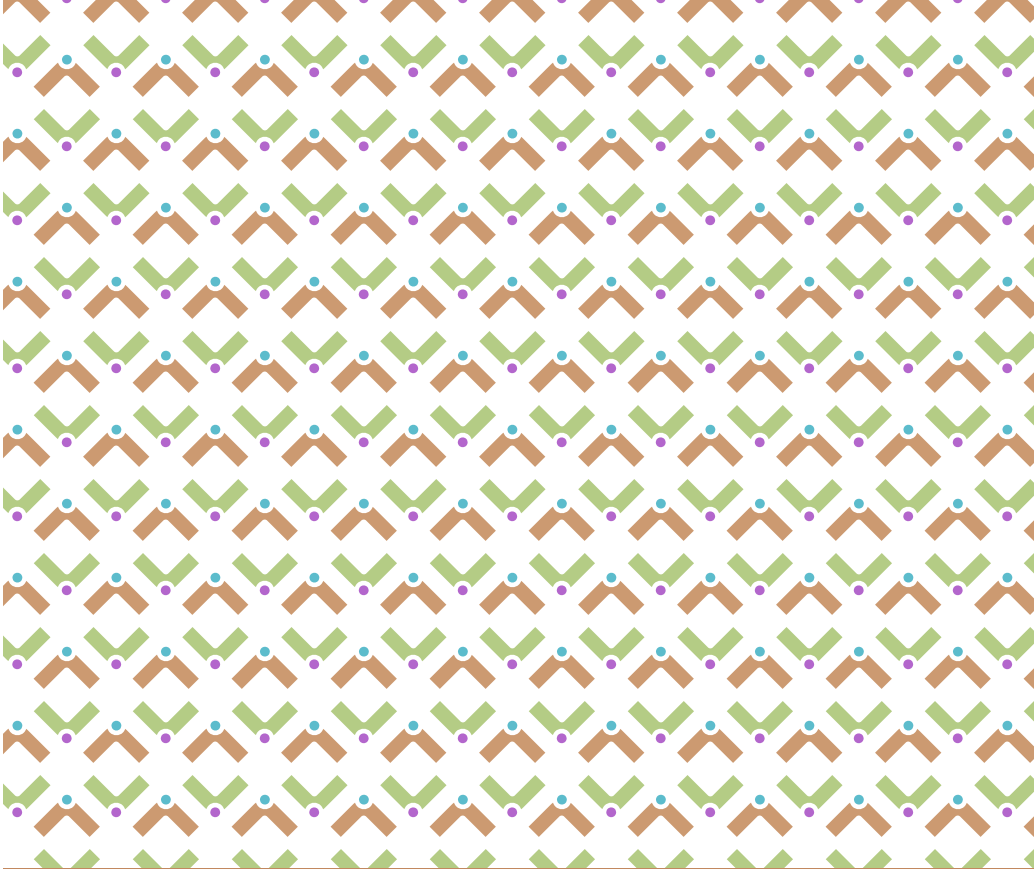
Aponte a câmera do seu dispositivo móvel (smartphone ou tablet) para o QR Code ao lado e assista ao vídeo de animação apresentando a Luiza, ou acesse o link: [youtu.be/lwgt2VwBI60](https://youtu.be/lwgt2VwBI60).



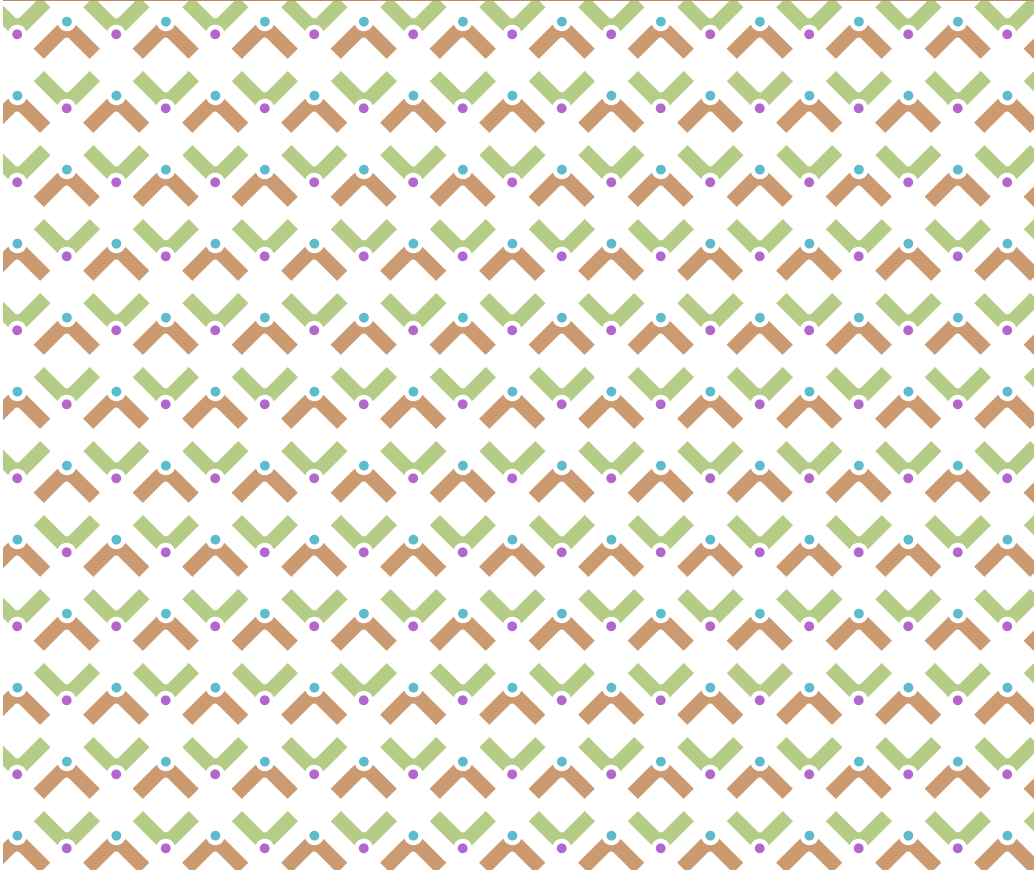
Luiza é uma empresária com visão de futuro, que percebeu que o mercado de energia solar é bastante promissor. Ela instalou sua empresa em Miranda, no Mato Grosso do Sul, e instala placas solares naquela região. O Brasil sempre se destacou mundialmente pela sua matriz energética, considerada limpa devido ao uso de recursos renováveis. Com construção de usinas fotovoltaicas e eólicas, a matriz elétrica brasileira ultrapassa 80% de fontes renováveis, uma referência internacional, segundo o Ministério de Minas e Energia. Em 2023, o Brasil bateu recorde de expansão da energia solar, considerando apenas a produção gerada nos grandes parques solares, que somam mais de 18 mil usinas solares instaladas em todo o território nacional. Luiza e outros investidores do setor privado identificaram uma oportunidade de investimentos no setor de energia fotovoltaica, uma vez que o tema da transição energética tem se tornado recorrente no âmbito do desenvolvimento sustentável. Isso tem influenciado cada vez mais as diretrizes para o financiamento e investimentos públicos. Entendendo a importância da parceria com o Estado, uma representação do setor empresarial interessado identificou os principais gargalos para o desenvolvimento do setor no Mato Grosso do Sul. O estudo foi apresentado ao governo, propondo melhorias na infraestrutura regional, buscando garantir não só o êxito dos investimentos privados no setor, mas também o desenvolvimento de determinados territórios de interesse da política de desenvolvimento regional do estado de Mato Grosso do Sul.



# MÓDULO 4



UNIDADE 2  
ASPECTOS GEOGRÁFICOS E  
ESCALAS TERRITORIAIS DA  
PNDR: CENTRO-OESTE



## MÓDULO 4



### UNIDADE 2

## ASPECTOS GEOGRÁFICOS E ESCALAS TERRITORIAIS DA PNDR: CENTRO-OESTE

A PNDR prevê atuação em diferentes escalas geográficas, entre elas a escala macrorregional, isso significa que a Amazônia Legal, o Nordeste e o Centro-Oeste são regiões prioritárias para a redução das desigualdades entre as regiões do país.

Entretanto, embora o Centro-Oeste esteja entre as áreas de atuação, é interessante analisar que, dentro das macrorregiões, há desigualdades intrarregionais.

### MACRORREGIÃO CENTRO-OESTE





Produção de soja no município de Sorriso, MS.  
Foto: © [José Medeiros] / Globo.com.



Máquinas utilizadas na produção em MT.  
Foto: Globo.com.

A reportagem a seguir evidencia as 100 cidades mais ricas do agronegócio brasileiro, muitas delas estão nas macrorregiões Centro-Oeste e Nordeste. A exemplo de cidades que têm sua economia baseada em commodities minerais, essas cidades ricas do agronegócio baseiam suas economias em commodities agrícolas. São cadeias produtivas que, embora gerem muitas riquezas, são caracterizadas por alta desigualdade social; ou seja, essas riquezas ficam concentradas nos grandes produtores.



### TRECHO DE REPORTAGEM

Para conhecer quais são essas cidades, leia a reportagem intitulada "Saiba quais são as 100 cidades mais ricas do agronegócio brasileiro", veiculada em 19/9/2023 pela Band, disponível em: <https://www.band.uol.com.br/agro/noticias/saiba-quais-sao-as-100-cidades-mais-ricas-do-agronegocio-brasileiro-16633757>.



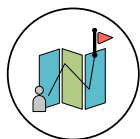


# MÓDULO 4

UNIDADE 3  
DESAFIO REGIONAL

## MÓDULO 4

### UNIDADE 3



### DESAFIO REGIONAL

Novas atividades econômicas, como é o caso das placas fotovoltaicas da empresária Luiza, são promissoras na geração de riqueza e alternativas para novos mercados, novos empregos, novas profissões, sobretudo aquelas cadeias produtivas baseadas em uma economia circular ou uma economia de baixo carbono.



Empresa de energia solar.  
Foto: Diário do Nordeste.



Complexo solar em Janaúba, Norte de Minas Gerais.  
Foto: © [Divulgação/Elera] / Globo.com.

Ao mesmo tempo, para que essas novidades contribuam para o desenvolvimento regional, é importante que sejam acompanhadas de investimentos em infraestrutura e conectividade de transporte, bem como sejam instaladas nos territórios de forma planejada, evitando possíveis conflitos de natureza territorial.

Assim, podemos pontuar três aspectos do desafio regional.

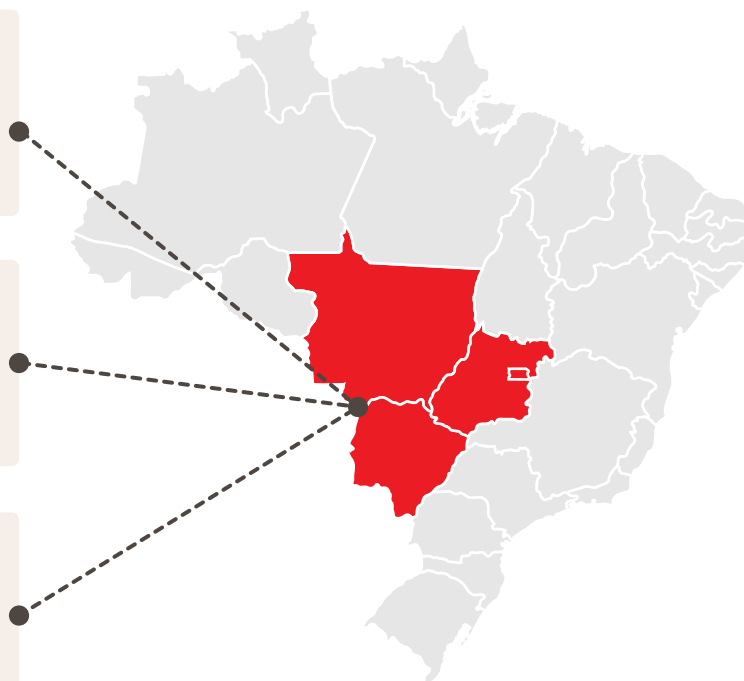


## DESAFIOS DA MACRORREGIÃO CENTRO-OESTE

Quais são as regiões com infraestrutura precária de transporte e logística?

Quais são os desafios de iniciar novas atividades econômicas sem ter a garantia de mão de obra qualificada para o setor?

Quais são os impactos não programados que podem surgir de novas atividades econômicas?



### 3.1 Regiões com infraestrutura precária de transporte e logística

A cadeia produtiva de energia solar é bastante promissora, pois traz benefícios ambientais e possíveis impactos econômicos e sociais. É uma fonte de energia limpa que contribui para a redução da emissão de gases, movimenta o setor econômico com diversificação setorial e gera empregos.

## DESAFIOS DA FALTA DE INFRAESTRUTURA E CONECTIVIDADE

Uma cadeia produtiva estratégica nova pode requerer acesso a insumos e tecnologias. Ou seja, há um potencial para investir em tecnologias brasileiras e gerar novos negócios.

Entretanto, em muitos lugares em nosso país, a geração de novos negócios esbarra na falta de infraestrutura e conectividade de transporte para ter acesso a insumos ou escoar os produtos gerados na região.



Em muitas cidades do nosso país, a falta de conectividade de infraestrutura compromete não apenas novos negócios, mas também a qualidade de vida da população, pois, além da falta de oportunidade de trabalho e renda, é precário o acesso a bens e serviços nesses territórios menos desenvolvidos.

Assim, o desenvolvimento de infraestrutura e conectividade de transporte é fundamental para o desenvolvimento regional. O desenvolvimento de infraestrutura abrange a construção de elementos essenciais, como estradas, pontes, reservatórios, linhas de transmissão, estruturas de logística, para que as cidades e as áreas onde vivemos funcionem melhor. A conectividade de transporte e estruturas de logística busca assegurar que diferentes regiões estejam interligadas de maneira fácil e eficiente.

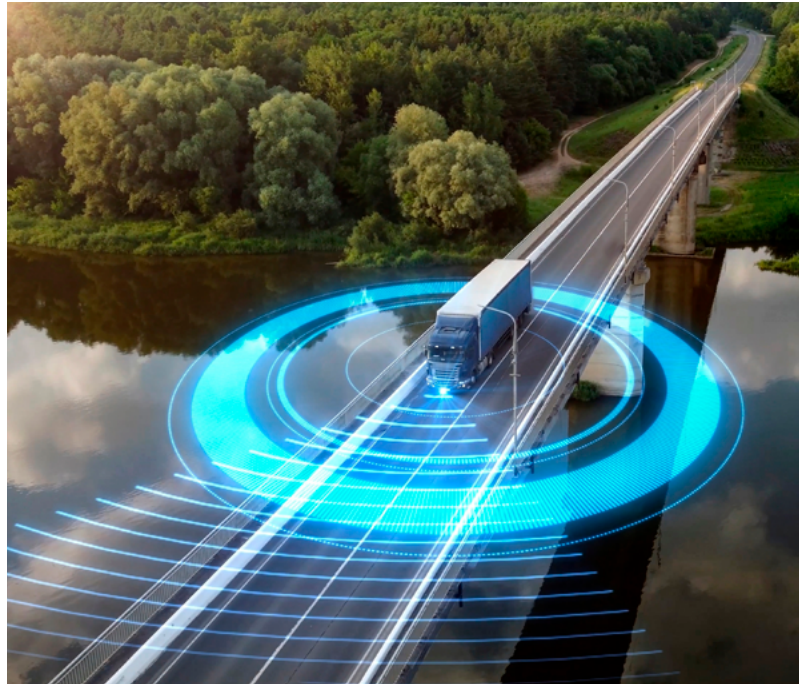
É como construir estradas novas para que as pessoas possam se mover e viver de forma mais confortável. É como construir uma barragem para que tenha água disponível para as pessoas consumirem ou para evitar alagamentos. É como ter acesso à internet de alta velocidade em qualquer lugar para que as pessoas possam estudar e trabalhar sem precisar se deslocar.

Foto: © [PeopleImages.com - Yuri A] / Shutterstock.



É sobre fazer com que as diferentes partes de uma cidade ou região estejam ligadas umas às outras de maneira fácil e eficiente. É como ter muitas estradas, linhas de ônibus, balsas para que as pessoas possam ir de um lugar para outro sem dificuldade.

Foto: © [AlinStock] / Shutterstock.



### 3.2 Novas atividades econômicas sem ter a garantia de mão de obra qualificada para o setor

Segundo o estudo “A mão de obra na cadeia produtiva do setor solar brasileiro”, realizado pela Deutsche für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), a maioria dos módulos fotovoltaicos no Brasil são compostos por produtos importados, portanto os empregos criados nas atividades de fabricação aqui são em pequena quantidade.

Foto: © [BigPixel Photo] / Shutterstock.



Por outro lado, a atividade de instalação tem gerado muitos empregos diretos e indiretos nas estruturas, envolvendo outras cadeias, como a do alumínio e aço galvanizado.

Ou seja, é fundamental fomentar a formação de mão de obra qualificada para atuar nessas novas cadeias produtivas. E, para tanto, é importante também investir em oportunidades de formação nos territórios menos desenvolvidos, para oferecer oportunidades às pessoas que moram nessas regiões e não se limitar a trazer pessoas de fora.

### 3.3 Impactos não programados de novas atividades econômicas

Novas atividades econômicas podem gerar impactos não programados. É importante que os governos estejam atentos a possíveis desequilíbrios ou impactos que possam ser gerados em decorrência de novas atividades.

Além disso, algumas cadeias produtivas podem gerar resíduos que não eram previstos inicialmente, portanto, novas cadeias precisam ser construídas a partir de uma nova lógica, que é a economia circular.



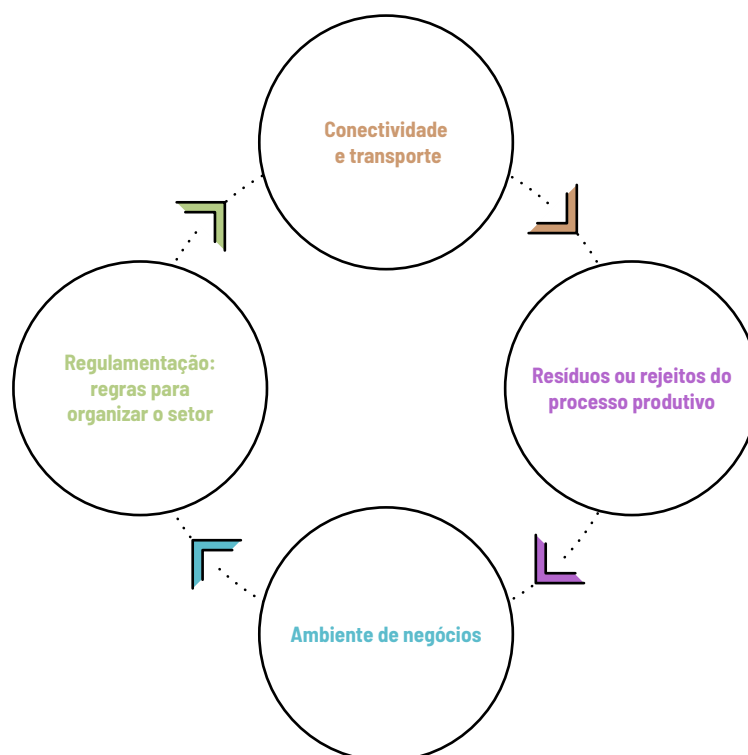
TRECHO NARRADO

A **economia circular** é um modelo de produção e consumo que rompe com a lógica linear de produzir, consumir e jogar fora. É um modelo em que os resíduos de um processo podem servir de insumos para novos produtos, tornando o ciclo de vida dos produtos alargado. Para isso, é preciso repensar vários elementos da cadeia, tais como: o design dos produtos, as matérias-primas, a distribuição, o consumo, a reutilização, o recolhimento do resíduo, a redestinação, entre outros. Isso significa que os materiais e recursos são mantidos em uso durante o maior tempo possível, reduzindo a necessidade de extrair novos recursos e minimizando os impactos ambientais.

Novas cadeias produtivas podem trazer alguns desafios.



## DESAFIOS DE NOVAS CADEIAS PRODUTIVAS



No caso das plantas de energia solar, o Brasil já vem demonstrando a necessidade de algum grau de planejamento territorial, como vamos ver no exemplo a seguir, que ilustra um conflito entre agricultores familiares e empresas de energia limpa.

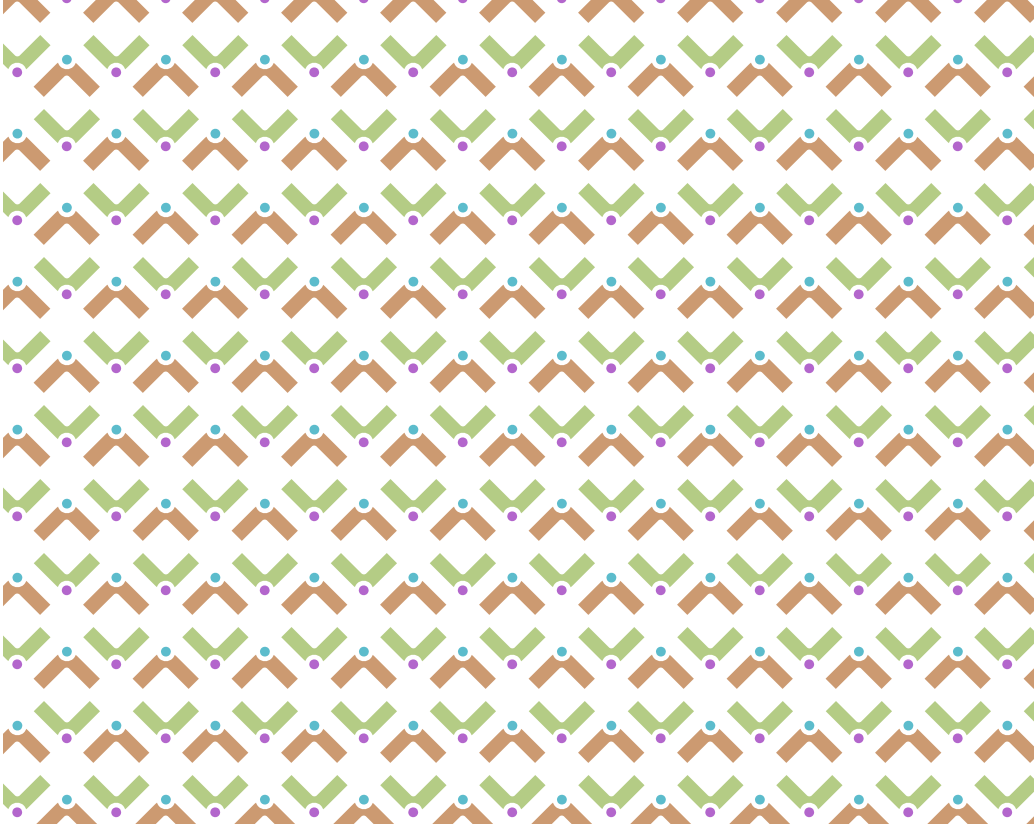


### TRECHO DE REPORTAGEM

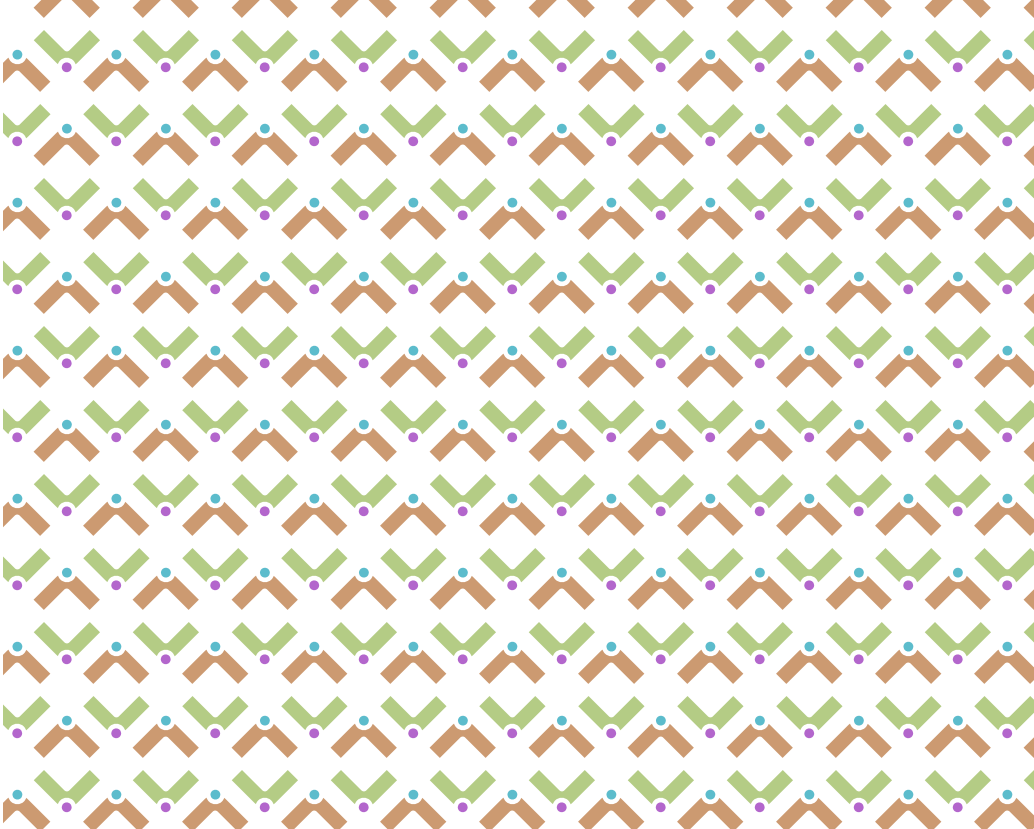
Leia a reportagem intitulada "Agricultores querem impedir usinas eólica e solar em área estratégica na PB", veiculada em 28/10/2023 pela UOL, disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2023/10/28/usinas-eolica-solar-paraiba-polo-agroecologico-polo-borborema.htm?cmpid=copiaecola>.



# MÓDULO 4



UNIDADE 4  
PNDR E A VIDA DAS PESSOAS:  
CAMINHOS POSSÍVEIS DE  
ENFRENTAMENTO DOS  
DESAFIOS







## MÓDULO 4

### UNIDADE 4

## PNDR E A VIDA DAS PESSOAS: CAMINHOS POSSÍVEIS DE ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS

Esse contexto nos permite evidenciar alguns desafios que a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) busca enfrentar e que são expressos entre os seus objetivos específicos, os quais estão elencados no infográfico a seguir.

### DESAFIOS EXPRESSOS NOS OBJETIVOS DA PNDR



Estimular ganhos de produtividade e aumento da competitividade regional, sobretudo em regiões que apresentem declínio populacional e elevadas taxas de emigração.

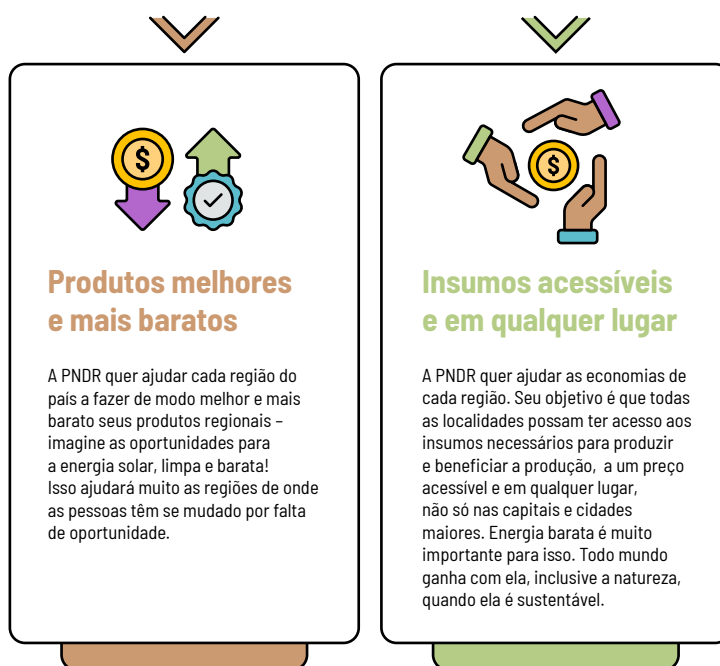
Fomentar a agregação de valor e diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional, observando critérios como geração de renda e sustentabilidade, sobretudo em regiões com forte especialização na produção de commodities agrícolas ou minerais.



No contexto da Luiza, esses objetivos poderiam ser apontados da seguinte forma.



## OBJETIVOS NO CONTEXTO DA LUIZA



A PNDR mobiliza um conjunto de estratégias que podem ajudar no enfrentamento desses desafios. Vejamos, na sequência, algumas dessas estratégias.

### *Apoio à instalação de usinas solares*

Financiamentos, incentivos fiscais e capacitação para empresas e produtores rurais interessados em investir em energia solar, por meio dos Fundos Constitucionais e dos Fundos de Desenvolvimento Regional.

Foto: © [APChanel] / Shutterstock.



### *Desenvolvimento de pesquisa e inovação*

Investimento em pesquisas para aprimorar a tecnologia solar e reduzir custos, tornando-a ainda mais competitiva.



Foto: © [Gorodenkoff] / Shutterstock.

### *Cidades intermediadoras*

Ampliar, por meio das cidades intermediadoras, o acesso a oportunidades de trabalho e renda, infraestrutura, bens e serviços para a população residente em territórios menos desenvolvidos. As cidades intermediadoras devem atuar de forma complementar com os municípios próximos, impulsionando o desenvolvimento em toda a sub-região.



A seguir, conheça o que o **Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste** aponta como apostas estratégicas.

## ESTRATÉGIAS DO PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

01

A promoção da agregação de valor e da diversificação e aumento da complexidade econômica, de forma sustentável, nas regiões com forte especialização em commodities.

02

A priorização da rede de cidades médias e suas áreas de influência, visando o adensamento de suas cadeias produtivas e a atuação dessas cidades como âncoras para os sistemas de inovação produtiva.

03

A priorização da estruturação e do desenvolvimento da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (RIDE/DF) e da Faixa de Fronteira MT/MS.

Veja a seguir a retomada dos principais pontos deste módulo.



## SÍNTESE DO MÓDULO

PERSONA	ESCALA GEOGRÁFICA/ TERRITÓRIO/	DESAFIO	PROBLEMA/ CARACTERÍSTICA	OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS, PROGRAMAS, INSTRUMENTOS DA PNDR
Luiza, DONA DA DE EMPRESA DE ENERGIA SOLAR que instala placas solares em Miranda e cidades vizinhas no Mato Grosso do Sul.	Macrorregional – a PNDR prevê atuação em diferentes escalas geográficas, entre elas a escala macrorregional. Isso significa que a Amazônia, o Nordeste e o Centro-Oeste são regiões prioritárias para a redução das desigualdades entre as regiões do país (Decreto nº 11.962/2024).	Novas atividades econômicas são promissoras na geração de riqueza e alternativas para novos mercados, novos empregos, novas profissões, sobretudo aquelas cadeias produtivas baseadas em uma economia circular ou em uma economia de baixo carbono. Ao mesmo tempo, para que essas novidades contribuam para o desenvolvimento regional, é importante que sejam acompanhadas de investimentos em infraestrutura e conectividade de transporte, bem como sejam instaladas nos territórios de forma planejada, evitando possíveis conflitos de natureza territorial.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Novas atividades econômicas têm grandes potenciais, sobretudo as que são potencialmente voltadas ao mercado futuro. Porém, é preciso planejamento territorial.</li><li>• Conflito no Nordeste pelo fato de planta solar ocupar território de comunidades tradicionais.</li><li>• Desenvolvimento de infraestrutura e conectividade de transporte.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Infraestrutura econômica e produtiva.</li><li>• Cidades intermediadoras.</li><li>• Gestão regional e do território.</li></ul>

Você finalizou o Módulo 4!

No próximo módulo apresentaremos a Maria, gerente do Banco do Nordeste.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/decreto/D11962.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D11962.htm). Acesso em: 29 mai. 2024.





# MÓDULO 5



MARIA, GERENTE DO  
BANCO DO NORDESTE

## MÓDULO 5

---

### APRESENTAÇÃO

Neste módulo apresentaremos a Maria, gerente do Banco do Nordeste. Abordaremos alguns aspectos geográficos do Nordeste e da Amazônia Azul, os desafios dessas regiões e como a PNDR, partindo de seus objetivos e estratégias, busca enfrentar essas dificuldades.

#### Siglas

BASA – Banco da Amazônia

BioRegio – Programa de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional Sustentável

CONDEL – Conselho Deliberativo

DN – Distrito Naval

FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

MIDR – Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

OGU – Orçamento Geral da União

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PRDNE – Plano Regional para o Desenvolvimento do Nordeste

SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SUDAM – Superintendência da Amazônia

SUDECO – Superintendência do Centro-Oeste

SUDENE – Superintendência do Nordeste

ZEE – Zona Econômica Exclusiva





# MÓDULO 5

## UNIDADE 1 APRESENTAÇÃO DA PERSONA

## MÓDULO 5

### UNIDADE 1

#### APRESENTAÇÃO DA PERSONA

Vamos conhecer a Maria, gerente do Banco do Nordeste em Santa Inês, no Maranhão.



VÍDEO



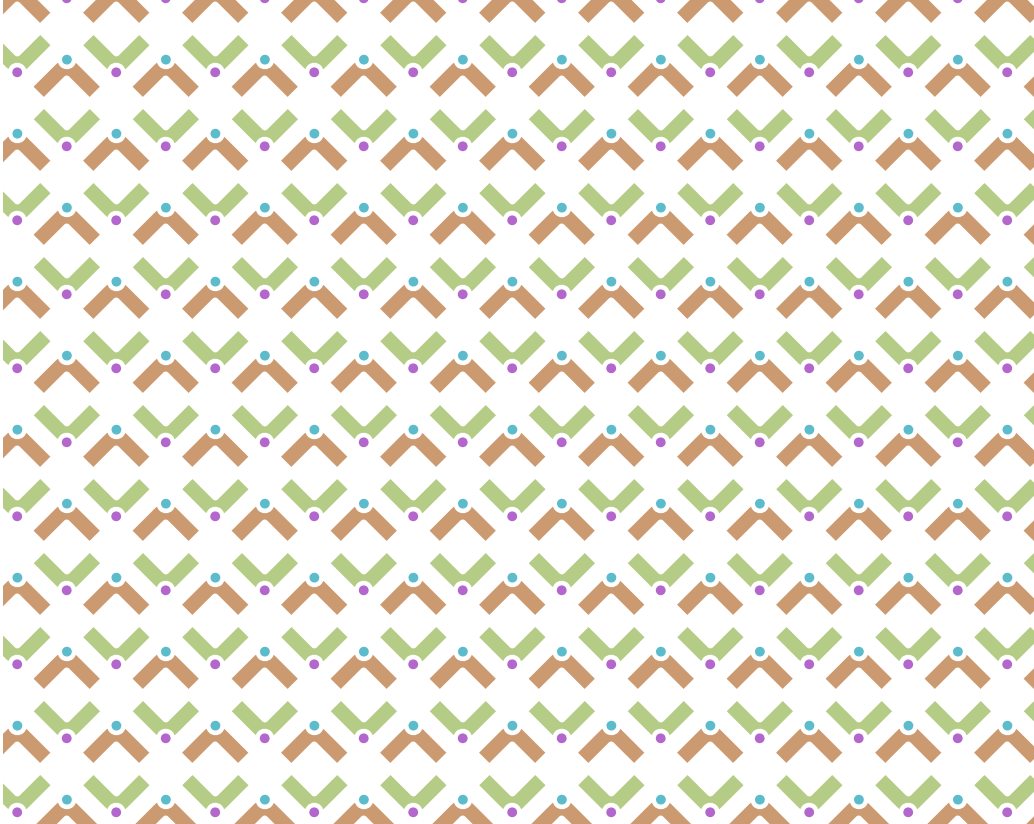
Aponte a câmera do seu dispositivo móvel (smartphone ou tablet) para o QR Code ao lado e assista ao vídeo de animação apresentando a Maria, ou acesse o link: [youtu.be/Vi12iaMLVlw](https://youtu.be/Vi12iaMLVlw).



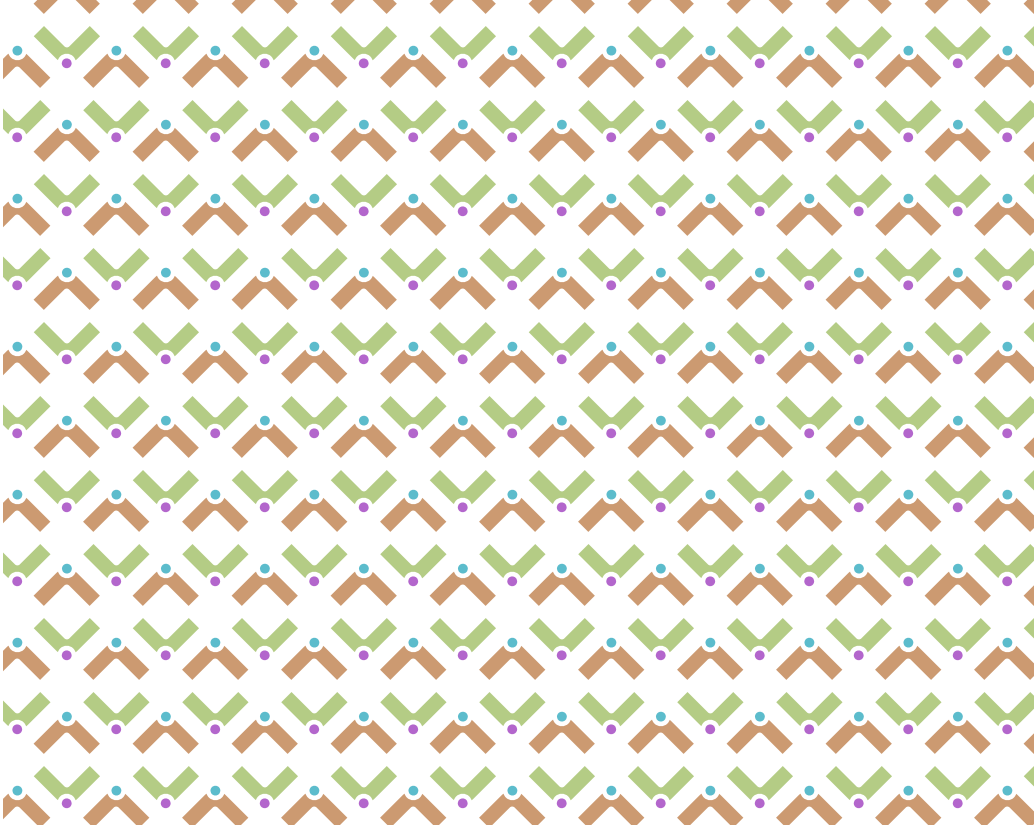
Maria é uma mulher forte e determinada, nascida e criada no Nordeste. Desde jovem, ela demonstrou uma aptidão para finanças e uma luta pela melhoria das condições de vida das pessoas em sua região. Maria tornou-se gerente do Banco do Nordeste, trabalha oferecendo oportunidades de financiamento aos clientes do banco. Embora ela tenha total compromisso em apoiar os pequenos produtores ou empreendedores, ela precisa atuar em consonância com a política do banco. A implementação dessa política pode eventualmente entrar em conflito, gerando ou acirrando assimetrias de modo a favorecer aqueles que já dispõem de mais recursos. E os menos favorecidos, que nem sempre têm acesso às informações, tampouco garantias suficientes para os empréstimos, podem se manter em ciclos de pobreza, dificultando a redução das desigualdades.



# MÓDULO 5



UNIDADE 2  
ASPECTOS GEOGRÁFICOS  
E ESCALAS TERRITORIAIS  
DA PNDR: NORDESTE E  
AMAZÔNIA AZUL



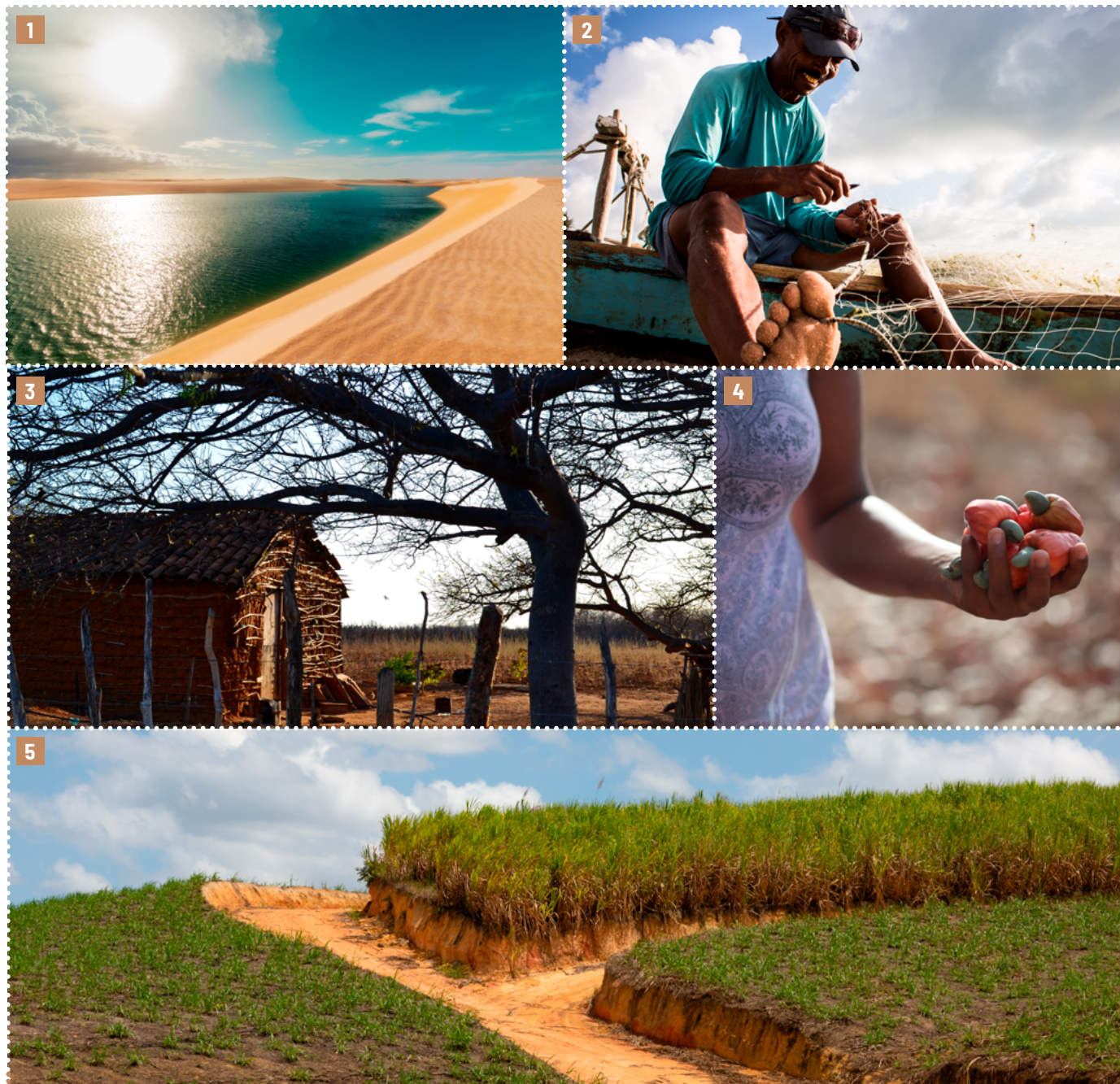
## MÓDULO 5



### UNIDADE 2

## ASPECTOS GEOGRÁFICOS E ESCALAS TERRITORIAIS DA PNDR: NORDESTE E AMAZÔNIA AZUL

A Macrorregião Nordeste é uma das áreas de atuação da PNDR. Porém, se olharmos mais de perto o Nordeste, há uma diversidade enorme de características geográficas e territoriais e que requerem políticas públicas específicas.



- 1** Lençóis Maranhenses. Foto: © [Pedro Tertuliano] / Shutterstock. **2** Pescador consertando sua rede de pesca em Maceió, Alagoas. Foto: © [Gustavo Mata] / Shutterstock.  
**3** Caatinga, em Mossoró, Rio Grande do Norte. Foto: © [Carlos.Meneses] / Shutterstock. **4** Mulher segurando alguns cajus, em Pão de Açúcar, um dos municípios do Sertão de Alagoas. Foto: © [Luciana Serra] / Shutterstock. **5** Plantação de cana-de-açúcar, Zona da Mata, Pernambuco. Foto: © [Elysiangela Freitas] / Shutterstock.



Além da região semiárida, que abrange municípios do Nordeste e o Norte de Minas Gerais, parte do território do Nordeste está contemplada na Amazônia Azul.

*Você deve estar se perguntando: qual a relação entre a Amazônia Azul e o Nordeste?*

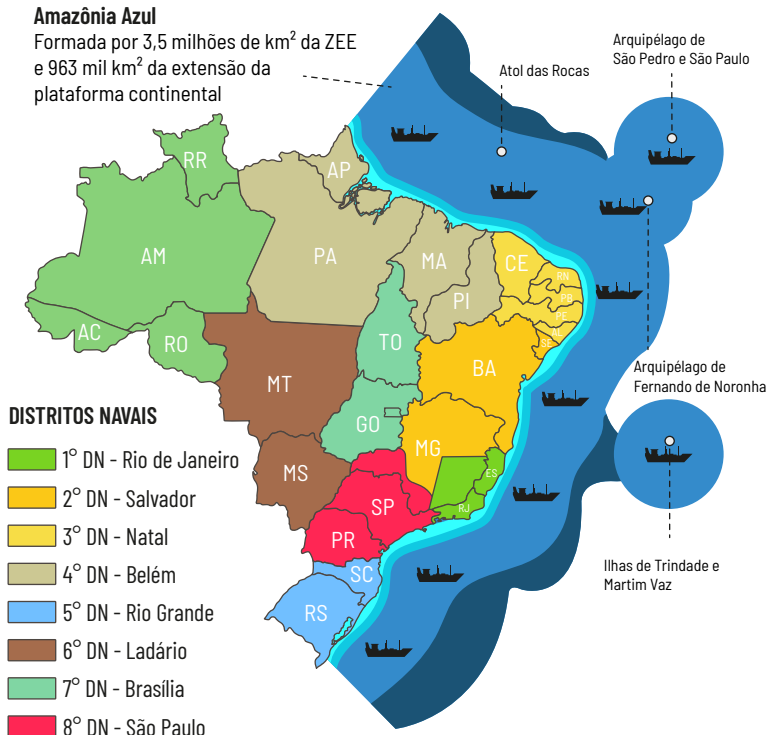
**Amazônia Azul** compreende a região da costa brasileira de Norte a Sul, que reúne mais de 3,6 milhões de quilômetros quadrados (km<sup>2</sup>) com riquezas naturais.

Mais do que um espaço geográfico, é uma zona econômica de desenvolvimento, que, pelas suas riquezas naturais e minerais abundantes, se compara à exuberância da Floresta Amazônica para o país.

## AMAZÔNIA AZUL

### Amazônia Azul

Formada por 3,5 milhões de km<sup>2</sup> da ZEE e 963 mil km<sup>2</sup> da extensão da plataforma continental



### DISTRITOS NAVAIS

- 1º DN - Rio de Janeiro
- 2º DN - Salvador
- 3º DN - Natal
- 4º DN - Belém
- 5º DN - Rio Grande
- 6º DN - Ladário
- 7º DN - Brasília
- 8º DN - São Paulo

### Mar Territorial

Faixa até 12 milhas (22 km) da costa onde o país tem soberania absoluta sobre os recursos naturais e o trânsito de embarcações.

### Zona Econômica Exclusiva (ZEE)

Faixa entre 12 e 200 milhas (370 km) da costa onde o país tem direitos exclusivos para a exploração de recursos econômicos marinhos.

### Zona Contígua

Faixa de 12 milhas adicionais ao mar territorial sob controle do país, segundo a Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar.

### Extensão da Plataforma Continental

Faixa adicional de 150 milhas além da ZEE pleiteada na ONU. Se aprovada, ampliará a área de exploração de recursos do país até 350 milhas (648 km) da costa, com uma área adicional de 963 mil quilômetros quadrados.

Amazônia Azul.

Fonte: Adaptado de Marinha do Brasil.



Tal zona econômica de desenvolvimento está relacionada aos mares e áreas costeiras, que têm o potencial de contribuir para a promoção do crescimento econômico, inclusão social e preservação ou melhoria dos meios de subsistência.



SAIBA MAIS

Para conhecer mais sobre a Amazônia Azul, assista ao vídeo intitulado **Amazônia Azul e BioRegio para um desenvolvimento sustentável**, produzido pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, disponível em: <https://youtu.be/h26MTeanPF0>.

Nosso país é mesmo rico em diversidades territoriais, realidades distintas, riquezas incalculáveis e desafios complexos e variados.

Só na Região Nordeste, temos os desafios e oportunidades ligados a regiões costeiras e que têm um grande potencial de uma economia do mar. Temos também diversos territórios com baixa ou média renda e baixo ou médio dinamismo econômico segundo as tipologias da PNDR que evidenciam as desigualdades regionais.

As regiões costeiras do Nordeste apresentam um grande potencial para o desenvolvimento da economia do mar. Com uma extensa faixa litorânea, essas áreas oferecem oportunidades em setores como a pesca, aquicultura, turismo e energia renovável, especialmente a eólica e a solar. A exploração sustentável desses recursos pode contribuir significativamente para a geração de emprego e renda, além de promover o crescimento econômico da região.

No entanto, o desenvolvimento das regiões costeiras também enfrenta desafios, como a necessidade de preservação ambiental, a gestão dos recursos marinhos e a mitigação dos impactos das mudanças climáticas. Investimentos em infraestrutura, tecnologia e capacitação são fundamentais para aproveitar plenamente o potencial econômico dessas áreas, sempre com um foco na sustentabilidade e na inclusão social.

No Nordeste também temos outra área especial em escala sub-regional, que é o Semiárido, o qual dispõe de características climáticas bastante específicas, marcadas por ciclos severos de fenômenos de estiagem, irregularidade das chuvas, altas temperaturas e pelos desafios associados à escassez de recursos hídricos. Esse contexto adverso impacta significativamente as atividades econômicas, sociais e ambientais da região.



Para mitigar os impactos da seca e promover o desenvolvimento sustentável no Semiárido, diversas iniciativas têm sido implementadas. O infográfico a seguir destaca algumas delas.

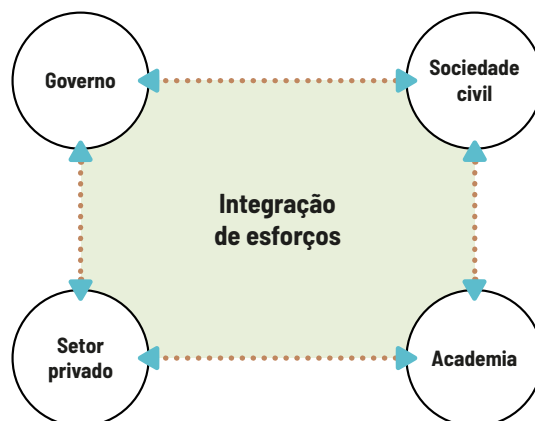


Além disso, políticas públicas focadas na educação, capacitação e apoio ao agricultor familiar são fundamentais para fortalecer a resiliência das comunidades locais.

As pesquisas científicas e os estudos sobre o Semiárido também desempenham um papel crucial na busca por soluções inovadoras e eficazes. Universidades e instituições de pesquisa na região contribuem com conhecimento e tecnologias apropriadas para a gestão sustentável dos recursos naturais e o desenvolvimento econômico, sempre respeitando as peculiaridades ambientais e culturais do Semiárido.



## INTEGRAÇÃO DE ESFORÇOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO



A integração de esforços entre governo, sociedade civil, setor privado e academia é essencial para transformar os desafios do Semiárido em oportunidades de desenvolvimento. Promover a adaptação às mudanças climáticas, incentivar a diversificação econômica e garantir a sustentabilidade dos recursos naturais são estratégias fundamentais para assegurar um futuro mais próspero e equitativo para o Semiárido nordestino.

Em suma, o Nordeste brasileiro é uma região de contrastes e diversidades, com desafios significativos, mas também com enormes potencialidades. A promoção de políticas públicas integradas e inclusivas, a valorização do conhecimento local e a inovação são elementos-chave para o desenvolvimento equilibrado e sustentável da região, beneficiando todas as suas sub-regiões e suas populações.

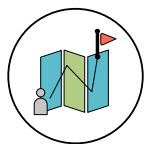
Foto: © [Willem Cronje] / Shutterstock.





# MÓDULO 5

## UNIDADE 3 DESAFIO REGIONAL



## MÓDULO 5

### UNIDADE 3

#### DESAFIO REGIONAL

A alocação de recursos é um dos instrumentos mais efetivos para promover o desenvolvimento de uma região. Entretanto, para que os recursos alocados possam atrair novos investimentos e gerar novos empregos, oportunidades e riquezas, é preciso uma atuação coordenada e estratégica, focada no território.

Essa atuação planejada e coordenada para os territórios não é tarefa fácil e, como os recursos são sempre limitados, há sempre quem se sente prejudicado nessas alocações.

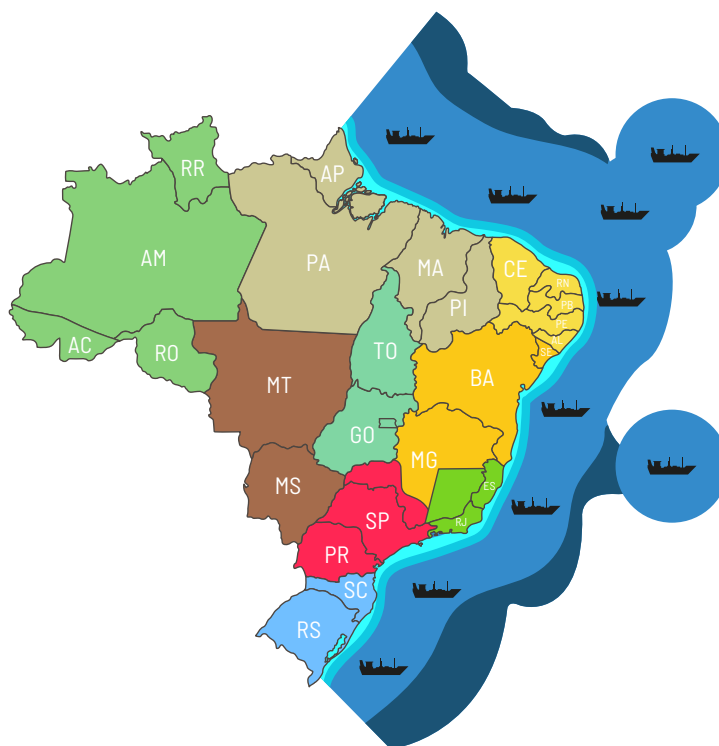
Assim, podemos apontar três aspectos desse desafio regional.

### DESAFIOS DA MACRORREGIÃO NORDESTE E AMAZÔNIA AZUL

Como garantir que a alocação de recursos possa efetivamente promover o desenvolvimento regional?

Como assegurar que a alocação de recursos atenda às pessoas que mais precisam, mas que, ao mesmo tempo, são aquelas que têm dificuldade de acesso ao financiamento?

Como lidar com a disputa de acesso a financiamentos mais atrativos por atores que têm diferentes níveis de preparo e condições de acesso aos recursos?



### 3.1 Alocar recursos para promover o desenvolvimento regional

A PNDR aponta que uma de suas estratégias é a aderência dos instrumentos de financiamento aos objetivos e desenvolvimento regional. Vamos entender como se busca promover essa aderência, alinhando instrumentos de planejamento e financiamento dessa política.



Foto: © [Gorodenkoff] / Shutterstock.

Como toda política pública, a PNDR necessita de recursos para realizar seus objetivos, que podem ser investimentos de ordem direta do Orçamento Geral da União (OGU), inclusive as emendas dos congressistas; mas também investe por intermédio de concessão de crédito ou, melhor dizendo, há fundos que fazem empréstimos a empresas dos mais diversos setores produtivos ou a pessoas, quando se trata do instrumento do microcrédito. Em suma, há duas possibilidades para obtenção de recursos:

- Investimento direto – Orçamento Geral da União
- Investimento indireto – Fundos Constitucionais e de Desenvolvimento

A seguir, veremos um detalhamento sobre cada uma das opções.

#### Investimentos diretos – Orçamento Geral da União

Esses recursos de investimento do Orçamento Geral da União são aquilo que denominamos de recursos não onerosos e são feitos para o atingimento dos objetivos da PNDR, sem que necessariamente seus beneficiários necessitem pagar ao governo federal. O que se espera deles com a utilização desses recursos é a concretização de projetos e ações que se vinculam aos objetivos e eixos da PNDR, nas suas regiões prioritárias.



## ALOCAÇÃO DE RECURSOS PREVISTOS NO OGU

Parte dos recursos previstos no OGU são discricionários, ou seja, o gestor no Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional pode priorizar a alocação de recursos conforme os planejamentos previstos e as prioridades territoriais apontadas pela PNDR.

Outra parte desses recursos é alocada de acordo com as emendas parlamentares sugeridas pelos congressistas. A execução desses recursos se dá por meio de parcerias estabelecidas com entes governamentais subnacionais, outros órgãos do governo federal e Organizações da Sociedade Civil, além de instituições de ensino e pesquisa.

Os instrumentos são diversos, vão desde os convênios e contratos de repasse até os termos de fomento e cooperação, além dos termos de execução descentralizada.

Todos se iniciam com o cadastramento das propostas na Plataforma +Brasil, o antigo SICONV, que, após a análise técnica e documental, segue para a fase de celebração da apresentação de projetos, celebração da parceria, transferência dos recursos, execução do projeto, acompanhamento do MIDR e, após concluído, passa-se para a fase da prestação de contas.

No ano de 2023, entre recursos do OGU, discricionários – que é aquela parte sob controle do MIDR –, e as emendas parlamentares, sugeridas pelos congressistas, os investimentos vinculados às ações orçamentárias da PNDR chegaram a 5 bilhões de reais, e, na carteira, contando com os exercícios anteriores, o montante chega a mais de 10 bilhões, alcançando cerca de 3.800 municípios no Brasil, com ações que vão da aquisição de máquinas e equipamentos para o poder público, passando por uma diversidade de ações voltadas para a inovação e o incremento de alguns setores produtivos, além de iniciativas para fortalecimento da gestão dos entes subnacionais, entre outras.



### Fundos Constitucionais e de Desenvolvimento: recursos onerosos

Já os recursos vindos do sistema de crédito oficial, constituído pelos fundos e operado pelos bancos federais – Banco da Amazônia, Banco do Nordeste do Brasil, Banco do Brasil –, são denominados de recursos onerosos, ou seja, quem recebe esse dinheiro para aplicar tem que devolver aos bancos, que no caso praticam taxas de juros diferenciadas e oferecem prazos mais elásticos, bem como concedem carência para o início dos pagamentos. Trata-se dos Fundos Constitucionais e os Fundos de Desenvolvimento.

## FUNDOS CONSTITUCIONAIS E FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO

Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Fundos de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste.

### 3.2 Alinhar instrumentos de planejamento e financiamento

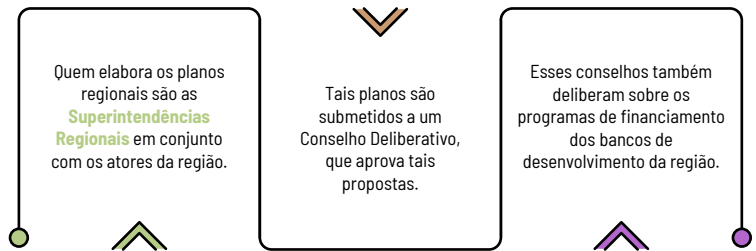
Alinhar os instrumentos de planejamento e financiamento pode parecer simples, porém na prática isso não é tão trivial. Para compreender esses dois tipos de instrumentos de planejamento e de financiamento da política, vamos conhecer um pouco mais sobre cada um deles e quais são os atores relevantes no processo decisório desses instrumentos.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é um dos mais importantes instrumentos de financiamento da PNDR e deve atuar em consonância com os **planos regionais de desenvolvimento do Nordeste**. Para cada macrorregião, há um Fundo Constitucional, o respectivo Conselho Deliberativo e o banco que opera o respectivo fundo.



O Plano Regional para o Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) aponta como estratégia aceleradora dos processos de desenvolvimento regional o fortalecimento da rede de cidades intermediárias como âncora para os sistemas inovativos e produtivos locais de suas áreas de influência.

## OS PLANOS REGIONAIS E AS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS



As Superintendências Regionais atendem às macrorregiões prioritárias da PNDR da seguinte forma:

1. Amazônia – Superintendências Regionais: Superintendência da Amazônia (SUDAM).
2. Centro-Oeste – Superintendência do Centro-Oeste (SUDECO).
3. Nordeste – Superintendência do Nordeste (SUDENE).



SAIBA MAIS

Para conhecer mais sobre as **Superintendências Regionais**, acesse a página virtual da SUDECO, disponível em: <https://www.gov.br/sudeco/pt-br>, a da SUDAM, disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br>, e a da SUDENE, disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br>.

O quadro a seguir indica o papel de cada instituição no âmbito dos referidos fundos.

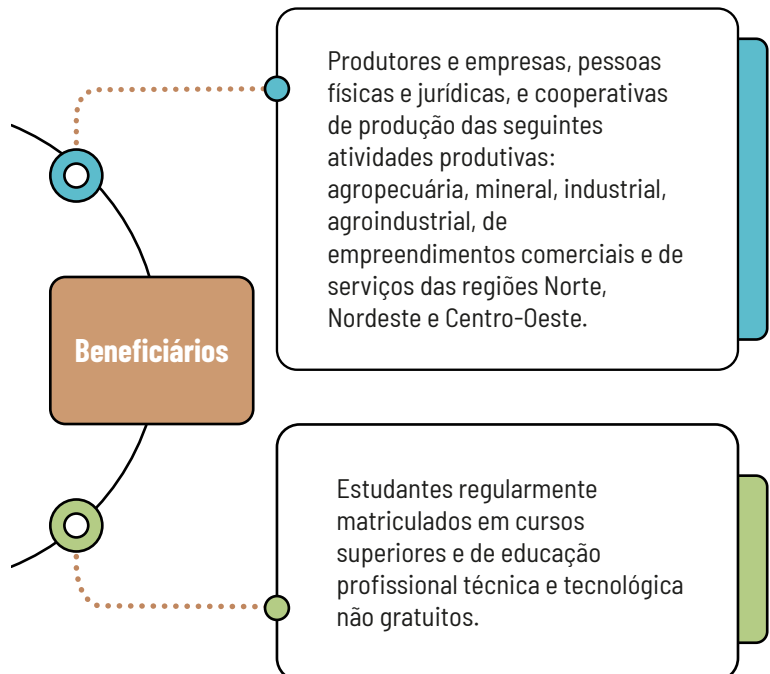


## FUNDOS CONSTITUCIONAIS – O QUE CABE A CADA UM:

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Conselhos Deliberativos Norte Nordeste Centro-Oeste	Bancos administradores Banco da Amazônia Banco do Nordeste Banco do Brasil
<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelece diretrizes e orientações gerais para aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Anualmente, estabelecem diretrizes, prioridades e programas de financiamento, em consonância com plano regional.</li> <li>Aprovam, anualmente, os programas de cada fundo para o exercício seguinte.</li> <li>Avaliam os resultados obtidos e determinam ajustes para o cumprimento de diretrizes.</li> <li>Encaminham ao Congresso Nacional o programa de financiamento para o exercício seguinte.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aplicam recursos e implementam a política de concessão de crédito, conforme orientação dos Conselhos Deliberativos.</li> <li>Definem procedimentos e condições operacionais da atividade bancária, respeitando as diretrizes do respectivo Conselho Deliberativo.</li> <li>Analisam as propostas de financiamento e enquadram as propostas nas faixas de encargos e créditos.</li> <li>Formalizam contratos de repasse de recurso.</li> <li>Prestam contas sobre resultados alcançados ao MIDR e respectivos conselhos.</li> <li>Elaboram a proposta anual de aplicação dos recursos.</li> <li>Exercem outras atividades relacionadas à aplicação dos recursos, recuperação dos créditos e renegociação de dívidas.</li> </ul>

Agora que entendemos o papel de cada entidade na gestão dos Fundos Constitucionais, surge a pergunta: *quem pode se beneficiar dos Fundos Constitucionais?*

## BENEFICIÁRIOS DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS



Os Fundos Constitucionais são operacionalizados pelo Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e Banco do Brasil. Trata-se de empréstimos reembolsáveis, com juros mais atrativos do que outras formas de financiamento disponíveis no mercado e com prazos longos para pagamento, variando conforme a linha e a finalidade do financiamento. O infográfico a seguir mostra que cada macrorregião tem um Fundo Constitucional diferente.

## FUNDOS CONSTITUCIONAIS

### Fundos Constitucionais

Contribuem para o **desenvolvimento econômico e social** das regiões **Centro-Oeste, Nordeste e Norte**.

### Beneficiários

Agentes produtivos de todos os portes e setores, especialmente **micro, mini e pequenos**, que têm tratamento diferenciado.



Fundos Constitucionais (FCO, FNE e FNO)  
Fonte: Adaptado de Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

Portanto, quando a Maria, gerente do Banco do Nordeste, ou os gerentes dos bancos BASA ou o Banco do Brasil financiam um empreendimento sustentável de caprinos no agreste nordestino, ou um entreposto da coleta da castanha na Floresta Amazônica ou uma fábrica de placas solares no Mato Grosso, provavelmente eles analisam as diretrizes dos Conselhos Deliberativos e do MIDR, verificando se a proposta de empreendimento está em consonância com o respectivo Plano de Desenvolvimento Regional.





Já os Fundos de Desenvolvimento Regional são recursos destinados para financiar infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos com grande capacidade de gerar novos negócios e novas atividades produtivas.

Trata-se de grandes empreendimentos geradores de empregos, impostos e renda para diversos municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A imagem a seguir mostra as áreas de atuação dos Fundos de Desenvolvimento nas regiões de atuação das superintendências.

## FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO



Asseguram recursos para a realização de investimentos em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios e de atividades produtivas nas áreas de atuação da **SUDAM**, da **SUDECO** e da **SUDENE**.

- SUDAM
- SUDECO
- SUDENE
- Área comum à SUDAM/SUDENE
- Área comum à SUDAM/SUDECO

Fonte: Adaptado de Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

Somente no ano de 2023, os fundos operados por esses bancos, que se vinculam à PNDR, emprestaram aproximadamente 65 bilhões de reais. Esse é um volume maior do que o orçamento de alguns municípios do país e se aproxima do orçamento de alguns estados da Federação.



Esse volume mostra a potência e o compromisso que existe para o enfrentamento das desigualdades regionais, principalmente quando se trata de incentivar o empreendedorismo e fortalecer a presença das empresas que vão gerar empregos.



SAIBA MAIS

Para compreender melhor a diferença entre os fundos, assista ao vídeo intitulado **Saiba a diferença entre Fundos de Desenvolvimento Regional e Fundos Constitucionais de Financiamento**, produzido pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, disponível em: <https://youtu.be/5H5ctfpgQ2U>.

Essa modalidade requer que os interessados compareçam a uma agência bancária das instituições mencionadas e se habilitem, cumprindo as regras de cada uma das linhas de financiamento, que são diferenciadas, não só pelo porte do pretendente como também pelo setor produtivo. Uma vez atendidas as exigências para recepção do crédito, os beneficiários podem acessar esses recursos.



Agência do Banco do Nordeste no bairro Passaré (Fortaleza-CE).  
Foto: Banco do Nordeste.

Essas informações são encontradas nos sítios eletrônicos dos bancos e passam por mudanças, em função da variação dos juros estabelecidos pelo Banco Central, bem como pelas deliberações do Conselhos Deliberativos das Superintendências de Desenvolvimento Regional.





SAIBA MAIS

Para conhecer exemplos de empreendimentos financiados pelos Fundos de Desenvolvimento que foram capazes de alavancar novos empregos na região, assista ao vídeo intitulado **Balanco 2023 – Fundos e Instrumentos Financeiros**, produzido pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, disponível em: <https://youtu.be/Zdkr9SmAPXE>.

O quadro a seguir apresenta, para cada macrorregião, os atores relevantes que atuam tanto na elaboração dos instrumentos de planejamento como nas diretrizes dos instrumentos de financiamento.

NORTE/AMAZÔNIA	NORDESTE	CENTRO-OESTE
<b>Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)</b>	<b>Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)</b>	<b>Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)</b>
<b>Banco operador – Banco da Amazônia – BASA</b>	<b>Banco operador – Banco do Nordeste</b>	<b>Banco operador – Banco do Brasil</b>
<p>Composição do Conselho Deliberativo (CONDEL)/SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Governadores da área de atuação: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Roraima, Tocantins e Maranhão</li> <li>• Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional</li> <li>• Superintendente da SUDAM</li> <li>• Ministro do Planejamento e Orçamento</li> <li>• Ministro da Fazenda</li> <li>• 6 ministros de Estado a serem convocados pelo Presidente do Conselho</li> <li>• Representantes dos municípios</li> <li>• Representantes da classe empresarial</li> <li>• Representantes da classe dos trabalhadores</li> <li>• Presidente do Banco da Amazônia</li> </ul>	<p>Composição do Conselho Deliberativo (CONDEL)/SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Governadores da área de atuação: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo</li> <li>• Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional</li> <li>• Superintendente da SUDENE</li> <li>• Ministro do Planejamento e Orçamento</li> <li>• Ministro da Fazenda</li> <li>• 6 ministros de Estado das demais áreas de atuação do Poder Executivo (conforme a pauta)</li> <li>• Representantes dos municípios</li> <li>• Representantes da classe empresarial</li> <li>• Representantes da classe dos trabalhadores</li> <li>• Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A.</li> </ul>	<p>Composição do Conselho Deliberativo (CONDEL)/SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Governadores da área de atuação: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.</li> <li>• Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional</li> <li>• Superintendente da SUDECO</li> <li>• Ministro do Planejamento e Orçamento</li> <li>• Ministro da Fazenda</li> <li>• Ministro da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos</li> <li>• Ministros de Estado das demais áreas de atuação do Poder Executivo</li> <li>• Representantes dos municípios</li> <li>• Representantes da classe empresarial</li> <li>• Representantes da classe dos trabalhadores</li> <li>• Representantes de organizações não governamentais da área de atuação da SUDECO</li> <li>• Presidente do Banco do Brasil S.A.</li> </ul>

O alcance dos objetivos da PNDR requer que os recursos dos fundos sejam alocados de forma estratégica para que possam alavancar novos investimentos e promover o desenvolvimento da região. Um bom exemplo dessa aplicação dos recursos são os recursos aplicados em pequenos negócios e na agricultura familiar.



Conheça as opções de financiamento para a sua região.



<https://www.bnb.gov.br/desenvolvimento-regional>

<https://www.bnb.gov.br/atividades-financiadas>



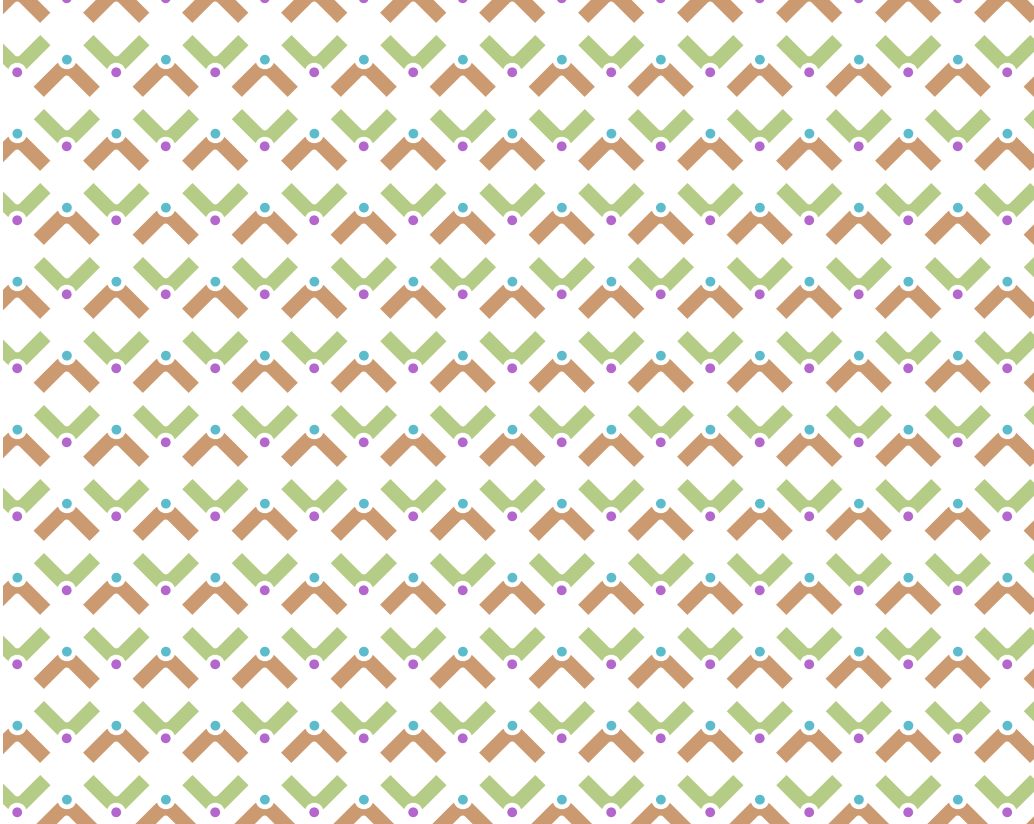
<https://www.bancoamazonia.com.br/>



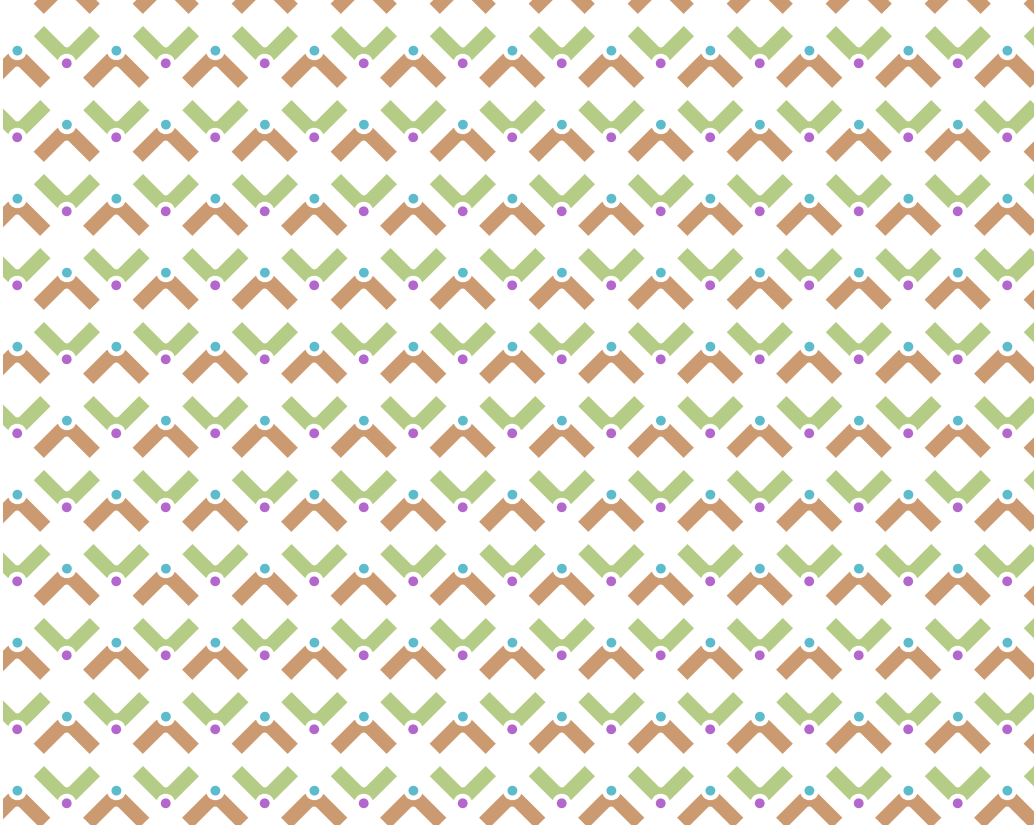
<https://www.bb.com.br/site/setor-publico/federal/desenvolvimento-socioeconomico/fundo-constitucional-de-financiamento-do-centro-oeste-fco/>



# MÓDULO 5



UNIDADE 4  
PNDR E A VIDA DAS PESSOAS:  
CAMINHOS POSSÍVEIS DE  
ENFRENTAMENTO DOS  
DESAFIOS





## MÓDULO 5

### UNIDADE 4

## PNDR E A VIDA DAS PESSOAS: CAMINHOS POSSÍVEIS DE ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS

A alocação de recursos interfere diretamente na vida das pessoas, como foi descrito ao longo deste módulo. Tudo isso é parte das estratégias da PNDR como uma política que dialoga com outras ações governamentais que estão sob a responsabilidade de outros ministérios, mas também procura concentrar suas estratégias nos eixos e regiões prioritárias.

Veja a seguir a retomada dos principais pontos deste módulo.

### SÍNTESE DO MÓDULO

PERSONA	ESCALA GEOGRÁFICA/ TERRITÓRIO/	DESAFIO	PROBLEMA/ CARACTERÍSTICA	OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS, PROGRAMAS, INSTRUMENTOS DA PNDR
Maria, GERENTE DO BANCO do Nordeste, que atua na oferta de financiamentos para empreendimentos na região.	Macrorregional – a PNDR prevê atuação em diferentes escalas geográficas, entre elas a escala macrorregional, isso significa que o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste são regiões prioritárias para a redução das desigualdades entre as regiões do país (Decreto nº 11.962/2024). É também uma região que faz parte da Amazônia Azul.	A alocação de recursos é um dos instrumentos mais efetivos para promover o desenvolvimento de uma região. Entretanto, para que os recursos alocados possam atrair novos investimentos e gerar novos empregos, oportunidades e riquezas, é preciso uma atuação coordenada e estratégica, focada no território. Essa atuação planejada e coordenada para os territórios não é tarefa fácil, e, como os recursos são sempre limitados, há sempre quem se sente prejudicado nessas alocações.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Financiamento público e privado.</li><li>• Fundos Constitucionais e Fundos de Desenvolvimento.</li><li>• Geração de empregos/ renda a partir dos investimentos dos fundos.</li><li>• Planos regionais.</li><li>• Superintendências regionais.</li><li>• OGU.</li><li>• Incentivos e benefícios fiscais.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Fundos Constitucionais.</li><li>• Fundos de Desenvolvimento NE e Amazônia.</li><li>• Planos regionais de desenvolvimento.</li><li>• OGU.</li><li>• Emendas parlamentares.</li></ul>

Você finalizou o Módulo 5!

No próximo módulo apresentaremos a Margarida, uma mulher negra, viúva, mãe de 4 filhos e que mora no Vale do Jequitinhonha.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/decreto/D11962.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D11962.htm). Acesso em: 3 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1989. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7827.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7827.htm). Acesso em: 3 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001. Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LEIS\\_2001/L10177.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10177.htm). Acesso em: 3 jun. 2024.

Brasil. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Portaria nº 3.055, de 28 de setembro de 2023. Estabelece diretrizes e normas para o repasse e desembolso de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE), e do Centro-Oeste (FCO). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 128-131.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Portaria nº 1.627, de 8 de maio de 2023. Dispõe sobre o fornecimento, pelos bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento, das informações necessárias à supervisão, ao acompanhamento, ao controle da aplicação dos recursos e à avaliação de desempenho desses Fundos, com base no art. 7º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 91, p. 36.



# MÓDULO 6



**MARGARIDA, NEGRA E VIÚVA,  
MÃE DE 4 FILHOS, MORA NO VALE  
DO JEQUITINHONHA**



## MÓDULO 6

---

### APRESENTAÇÃO

Neste módulo, iremos apresentar Margarida, uma mulher negra, viúva, mãe de quatro filhos, que vive no Vale do Jequitinhonha. Discutiremos alguns aspectos geográficos do Semiárido, os desafios dessa área e como a PNDR se propõe a enfrentar essas dificuldades com seus objetivos e estratégias.

### Siglas

ASA – Articulação Semiárido Brasileiro

CFEM – Compensação Financeira pela Exploração Mineral

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFOCS – Inspeção Federal de Obras Contra as Secas

INSA – Instituto Nacional do Semiárido

IOCS – Inspeção Federal de Obras Contra as Secas

MME – Ministério de Minas e Energia

PCDR – Programa de Desenvolvimento de Capacidades para Integração e Desenvolvimento Regional

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional



# MÓDULO 6

## UNIDADE 1 APRESENTAÇÃO DA PERSONA

## MÓDULO 6

### UNIDADE 1

#### APRESENTAÇÃO DA PERSONA

Vamos conhecer agora a Margarida, uma mulher negra, viúva, mãe de 4 filhos e que mora em Turmalina, no Vale do Jequitinhonha.



VÍDEO



Aponte a câmera do seu dispositivo móvel (smartphone ou tablet) para o QR Code ao lado e assista ao vídeo de animação que apresenta a Margarida, ou acesse o link: [youtu.be/1KoRYIHsYpQ](https://youtu.be/1KoRYIHsYpQ).



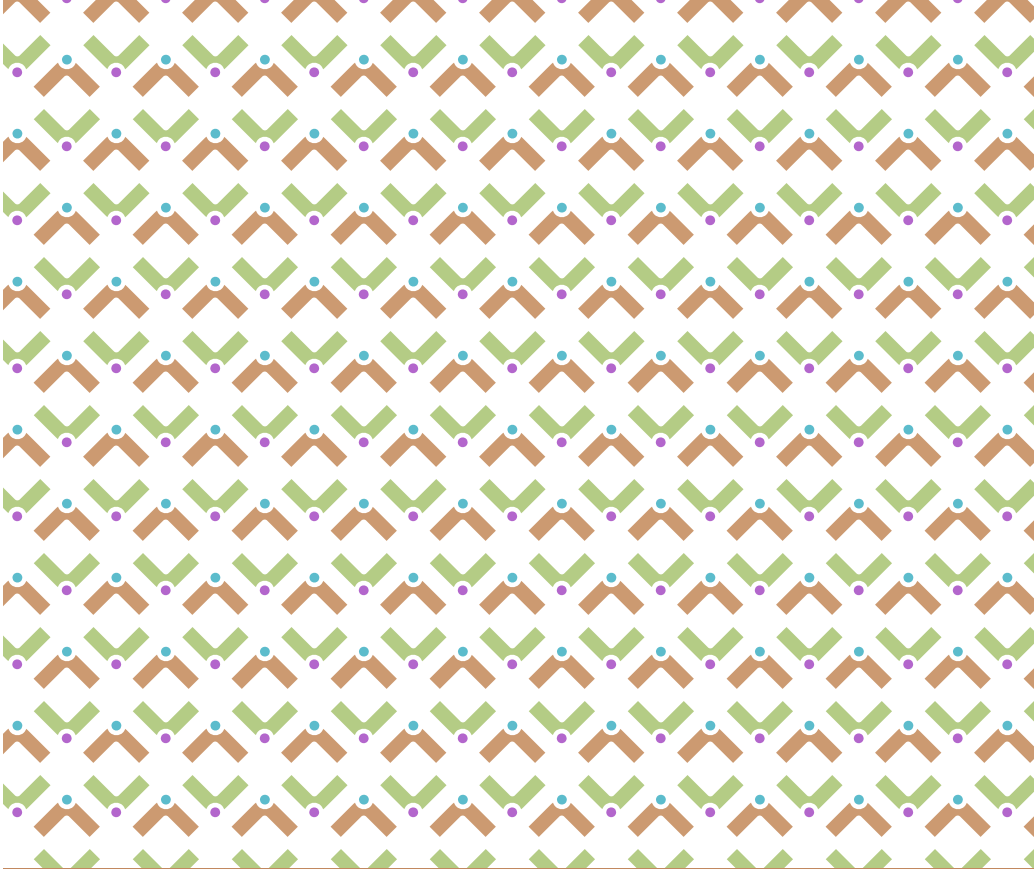
Margarida, embora tenha um grande talento para artesanato, virou agricultora para garantir o sustento dos filhos. Com a morte do marido e a falta de escolaridade, a falta de alternativas fez com que Margarida se dedicasse ao plantio, que era a opção mais segura para garantir o sustento dos 4 filhos.

O Vale do Jequitinhonha é uma região com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Repleta de características próprias, como a questão climática e a cultural, é caracterizada por longos períodos de estiagem, nos quais os rios secam. As tradições culturais marcam a história desse povo, que transforma barro em peças de artesanato, o que é considerado Patrimônio Imaterial de Minas Gerais.

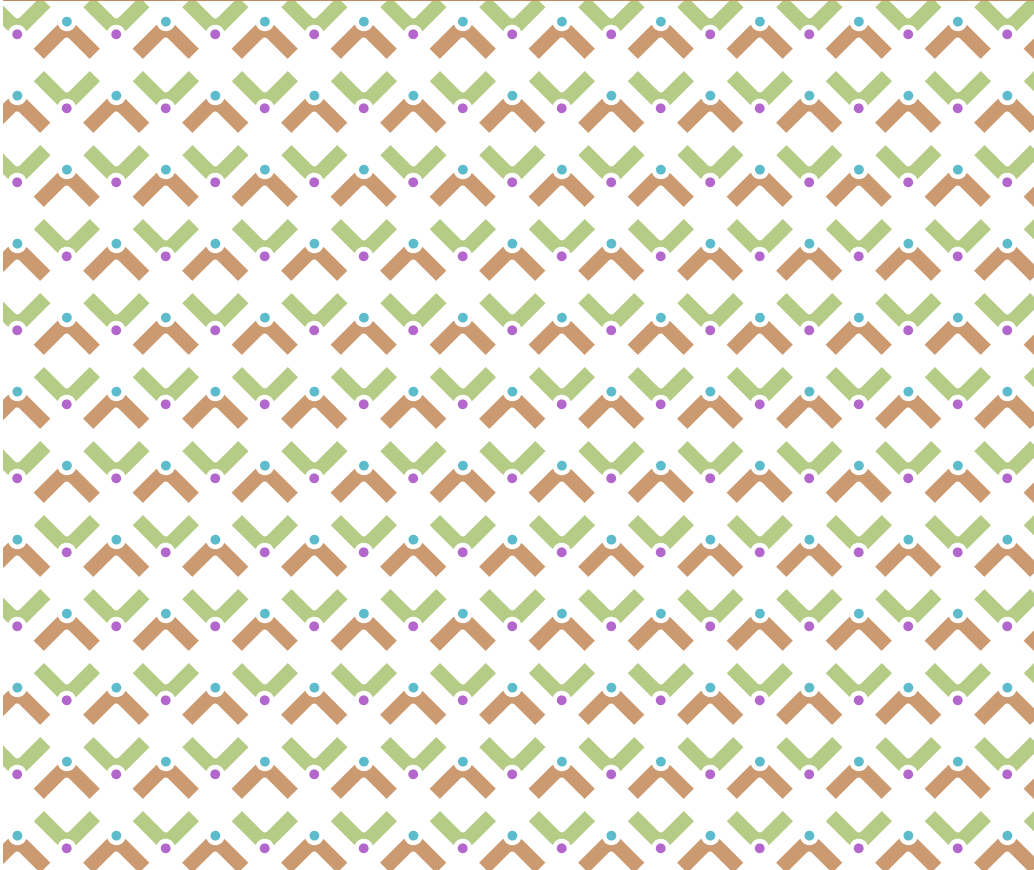
A região também é conhecida por sua diversidade de pedras preciosas e agora, de forma mais recente, pela extração de lítio, um mineral utilizado para baterias mais potentes e que vem se concretizando como um mineral importante para uma economia de baixo carbono.



# MÓDULO 6



UNIDADE 2  
ASPECTOS GEOGRÁFICOS E  
ESCALAS TERRITORIAIS DA  
PNDR: SEMIÁRIDO



## MÓDULO 6



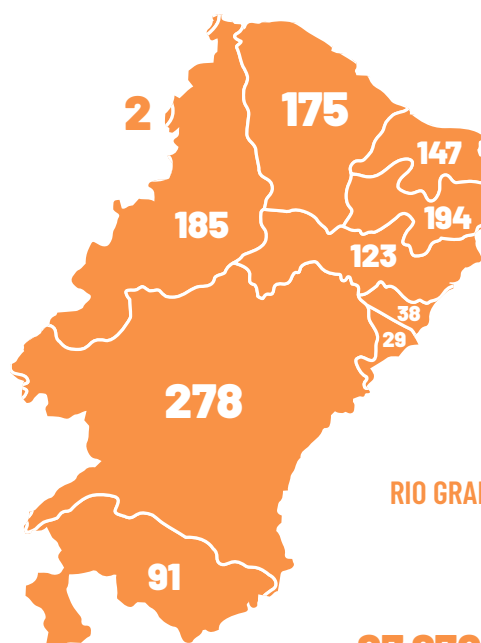
### UNIDADE 2

## ASPECTOS GEOGRÁFICOS E ESCALAS TERRITORIAIS DA PNDR: SEMIÁRIDO

O Vale do Jequitinhonha faz parte do Semiárido. Essa região é uma das áreas especiais de atuação da PNDR na escala sub-regional.

O Semiárido brasileiro se estende por nove estados da Região Nordeste e pelo Norte de Minas Gerais. Reúne mais de 1.200 municípios e representa 12% do território nacional.

### DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SEMIÁRIDO



**1.262**  
MUNICÍPIOS

ALAGOAS	38
BAHIA	278
CEARÁ	175
MARANHÃO	2
MINAS GERAIS	91
PARAÍBA	194
PERNAMBUCO	123
PIAUI	185
RIO GRANDE DO NORTE	147
SERGIPE	29

**27.870.241**  
habitantes



Fonte: Adaptado de Instituto Nacional do Semiárido (INSA, 2024).

A delimitação do território do Semiárido é feita por meio da Resolução nº 115, de 23 de novembro de 2017, do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Trata-se de uma região marcada pela escassez hídrica devido à irregularidade das chuvas, altas temperaturas e solos suscetíveis à desertificação.

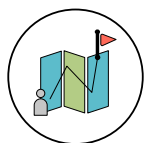


# MÓDULO 6

## UNIDADE 3 DESAFIO REGIONAL

## MÓDULO 6

### UNIDADE 3



### DESAFIO REGIONAL

O Vale do Jequitinhonha é um território repleto de contrastes. Conhecido pelos baixos Índices de Desenvolvimento Humano, é também uma região de riquezas culturais manifestas, como, por exemplo, o seu típico artesanato.



**1** Foto: © [Sebrae/Divulgação] / G1 Globo. **2** Exposição na 12ª Feira Mineira de Artesanato, em São João del-Rei. Foto: Aconteceu no Vale.

**3** Dona Isabel - artesã do Vale do Jequitinhonha. Foto: Revista Prosa Verso e Arte. **4** Artesã Luiza Nunes Xavier com uma das peças da coleção Raízes do Vale. Foto: arqbrasil.



É uma região com riquezas como pedras preciosas e, de forma mais recente, local de extração do lítio, que já vem sendo batizado como o “mineral do futuro”.



Foto: IstoÉ.



Foto: © [Sigma/divulgação] / Estado de Minas – Economia.

É também um território com condições geográficas e climáticas desafiadoras, uma população que sofre com a dificuldade de acesso a serviços básicos de saúde e transporte seguro que conecte a cidade a outras regiões.

Aqui vamos abordar os desafios nas dimensões apresentadas a seguir.

## DESAFIOS DA SUB-REGIÃO SEMIÁRIDO – VALE DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Como a riqueza cultural pode contribuir para o enfrentamento dos altos níveis de desigualdade?

Como a exploração de minérios, que traz impactos sociais e ambientais, pode contribuir para promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo?

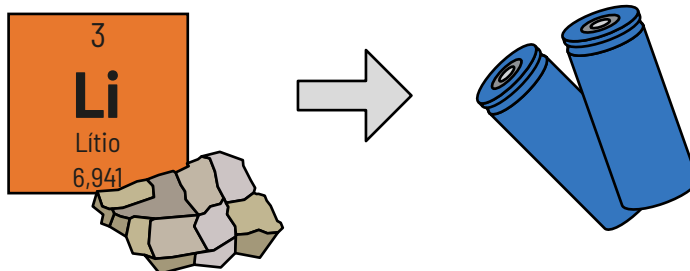
Como promover adaptação desses territórios diante das condições climáticas adversas?





### 3.1 Contraste entre a riqueza cultural, a desigualdade de renda e a exploração de minério do futuro

Em 2023, o Brasil despachou a primeira carga de lítio verde do mundo. O mineral extraído no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, tem o padrão triplo zero: sem carbono, sem rejeitos e sem químicos nocivos. A carga tem como destino a China, que transformará o lítio em baterias a serem utilizadas em todo o mundo.



TRECHO NARRADO

Segundo dados do Ministério de Minas e Energia (MME), o Brasil está entre os países com maior potencial de extração de lítio do mundo, assim como o Chile, a Argentina, os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália. O lítio do Brasil, no entanto, oferece diferenciais competitivos que otimizam os investimentos. Ao contrário da maioria dos outros países, o lítio encontrado em Minas Gerais é de alta pureza, facilitando seu uso na fabricação de baterias mais potentes.

A extração mineral implica o pagamento de uma compensação financeira (Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM), que deve retornar ao território. Como uma atividade recente na região, fica o desafio para que as prefeituras tenham capacidade de transformar esse dinheiro em melhores serviços prestados à sociedade e impulsionar as demais atividades econômicas da região.



SAIBA MAIS

Para compreender um pouco mais da realidade dessa rica região e seus contrastes, leia a reportagem feita pela Rádio Itatiaia. Disponível em: <https://www.itatiaia.com.br/editorias/cidades/2023/01/25/moradores-do-vale-do-jequitinhonha-em-minas-rebatem-nao-somos-um-vale-podre>.



### 3.2 Adaptação às condições climáticas adversas

As condições climáticas do Semiárido, marcado por chuvas irregulares e longos períodos de estiagem, tornam esse território vulnerável aos riscos e impactos climáticos.

Ao longo da história, essa região foi marcada pela vulnerabilidade climática, entretanto, a forma como os governos tratavam o território foi mudando ao longo da história, que começa com o total descaso do governo, passa por ações emergenciais, porém desconectadas e que geram outras assimetrias, e gradativamente vai se alterando o paradigma do combate à seca para o da convivência com o Semiárido.

Veja os principais marcos na linha do tempo a seguir.



"A Seca" (1959), de Gerson de Souza.

#### Período colonial até século XVIII

Períodos de seca e desamparo dos governos, gerando como consequência a fome, desnutrição, miséria e êxodo rural.



"Criança Morta" (1944), de Cândido Portinari.

#### Século XIX

Depois da grande seca de 1877 a 1879, que levou à morte de centenas de milhares de pessoas em uma tragédia com repercussão mundial, o governo passou a promover ações de combate à seca e aos seus efeitos. Entretanto, eram ações parciais e fragmentadas.

Ações emergenciais de socorro às vítimas e de infraestrutura hídrica.





"Retirantes" (1944), de Cândido Portinari.

### Final do século XIX até meados dos anos de 1990

A construção de açudes de pequeno e médio portes, portanto, dominou o foco das políticas públicas do Nordeste.

Foi criada a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IOCS), órgão governamental de engenharia, criado em 1909 para atuar na região, que depois se transformou em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e hoje é o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Houve um avanço no desenvolvimento de infraestrutura hídrica na região, que possibilitou a captação e o armazenamento de água. Entretanto, isso não foi suficiente para superar o problema, sobretudo nas grandes secas, pois a água armazenada era, em grande parte, perdida pela evaporação.

Além disso, os açudes, em sua maioria, foram apropriados pelos grandes proprietários de terra, o que comprometia, por exemplo, a situação dos pequenos produtores.



Foto: © [Ubijara Machado] / Brasil de Fato.

### A partir da Constituição de 1988

Um conjunto de fatores se soma para a mudança do paradigma de combate à seca para o da convivência com o Semiárido:

- Fortalecimento do debate internacional sobre desenvolvimento sustentável.
- Desenvolvimento de uma política de gestão das águas.
- Organização da sociedade civil pressionando o governo (a criação da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), que reúne cerca de 700 organizações não governamentais, igrejas e movimentos sociais).
- Fortalecimento de centros de pesquisa, como o EMBRAPA.



SAIBA MAIS

Para saber mais sobre o enfrentamento aos riscos das mudanças climáticas no Semiárido brasileiro, confira o artigo "Enfrentamento aos riscos das mudanças climáticas no semiárido brasileiro: a adaptação climática como uma nova agenda governamental", disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5680/568075530003/html/>.





## BOAS PRÁTICAS

A convivência com o Semiárido pressupõe tecnologias sociais e o envolvimento da comunidade para enfrentamento dos diversos problemas sociais e ambientais dessa região. Tais tecnologias compreendem técnicas que possam ser reaplicáveis por diferentes comunidades e que gerem transformação social, como é o caso das cisternas para captação de água de chuva para abastecimento humano.

Essas tecnologias precisam ser somadas ao desenvolvimento da infraestrutura hídrica com a devida gestão de tais estruturas, de modo a fomentar a convivência com a variabilidade climática natural do Semiárido, a garantia da segurança hídrica e o desenvolvimento da região. Cabe ressaltar que o aumento da temperatura média global aponta que essas regiões tendem a sofrer com secas mais prolongadas e recorrentes.



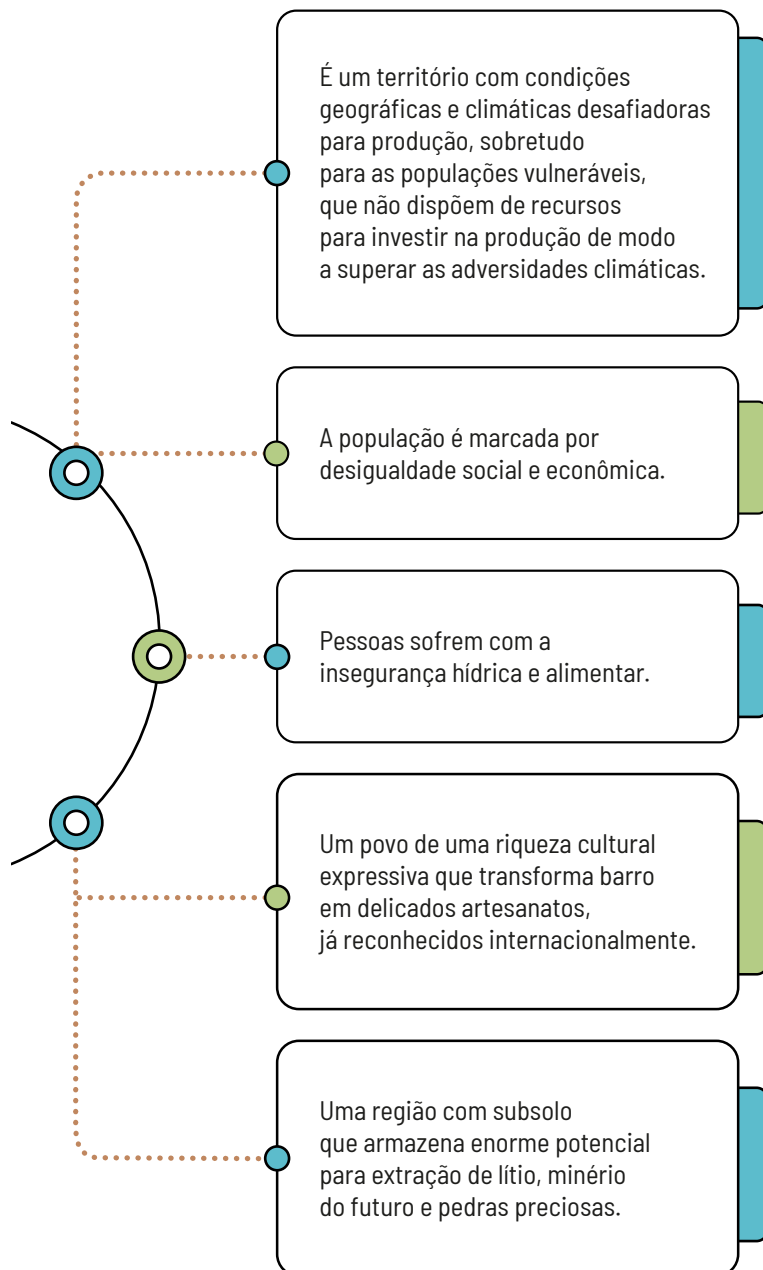
## SAIBA MAIS

Para aprofundar seu conhecimento, assista ao curta-metragem “Vida-Maria”, de Márcio Ramos, disponível em [https://youtu.be/yFpoG\\_htum4?si=DC1TEMC-F7nZNpAi](https://youtu.be/yFpoG_htum4?si=DC1TEMC-F7nZNpAi). O curta se passa no interior do sertão do Nordeste brasileiro e conta a história de três gerações de mulheres de uma mesma família. Mostra padrões que se reproduzem ao longo das gerações, sem mudanças significativas nessa triste realidade, a qual a PNDR busca enfrentar.

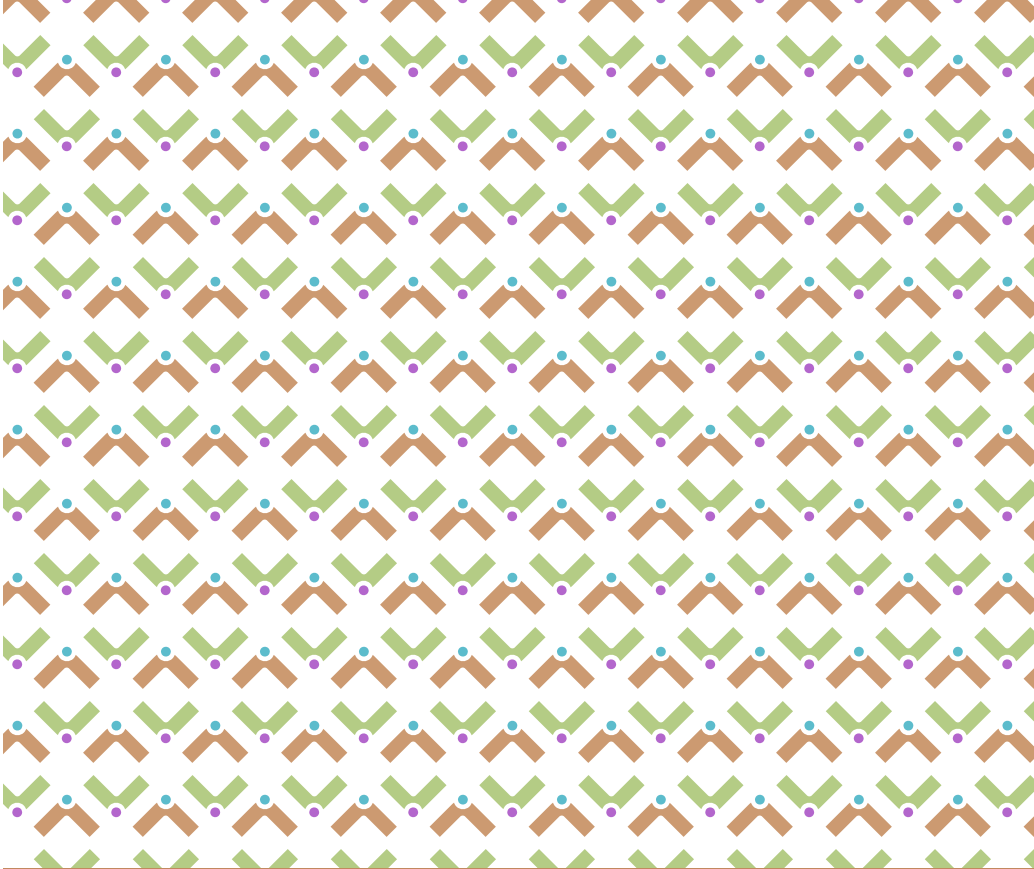
Podemos resumir os desafios do Semiárido com os pontos a seguir.



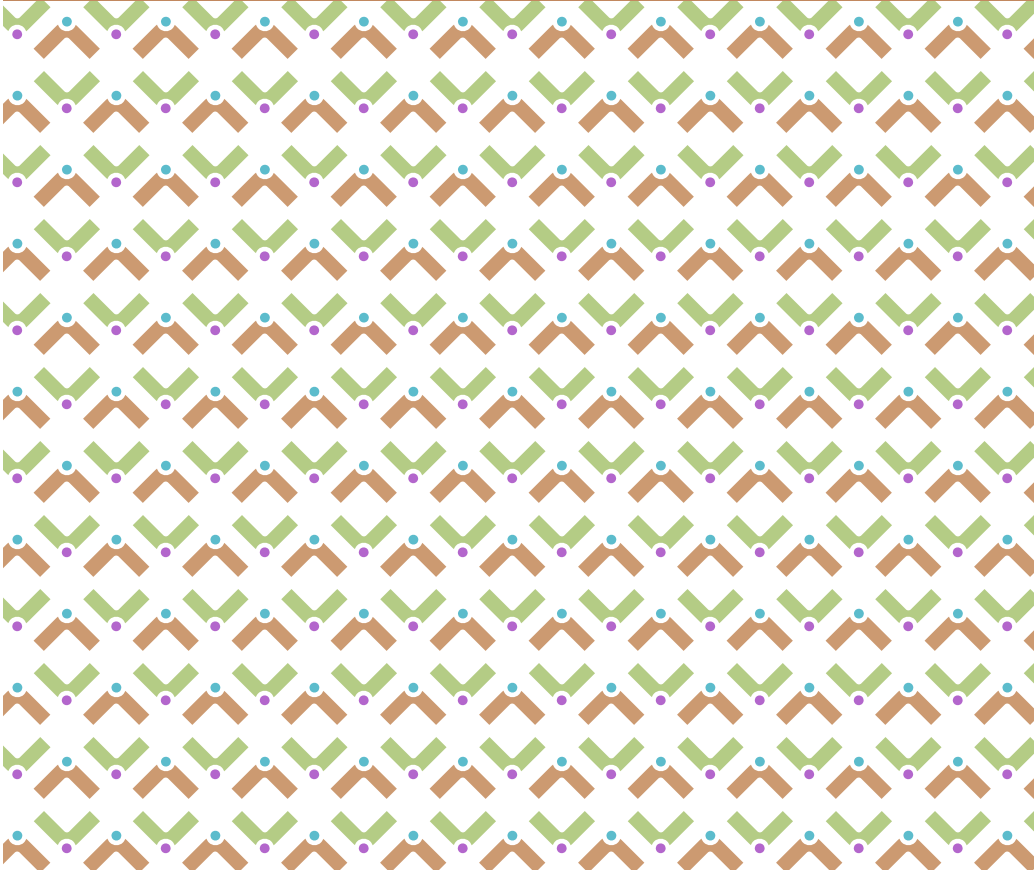
## SÍNTESE DOS DESAFIOS DO SEMIÁRIDO – VALE DO JEQUITINHONHA E MUCURI



# MÓDULO 6



UNIDADE 4  
PNDR E A VIDA DAS PESSOAS:  
CAMINHOS POSSÍVEIS PARA  
ENFRENTAR O DESAFIO



## MÓDULO 6



### UNIDADE 4

## PNDR E A VIDA DAS PESSOAS: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA ENFRENTAR O DESAFIO

A história da Margarida e outras compartilhadas neste curso nos permitem evidenciar desafios que a PNDR busca enfrentar, expressos em seus objetivos, como o apresentado a seguir.

Promover a convergência dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida inter e intrarregiões brasileiras e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento em regiões que apresentem baixos indicadores socioeconômicos.

Se fossemos explicar esse objetivo à Margarida, do Vale do Jequitinhonha, poderíamos explicar da forma descrita a seguir.

### ELUCIDANDO OS OBJETIVOS DA PNDR

Com a PNDR, o governo quer fazer com que todas as áreas do Brasil sejam tratadas de maneira justa e recebam ajuda para melhorar. Isso significa que lugares como o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, possam se desenvolver de forma equilibrada, que a riqueza vinda da extração de minerais, pedras preciosas, venda de artesanatos e pela agricultura familiar possam gerar oportunidades a toda a população da região.

Isso significa que, se a Margarida quiser usar seus dons para o artesanato, que ela possa fazer isso e receber uma remuneração justa para sustentar seus filhos. Que seus filhos e todos os demais possam ter acesso a serviços de saúde e educação de qualidade.



## CONJUNTO DE ESTRATÉGIAS DA PNDR



Apoio à formulação e implementação do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, cuja aposta estratégica se refere ao fortalecimento da rede de cidades intermediárias (grande parte delas localizada no Semiárido) como âncora para os sistemas inovativos e produtivos locais de suas áreas de influência.

Aposta em inovação buscando o desenvolvimento e a disseminação de tecnologias para o Semiárido, por exemplo, apoiando universidades, institutos e centros de pesquisa para promover inovação e difusão de tecnologias para o Semiárido.



Criação e fortalecimento de Rotas de Integração adaptadas a esse contexto climático, como as rotas do mel, do cordeiro, do leite, da fruticultura, entre outras.

Apoio à infraestrutura produtiva e acesso à água no desenvolvimento regional, sobretudo por meio de tecnologias comunitárias de acesso à água. Os benefícios esperados nessa ação são o aumento da oferta de água por meio da implantação de tecnologias comunitárias de acesso à água para consumo e/ou produção, objetivando assim o pleno desenvolvimento humano, a promoção do desenvolvimento regional sustentável, a segurança hídrica, a estruturação produtiva, a mitigação dos efeitos da estiagem e a melhoria da qualidade de vida nas áreas rurais, periurbanas e periféricas. Serão priorizadas as populações em situação de escassez hídrica, povos e comunidades tradicionais, populações ribeirinhas, comunidades periféricas e comunidades rurais dispersas. São apoiados, por exemplo, sistemas simplificados de abastecimento de água, cisternas, miniestação de tratamento de água, ou outras inovações tecnológicas de dessalinização ou tratamento de água.



Desenvolvimento de capacidades governativas para que municípios possam gerir recursos oriundos da Compensação Financeira por Extração Mineral (CFEM), de modo a melhorar a qualidade de vida da população de hoje e do futuro, tendo em vista que os recursos minerais são finitos, e ainda construir alternativas econômicas para além da extração mineral.





## SÍNTESE DO MÓDULO

PERSONA	ESCALA GEOGRÁFICA/ TERRITÓRIO/	DESAFIO	PROBLEMA/ CARACTERÍSTICA	OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS, PROGRAMAS, INSTRUMENTOS DA PNDR
Margarida, mulher, viúva e negra, mãe de 4 filhos, que mora no Vale do Jequitinhonha.	Na escala sub-regional, há áreas especiais de atuação, como é o caso do Semiárido, região definida pelo Conselho Deliberativo da Superintendência do Nordeste (inciso V do caput, art. 10 da Lei Complementar nº 125/2007).	O Vale do Jequitinhonha é um território repleto de contrastes. Conhecido pelos baixos Índices de Desenvolvimento Humano, é também uma região de riquezas culturais, manifestas, por exemplo, pelo seu típico artesanato. Uma região com riquezas como pedras preciosas e, de forma mais recente, local de extração do lítio, que já vem sendo batizado como o “mineral do futuro”. É também um território com condições geográficas e climáticas desafiadoras, uma população que sofre com a dificuldade de acesso a serviços básicos de saúde e transporte seguro que conecte a cidade com outras regiões.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Territórios com condições geográficas e climáticas mais desafiadoras para produção.</li> <li>• Desigualdade social e econômica.</li> <li>• Falta de alternativas econômicas e o suprimento das necessidades básicas.</li> <li>• Falta de acesso à água.</li> <li>• Extração do mineral do futuro.</li> <li>• A capacidade limitada de gestão dos municípios para aplicação dos recursos que recebem grande quantidade de royalties/extração mineral sem gerar melhores resultados para a sociedade local.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistemas produtivos – infraestrutura produtiva.</li> <li>• Sistemas produtivos – apoio à produção (Rotas de Integração).</li> <li>• Recursos hídricos – acesso à água, em quantidade e qualidade.</li> <li>• Gestão regional e do território.</li> <li>• Desenvolvimento de capacidades para municípios, para que os recursos da CFEM sejam aplicados de modo a melhorar a qualidade de vida da população de hoje e do futuro.</li> </ul>



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/decreto/D11962.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D11962.htm). Acesso em: 3 jun.2024.

BRASIL. Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007. Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, áreas de atuação, instrumentos de ação; altera a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, e a Medida Provisória no 2.156, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei Complementar no 66, de 12 de junho de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp125.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp125.htm). Acesso em: 3 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Portaria nº 2.737, de 23 de agosto de 2023. Brasília, DF: MIDR, 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.737-de-23-de-agosto-de-2023-505130284>. Acesso em: 3 jun.2024.

CONSELHO DELIBERATIVO (CONDEL). Superintendência Do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Resolução nº 115, de 23 de novembro de 2017. Aprova a Proposição nº 113/2017, que acrescenta municípios a relação provada pela Resolução CONDEL nº 107, de 27 de julho de 2017. Brasília, DF: CONDEL, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/resolucao1152017-pdf>. Acesso em: 3 jun. 2024.

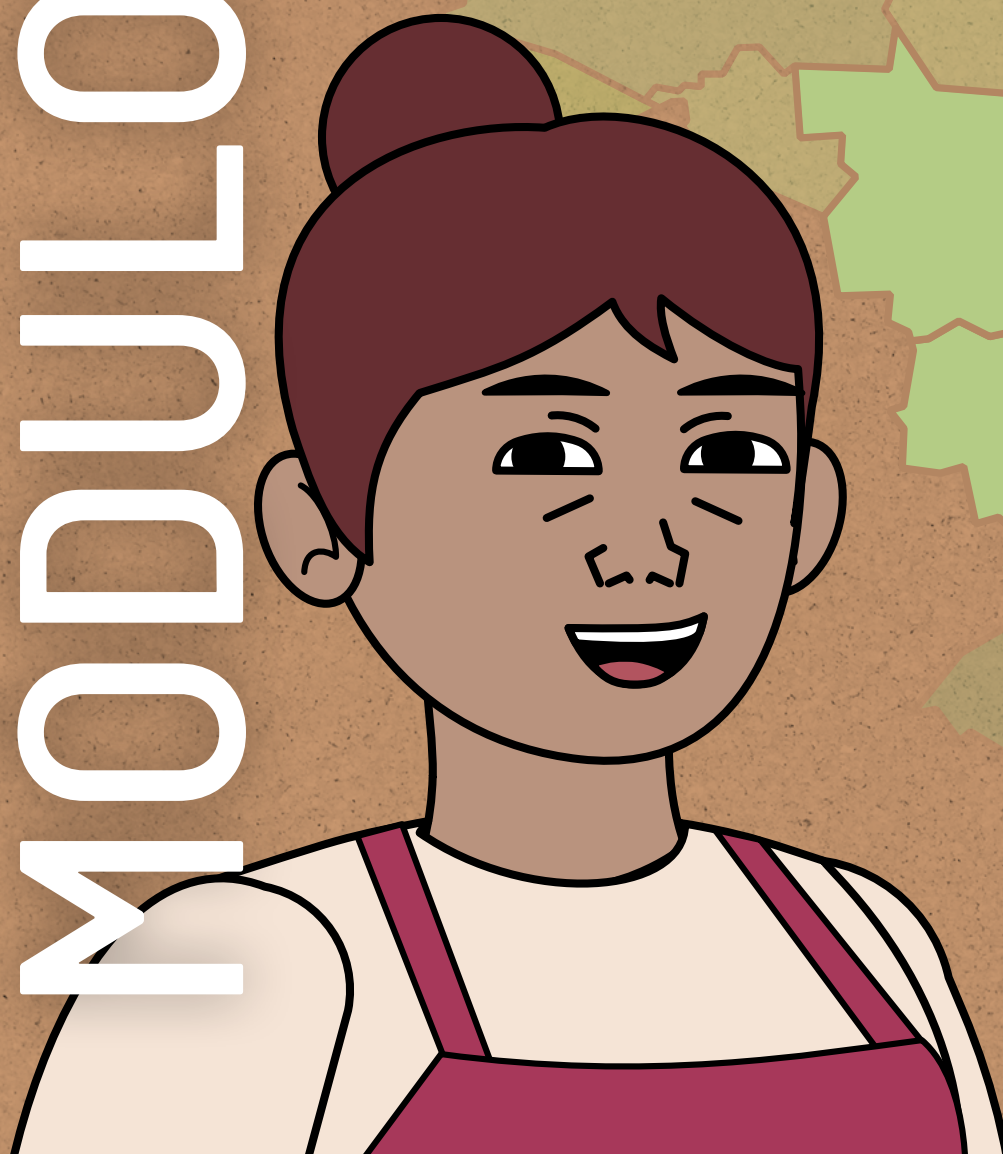
INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO (INSA). O Semiárido brasileiro. [2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/insa/pt-br/semiario-brasileiro>. Acesso em: 15 jul. 2024.

NOGUEIRA, P.; CÍCERO, G. Moradores do Vale do Jequitinhonha em Minas rebatem: ‘Não somos um vale podre’. Itatiaia, jan. 2023. Disponível em: <https://www.itatiaia.com.br/cidades/2023/01/25/moradores-do-vale-do-jequitinhonha-em-minas-rebatem-nao-somos-um-vale-podre>. Acesso em: 15 jul. 2024.





# MÓDULO 7



**FRANCISCA, DOMÉSTICA, MÃE DE  
3 FILHAS, MORA EM ÁGUAS LINDAS  
DE GOIÁS, ENTORNO DO DF**



## MÓDULO 7

---

### APRESENTAÇÃO

Neste módulo, apresentaremos Francisca, uma trabalhadora doméstica e mãe de três filhas que vive em Águas Lindas de Goiás, uma cidade localizada na região do entorno do Distrito Federal. Vamos explorar alguns aspectos geográficos da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE), discutir os desafios enfrentados por essa área e analisar como a PNDR visa enfrentar essas dificuldades, destacando seus objetivos e estratégias.

### Siglas

COARIDE – Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

DF – Distrito Federal

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento

SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste



# MÓDULO 7

## UNIDADE 1 APRESENTAÇÃO DA PERSONA

## MÓDULO 7

### UNIDADE 1

#### APRESENTAÇÃO DA PERSONA

Vamos conhecer a Francisca, doméstica e mãe de 3 filhas, moradora de Águas Lindas de Goiás, no entorno do DF.



VÍDEO



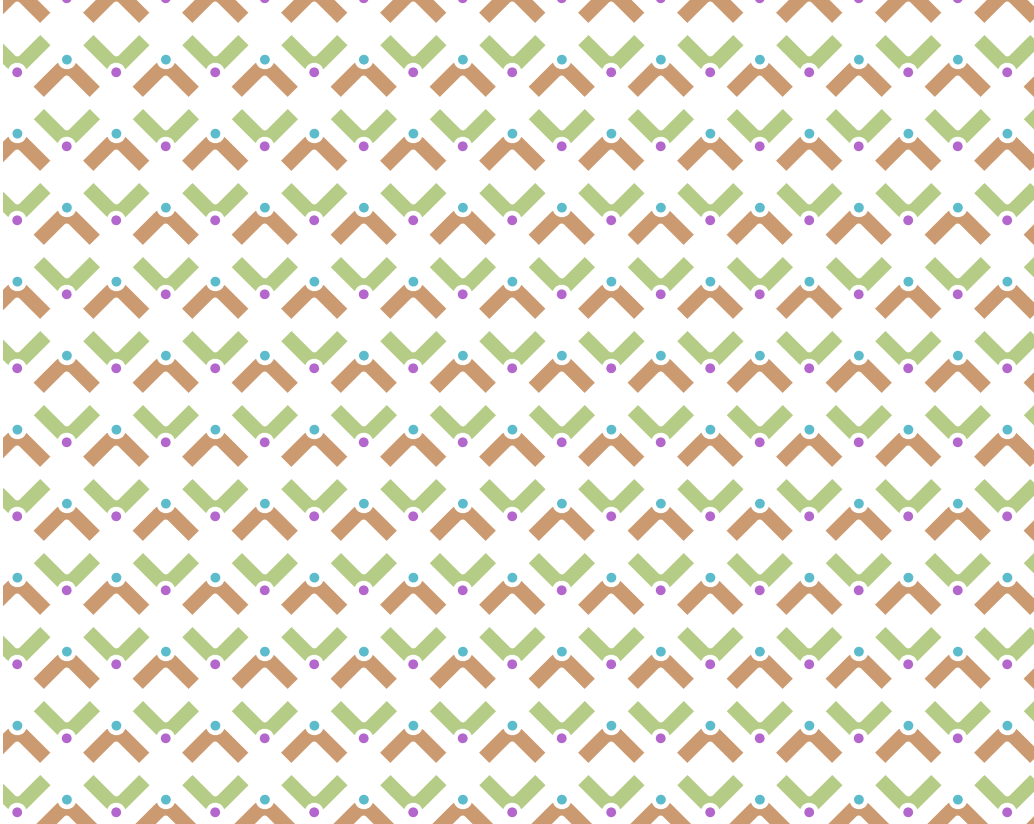
Aponte a câmera do seu dispositivo móvel (smartphone ou tablet) para o QR Code ao lado e assista ao vídeo de animação que apresenta a Francisca, ou acesse o link: [youtu.be/ldw6QVQS-Ts](https://youtu.be/ldw6QVQS-Ts).



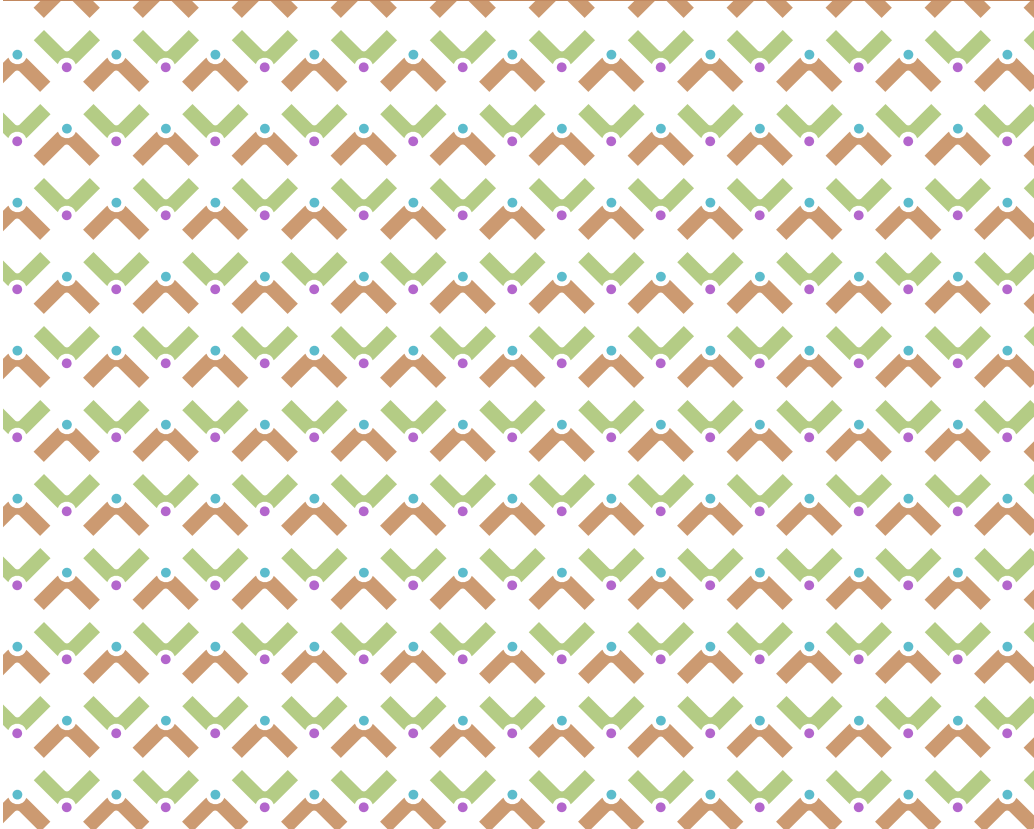
Francisca nasceu no interior da Paraíba e foi para Brasília com 14 anos para trabalhar como doméstica na casa dos patrões. Hoje mora em Águas Lindas de Goiás, é mãe divorciada, cria sozinha 3 meninas e trabalha como doméstica no Plano Piloto. Ela gasta 4 horas por dia no transporte público.



# MÓDULO 7



UNIDADE 2  
ASPECTOS GEOGRÁFICOS E  
ESCALAS TERRITORIAIS DA  
PNDR: REGIÃO INTEGRADA DE  
DESENVOLVIMENTO – RIDE



## MÓDULO 7

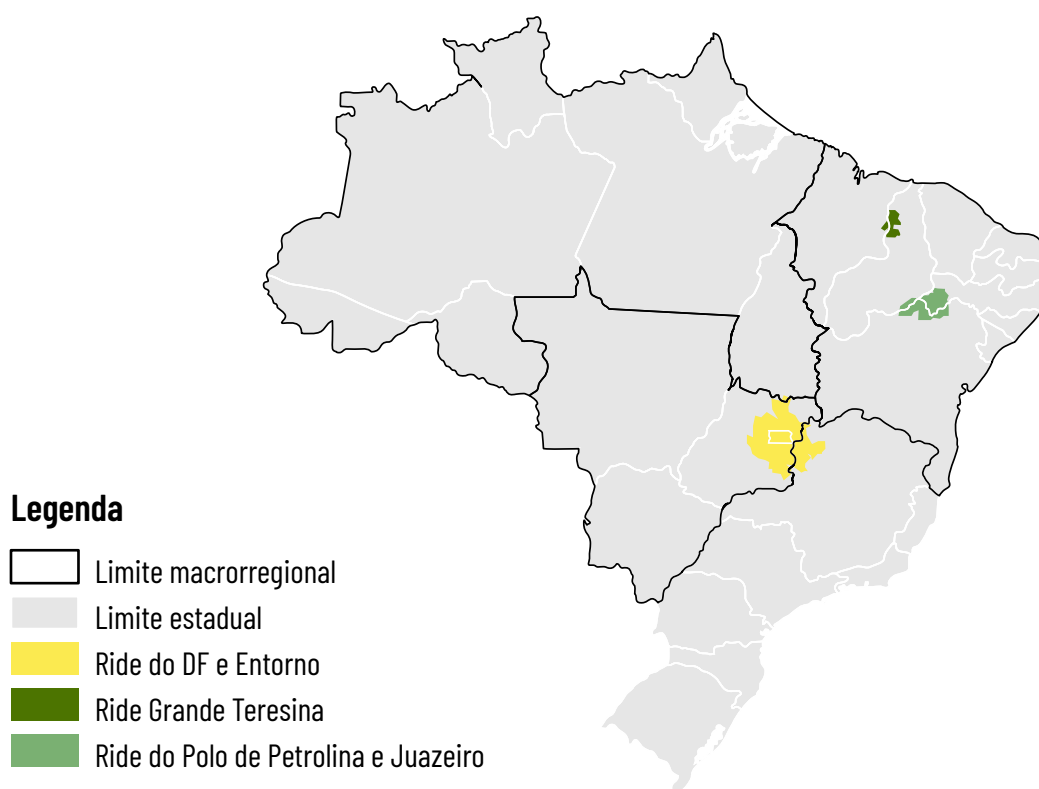


### UNIDADE 2

## ASPECTOS GEOGRÁFICOS E ESCALAS TERRITORIAIS DA PNDR: REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO – RIDE

O entorno de Brasília faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE), que é uma das áreas especiais na escala sub-regional, conforme as prioridades da PNDR.

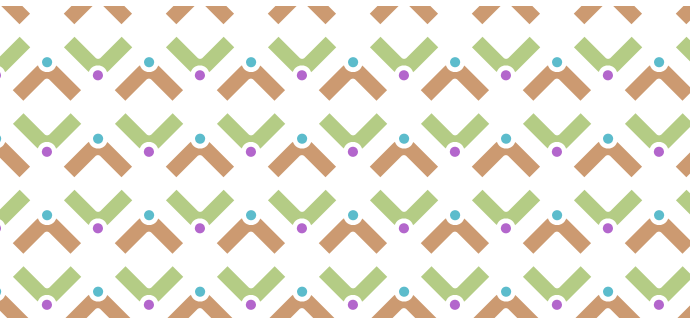
### REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO (RIDES)



As Regiões Integradas de Desenvolvimento correspondem a aglomerações urbanas que ultrapassam os limites de uma unidade federativa. Ou seja, abrangem mais de um município, situados em mais de uma unidade federativa. São diferentes das regiões metropolitanas, que ficam dentro de uma única unidade federativa. Esses municípios estão interligados por diversas relações econômicas e sociais, nos quais a população circula e vive como se fosse uma única cidade.



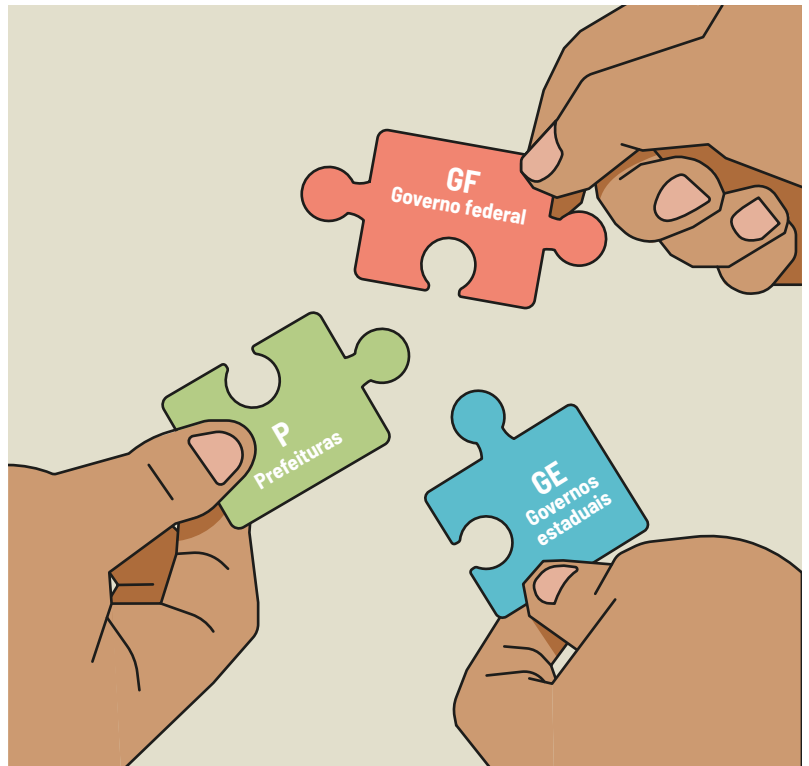




É fundamental que esses territórios, que reúnem diversos municípios em mais de um estado, possam cumprir suas funções públicas de forma complementar e coordenada. As políticas públicas nesses casos precisam ser planejadas e implementadas de forma complementar.



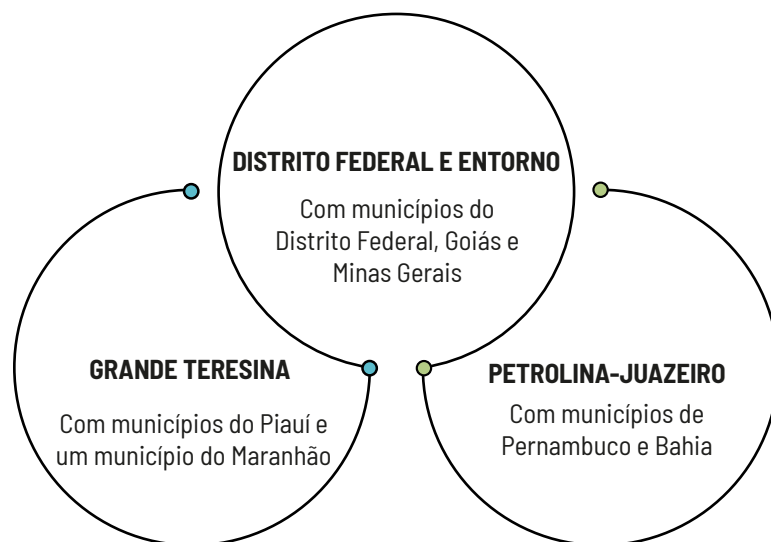
As prefeituras e os governos estaduais e federal precisam atuar de forma conjunta para as políticas relacionadas à geração de emprego, renda, serviços públicos e infraestrutura; para o desenvolvimento social, saneamento básico, uso e ocupação do solo, transportes e sistema viário, proteção ao meio ambiente e controle da poluição ambiental; além de saúde, assistência social, educação e cultura, combate às causas de pobreza e fatores de marginalização e segurança pública.



A instituição de uma RIDE deve ser feita por lei complementar. Atualmente no Brasil temos três RIDEs, apresentadas a seguir.



## AS TRÊS REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO (RIDEs) DO BRASIL



A RIDE-DF e Entorno abrange mais de 30 municípios do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais. Esses municípios integram uma área de planejamento e geração de políticas públicas comuns a eles, a fim de propiciar o desenvolvimento da sua população.

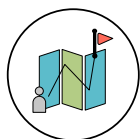


# MÓDULO 7

## UNIDADE 3 DESAFIO REGIONAL

## MÓDULO 7

### UNIDADE 3



#### DESAFIO REGIONAL

Em algumas regiões do nosso país, como o Distrito Federal e seu entorno, há municípios vizinhos que estão interligados por diversas relações econômicas e sociais, nos quais a população circula e vive como se fosse uma única cidade. Há uma grande dependência de uma cidade em relação à outra. As populações menos favorecidas são obrigadas a morar nos locais mais distantes, onde o valor das moradias é mais baixo. Os locais mais afastados, de modo geral, não dispõem de infraestrutura básica para a oferta dos serviços de cidadania como saúde e educação, e tudo isso faz com que os moradores se desloquem periodicamente até a região central para estudar ou trabalhar e retornem às suas cidades ao final do dia.



Foto: © [Joa Souza] / Shutterstock.



### 3.1 Desigualdades em regiões desenvolvidas: sobrecarga de demanda de serviços e infraestrutura

Assim como a Francisca, cerca de 200 mil pessoas das principais cidades do entorno se deslocam para trabalhar ou estudar no DF. Os maiores contingentes saem de Águas Lindas, Valparaíso, Novo Gama e Luziânia, todas cidades que pertencem à RIDE. Esse número deve ser ainda maior, pois essa estimativa foi feita com os dados do Censo de 2010. E o Censo de 2022 mostra que a população só cresceu, e Brasília passou a ser a terceira maior cidade do Brasil. As manchetes a seguir demonstram isso.

The image shows two screenshots of news articles. The left screenshot is from G1, dated 25/03/2015 12h25, with the headline "Trabalho e estudo levam 200 mil a se deslocar diariamente ao DF, diz IBGE". The right screenshot is from Correio Braziliense, dated 28/09/2023 17:43, with the headline "Censo 2022: Brasília é oficialmente a terceira maior cidade do Brasil".

Na reportagem a seguir, que apresenta um estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), é possível perceber que o congestionamento não afeta apenas a qualidade de vida das pessoas, mas também limita as oportunidades de emprego.



#### TRECHO DE REPORTAGEM

“Em Brasília, para quem mora longe do Plano Piloto, encontrar emprego é desafiador. Júlia Ferreira, 20 anos, por exemplo, é moradora do Paranoá e se recorda das dificuldades que vivenciou para conseguir empregos, devido à distância e ao tempo de deslocamento. ‘Não me contratavam, pois tinham receio de eu me atrasar ou simplesmente não chegar ao trabalho algum dia devido ao tempo de transporte. Me senti desvalorizada, por não levarem em conta a minha qualificação, mas sim o local onde eu morava’, desabafou. Atualmente está em um estágio que lhe demanda 50 minutos de deslocamento e duas conduções. ‘Já aconteceu do ônibus quebrar e eu não conseguir chegar a tempo. Mas entenderam’, relatou”.

Esse é um trecho da reportagem “Caos no trânsito afeta acesso a empregos no DF, aponta pesquisa do IPEA”, publicada pelo Correio Braziliense em 28/9/2023, disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/cidades-df/2023/09/5129121-caos-no-transito-afeta-acesso-a-empregos-no-df-aponta-pesquisa-do-ipea.html>.



Aqui vamos abordar os desafios na seguinte perspectiva:

**Como as desigualdades afetam a sobrecarga da demanda por serviços e infraestrutura em regiões desenvolvidas?**

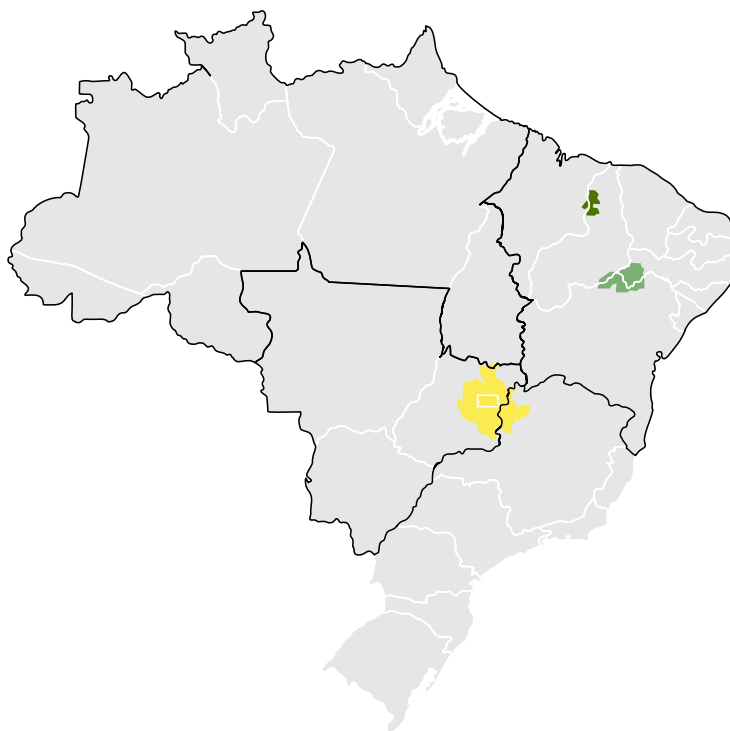
Listamos a seguir os desafios gerais desse território.

## DESAFIOS DA RIDE DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

Como as desigualdades de regiões mais afastadas pressionam por serviços e infraestruturas em regiões mais desenvolvidas?

Como planejar e implementar políticas públicas de transporte, infraestrutura, serviços de educação e saúde em territórios em que há responsabilidades compartilhadas entre União, Estados e Municípios?

Como gerar múltiplos centros e desconcentrar a pressão no Distrito Federal, garantindo oportunidades de trabalho e renda, além de serviços de saúde, educação de qualidade, cultura e entretenimento no entorno do Distrito Federal?



# MÓDULO 7

## UNIDADE 4

### PNDR E A VIDA DAS PESSOAS: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA O ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS

## MÓDULO 7

### UNIDADE 4



## PNDR E A VIDA DAS PESSOAS: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA O ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS

A PNDR reconhece a especificidade dos desafios para a redução das desigualdades intrarregionais em territórios em que o crescimento e ocupação ultrapassam municípios de um mesmo estado, como é o caso das RIDEs.



### TRECHO NARRADO

As RIDEs compreendem um arranjo que envolve municípios em mais de uma unidade federativa, mas que estão interligados por diversas relações econômicas e sociais, nos quais a população circula e vive como se fosse uma única cidade.

É comum ter pessoas que moram no estado de Goiás e trabalham no Distrito Federal, além de demandar por escolas ou postos de saúde na capital. Portanto, o planejamento das políticas públicas nessas regiões precisa compreender essas demandas e propor respostas de forma a integrar os atores políticos dessas unidades federativas.

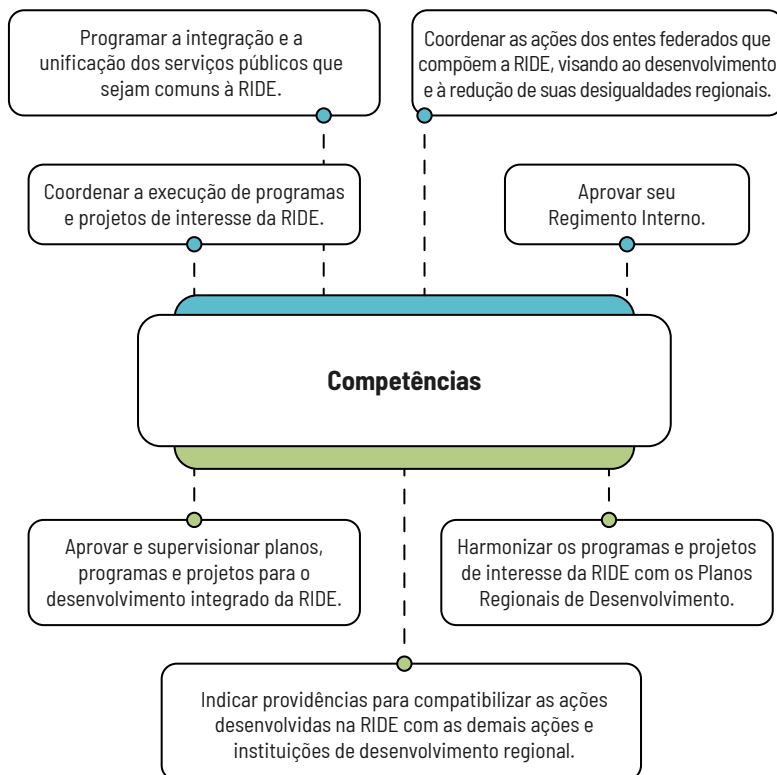
O arranjo político para o enfrentamento desse desafio envolve representantes do governo federal, dos governos estaduais e das prefeituras da região. Para tanto, é preciso criar um espaço de discussão e enfrentamento conjunto pelas lideranças que têm atribuição nesses territórios.

No caso da RIDE do DF, tal arranjo se dá no **Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (COARIDE)**, colegiado que possui a finalidade de coordenar as atividades a serem desenvolvidas na RIDE. A criação do COARIDE foi autorizada pela **Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998**, que foi regulamentada pelo **Decreto nº 7.469, de 4 de maio de 2011** (alterado pelo **Decreto nº 9.913, de 11 de julho de 2019**). A Secretaria Executiva desse colegiado é feita pela SUDECO. As competências desse colegiado estão apresentadas a seguir.





## COMPETÊNCIAS DO COARIDE



Confira agora uma retomada dos principais pontos deste módulo.



## SÍNTESE DO MÓDULO

PERSONA	ESCALA GEOGRÁFICA/ TERRITÓRIO/	DESAFIO	PROBLEMA/ CARACTERÍSTICA	OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS, PROGRAMAS, INSTRUMENTOS DA PNDR
Francisca, doméstica, mãe de 3 filhas, mora em Águas Lindas de Goiás, entorno do DF.	Na escala sub-regional, há a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), prevista no art. 43 da Constituição Federal. A RIDE DF e Entorno abrange mais de 30 municípios do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais. Esses municípios integram uma área de planejamento e geração de políticas públicas comuns a eles, a fim de propiciar o desenvolvimento da sua população.	Em algumas regiões do nosso país, como o Distrito Federal e seu entorno, há municípios vizinhos que estão interligados por diversas relações econômicas e sociais, nos quais a população circula e vive como se fosse uma única cidade. Há uma grande dependência de uma cidade em relação à outra. As populações menos favorecidas são obrigadas a morar nos locais mais distantes, onde o valor das moradias são mais baixos. Os locais mais afastados, de modo geral, não dispõem de infraestrutura básica para a oferta dos serviços de cidadania como saúde e educação, e tudo isso faz com que os moradores se desloquem periodicamente até a região central para estudar ou trabalhar e retornem às suas cidades ao final do dia.	<ul style="list-style-type: none"><li>• Falta de acesso a serviços básico de saúde, assistência social e educação.</li><li>• Transporte público de baixa qualidade.</li><li>• Desigualdade social e econômica.</li><li>• Os municípios têm variados graus de desenvolvimento econômico e social, com muitas disparidades.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Fundo Constitucional.</li><li>• Fundo de Desenvolvimento Regional.</li><li>• Superintendência do Centro-Oeste.</li></ul>

Você finalizou o Módulo 7!

No próximo módulo, que é o último do curso, apresentaremos uma consolidação das informações sobre a PNDR.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/decreto/D11962.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D11962.htm). Acesso em: 3 jun. 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.469, de 4 de maio de 2011. Regulamenta a Lei Complementar nº 94, detalhando procedimentos e mecanismos de controle e avaliação das ações de governo. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7469.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7469.htm). Acesso em: 1 jul. 2024.

BRASIL. Decreto nº 9.913, de 11 de julho de 2019. Altera o Decreto nº 7.469, de 4 de maio de 2011, que regulamenta a Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, para atualizar normas e procedimentos. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9913.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9913.htm). Acesso em: 1º jul. 2024.

BRASIL. Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998. Estabelece normas gerais de organização, planejamento, execução e controle das atividades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp94.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp94.htm). Acesso em: 1 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Portaria nº 2.737, de 23 de agosto de 2023. Brasília, DF: MIDR, 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.737-de-23-de-agosto-de-2023-505130284>. Acesso em: 3 jun. 2024.

GERMANO, C. Censo 2022: Brasília é oficialmente a terceira maior cidade do Brasil. Correio Brasiliense, jun. 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2023/06/5105188-censo-2022-brasilia-e-oficialmente-a-terceira-maior-cidade-do-brasil.html>. Acesso em: 15 jul. 2024.

RODRIGUES, M. Trabalho e estudo levam 200 mil a se deslocar diariamente ao DF, diz IBGE. G1, DF, mai. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/03/trabalho-e-estudo-levam-200-mil-se-deslocar-diariamente-ao-df-diz-ibge.html>. Acesso em: 15 jul. 2024.



# MÓDULO 8

**CONSOLIDANDO A PNDR**



## MÓDULO 8

---

### APRESENTAÇÃO

Neste módulo, para consolidar as informações sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), conforme o Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024, abordaremos os quatro objetivos principais da política, incluindo a atuação multiescalar no território nacional. Para tanto, adotamos como metodologia vídeos explicativos. Encerramos o curso “Jornada Regional: conectando vidas e desenvolvimento” apresentando como a PNDR busca reduzir as desigualdades regionais e promover o desenvolvimento sustentável.



# MÓDULO 8

CONSOLIDANDO A PNDR

## MÓDULO 8

### CONSOLIDANDO A PNDR

Para consolidar as informações sobre a PNDR, apresentamos a seguir os conteúdos organizados na forma como são apresentados na terceira versão da PNDR, instituída pelo Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024.

Vivemos num país com enorme diversidade e potencialidade, entretanto ainda convivemos com desigualdades regionais, as quais a PNDR busca enfrentar. Para aprofundar seu conhecimento, veja o vídeo de apresentação da PNDR disponível em: <https://youtu.be/gTKAoiD-Uac>.



VÍDEO



Aponte a câmera do seu dispositivo móvel (smartphone ou tablet) para o QR Code ao lado e assista ao vídeo que apresenta a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.



VÍDEO



Aponte a câmera do seu dispositivo móvel (smartphone ou tablet) para o QR Code ao lado e assista ao vídeo sobre os objetivos da PNDR.

Para buscar esse enfrentamento, a PNDR foi organizada em quatro objetivos, que foram abordados ao longo do curso, sendo relacionados a diferentes realidades dos personagens que tivemos o prazer de apresentar. No texto da PNDR, esses objetivos estão descritos no Art. 3º do Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024. Para conhecer melhor os objetivos da PNDR, confira o vídeo disponível em: <https://youtu.be/e1B799nSbke>.





VÍDEO



Aponte a câmera do seu dispositivo móvel (smartphone ou tablet) para o QR Code ao lado e assista ao vídeo sobre os princípios da PNDR.

A PNDR baseia a sua atuação em princípios, os quais são apresentados no Art. 2º do mesmo decreto e foram tratados de forma transversal ao longo do vídeo disponível em: <https://youtu.be/ZioZ8EqNfgE>.



VÍDEO



Aponte a câmera do seu dispositivo móvel (smartphone ou tablet) para o QR Code ao lado e assista ao vídeo sobre a PNDR nos territórios.

Por fim, o quarto e último vídeo, disponível em: <https://youtu.be/P3relTb3d2Y>, explica um dos princípios da PNDR, que é a atuação em nível multiescalar no território nacional, descrita no Art. 2º e no Art. 5º do Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024.



Assim, fechamos o curso “Jornada Regional: conectando vidas e desenvolvimento”. Apresentamos os conceitos básicos da PNDR, que busca enfrentar essas desigualdades e criar oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida.

Esperamos que conhecer João, Manuel, Ana, Luiza, Maria, Francisca e Margarida tenha sido uma experiência didática interessante e instigante para perceber como a PNDR interfere na vida das pessoas. Com eles, foram apresentados os objetivos, as estratégias, as formas de intervenção e outros elementos dessa política pública comprometida em promover o desenvolvimento de bases sustentáveis e com a redução das desigualdades, buscando melhorar a qualidade de vida das pessoas, sobretudo daqueles mais vulneráveis.





## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/decreto/D11962.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D11962.htm). Acesso em: 3 jun. 2024.



## REALIZAÇÃO



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES  
PARA INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**MINISTÉRIO DA  
INTEGRAÇÃO E DO  
DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL**



**GOVERNO FEDERAL**  
**BRASIL**  
**UNIÃO E RECONSTRUÇÃO**